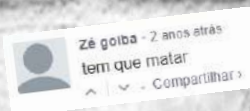


Após 53 dias presa, pichadora da Bienal sorri e mostra papel ao ser solta



Não sou a favor de pichação. Mas vejo que o Estado não dá oportunidade dos jovens desenvolverem suas capacidades artísticas e, quando surge oportunidade, reprime com violência. A polícia protege a propriedade em detrimento da dignidade.



Cadela pichada com 'Vida Loka' é resgatada em rua de Campo Grande

USO DOS ESPAÇOS E USO DOS AFETOS: Cartografias da prática da pichação para pensar as relações entre a cidade e a governamentalidade

JEFERSON CAMARGO TABORDA



O muro desta delegacia estava pichado, será que já colocou as mãos nestes vagais?? o que esta faltando é baixar a borracha neste marginais.



Pichador afirma que é movido pela adrenalina de ver "trabalho" exposto

Delegado decide adotar "tolerância zero" contra os pichadores na Capital

JEFERSON CAMARGO TABORDA

**USO DOS ESPAÇOS E USO DOS AFETOS: Cartografias
da prática da pichação para pensar as relações entre a cidade e a
governamentalidade**

Tese apresentada ao Programa Pós-Graduação –
Curso de Doutorado em Psicologia da Universidade
Católica Dom Bosco, como requisito parcial para
obtenção do título de doutor em Psicologia, área de
concentração: Psicologia da Saúde, sob a orientação
da Prof^a. Dr^a. Anita Guazzelli Bernardes.

CAMPO GRANDE-MS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

T114u Taborda, Jeferson Camargo

Uso dos espaços e uso dos afetos: cartografias da prática da
pichação para pensar as relações entre a cidade e a governamentalidade /
Jeferson Camargo Taborda; orientadora Anita Guazzelli Bernardes.-- 2017.
187 f.

Tese (doutorado em psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco,
Campo Grande, 2017.

1. Pichação 2. Subjetividade 3. Cartografia 4. Imagem (Psicologia)
I. Bernardes, Anita Guazzelli II. Título.

CDD – 158.723

JEFERSON CAMARGO TABORDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), intitulada “**USO DOS ESPAÇOS E USO DOS AFETOS: Cartografias da prática da pichação para pensar as relações entre a cidade e a governamentalidade**”, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Anita Guazzelli Bernardes (orientadora/UCDB/MS)

Prof^a. Dr^a. Andrea Cristina Coelho Scisleski (UCDB/MS)

Prof. Dr. Edson Passetti (PUC/SP)

Prof. Dr. Danichi Hausen Mizoguchi (UFF/RJ)

Prof^a. Dr^a. Neuza Maria de Fátima Guareschi (UCDB/MS)

Campo Grande, MS, _____ de _____ de 2017.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Fabiana, grande parceira nesta jornada. Obrigado pelo cuidado de nossos filhos enquanto me ausentava; pela paciência em me ouvir falar de Spinoza; por me aturar quando parava o carro para tirar fotografias pelas ruas; esta pesquisa deve muito a você.

Ao meu pai, Altevir, à minha mãe, Aparecida, ao meu irmão, Franklin, e à minha irmã, Juliane, obrigado pelas caronas até a rodoviária e pela estada sempre alegre nas muitas viagens que fiz de Paranaíba a Campo Grande.

À professora Dr.^a Anita Guazzelli Bernardes, pela excelente orientação, pelas muitas conversas e inúmeras ideias nesta jornada. Muito obrigado pela confiança.

Aos membros da banca de defesa que aceitaram o convite: prof.^a Dra. Andrea Scisleski, prof. Dr. Danichi Mizoguchi, prof. Dr. Edson Passetti e prof.^a Dra. Neuza Guareschi.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UCDB, em especial, à prof.^a Dra. Andrea Scisleski.

Ao prof. Dr. Luis Antonio Batista, que, dentre as valiosas considerações na banca de qualificação, sugeriu um maior uso das notícias.

Aos alunos de Pibic, mestrado e doutorado em Psicologia da UCDB, em especial: Ariany Villar, Camilla Marques, Camila Cirico, Claudia Dourado, Dayane Eurico, Érico Ibiapina, Júlia Palmieri, Priscilla Lorenzini e Suzanir Maia. Muitas de nossas discussões estão aqui.

Aos professores e alunos do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus de Paranaíba.

Ao amigo prof. Dr. Thiago Donda Rodrigues, pela ideia do jornal e pelas boas conversas durante o trabalho.

Aos camaradas da banda Doktorclub. Entre um ensaio e uma cerveja, boas conversas ajudaram a pensar na construção desta tese: André Koutchin, Carlos Prado, Eduardo Ribeiro, Vinícius Goes e Fernando Nunes.

À Capes, pela bolsa, sem a qual esta pesquisa não seria possível.

*Dedicado a Bia,
eterna amiga e companheira.*

“Imagine uma cidade em que o grafite não é ilegal, uma cidade em que qualquer um pode desenhar onde quiser. Onde cada rua seja inundada por milhões de cores e frases curtas. Onde esperar no ponto de ônibus não seja uma coisa chata. Uma cidade que pareça uma festa para a qual todos foram convidados, não apenas as autoridades e os figurões dos grandes empreendimentos. Imagine uma cidade como essa e não encoste na parede - a tinta está fresca.”

Banksy, 2012 (p. 131).

RESUMO

Esta pesquisa traça uma cartografia de notícias e comentários sobre pichações para discutir algumas relações entre a cidade e governamentalidade. Ancorada nos referenciais pós-estruturalistas tanto de Deleuze e Guattari quanto de Foucault, ela se encontra disposta rizomaticamente na forma de um jornal onde os cadernos são as entradas possíveis de leitura. O uso dos espaços físicos pela pichação e o uso dos espaços virtuais dos comentários indicam uma discursividade grotesca atravessando a cidade. As notícias foram escolhidas segundo a intensidade dos comentários ali deixados, pois indicam um certo afetamento tanto em relação à cidade quanto no que se refere ao governo de si e do outro. Além das notícias, diversos outros elementos do campo da arte, tais como canções de *rap*, fotografias, figuras e textos literários, são utilizados como intercessores para ajudar a compor uma espécie de mapa afetivo sobre a cidade. Para tanto, a cartografia é aproximada da noção de uso de Certeau e das discussões de Sennett sobre a transformação dos espaços de uso em espaços de passagens e sem vida. Estas cartografias traçadas buscam problematizar como os usos dos espaços e o uso dos afetos constituem alguns processos de subjetivação na vida urbana atual.

Palavras-chave: cartografia; pichação; cidade; processos de subjetivação.

ABSTRACT

This research draws a cartography of news and commentaries of graffiti to discuss some relations between the city and governmentality. Grounded in the poststructuralist benchmarks of Deleuze and Guattari and Foucault, it is disposed rhizomatically in the form of a newspaper where the notebooks are the possible access of reading. The use of the physical spaces by the graffiti and the use of the virtual spaces of the comments indicate a grotesque discourse crossing the city. The news were chosen according to the intensity of the comments left there since they indicate a certain affection both with regard to the city and with regard to the self-government and the other hand. In addition to the news, several other elements of the field of arts, such as songs, photographs, drawings and literary texts were used as intercessors to help to compose a kind of affective map about the city. For this, the cartography are approximated by the notion of use of Certeau and the discussions of Sennett about the transformation of the spaces of use in spaces of passages and lifeless places. These drawn cartographies pursue to problematize how the uses of spaces and the use of affections constitute some processes of subjectivity in the current urban life.

Keys-words: cartography; tagging; city; subjetivation.

EDITORIAL: Anúncios de uma tese	11
“APÓS 53 DIAS PRESA, PICHADORA DA BIENAL SORRI E MOSTRA PAPEL AO SER SOLTA”	12
O pixo em cena: “além do bem e do mal”	19
A emergência de um devir-pirata	22
Caminhos da pesquisa até um fio condutor	31
Por que o uso de notícias?	36
O jornal e a cartografia	44
O grotesco e o espaço morto	51
Augusto dos Anjos: intercessor do grotesco e do espaço morto	61
A noção de uso aproximada da cartografia	67
CADERNO A: cartografias da prática da pichação	75
“DELEGADO DECIDE ADOTAR ‘TOLERÂNCIA ZERO’ CONTRA OS PICHADORES NA CAPITAL”	76
Sociedade de controle como possibilidade aos ódios recíprocos	90
“PICHAGENS EM CAMPO GRANDE É O TEMA DEBATE NA CÂMARA DOS VEREADORES”	103
Pichação e grafite: fugas e capturas entre devires	104
A cidade poluída	118
E a família dos pichadores? A produção de uma cidade higiênica.....	124
“DEPOIS DE PROTESTO, CAPITAL SENTE OS REFLEXOS DO VANDALISMO”	133
Pichações, manifestações e indignação cotidiana.....	135
Uso dos espaços e uso dos afetos nas jornadas de junho.....	139
“PICHADOR AFIRMA QUE É MOVIDO PELA ADRENALINA DE VER ‘TRABALHO’ EXPOSTO”	159
Pichação, tortura e pena de morte: onde ficam os direitos humanos?	165
Movimentos agonísticos nos espaços físicos e virtuais.....	174
“CADELA PICHADA COM ‘VIDA LOKA’ É RESGATADA EM RUA DE CAMPO GRANDE”	181
Marcas e sujeições dos corpos.....	186
Lixos e marcas: o governo dos vivos nos espaços mortos.....	193
Vida loka: vira-lata sem fé no futuro	197
Rap, pixo e pichações: afetos em movimento	203
CADERNOS ESPECIAIS	207
POST-SCRIPTUM: NOTA DA REDAÇÃO	224
REFERÊNCIAS	227

Editorial

ANÚNCIOS DE UMA TESE

“APÓS 53 DIAS PRESA, PICHADORA DA BIENAL SORRI E MOSTRA PAPEL AO SER SOLTA” (p. 12)



**O PIXO EM CENA:
MOVIMENTO ALÉM DO
BEM E DO MAL (p. 19)**

A EMERGÊNCIA DE UM DEVIR-PIRATA

O agente-pirata que esta pesquisa procurava foi encontrado produzindo espaços heterotópicos. A gagueira criativa suscitada pelo devir-pichador conecta: cidadãos de ‘bem’ e jornalistas e policiais e críticos de arte e, é claro, pesquisadores. (p. 22)

*O JORNAL E A
CARTOGRAFIA (p. 44)*

CAMINHOS DA PESQUISA ATÉ UM FIO CONDUTOR

As notícias sobre pichação, bem como seus comentários, se apresentam como um interessante fio condutor para uma cartografia do uso dos espaços e uso dos afetos. A internet é atualmente um território íntimo onde os sujeitos podem expressar suas insatisfações, inclusive com a decadência do espaço público. Ao mesmo tempo ela também permite que todos participem como policiais da conduta tanto de si quanto do outro. (p. 31)

AUGUSTO DOS ANJOS: INTERCESSOR DOS ESPAÇOS MORTOS

Sofro aceleradíssimas pancadas / Ataca-me a existência / A mortificadora coalescência / Das desgraças humanas congregadas! / Em alucinatórias cavalgadas [...] / Ah! Certamente eu sou a mais hedionda / Generalização do Desconforto... / Eu sou aquele que ficou sozinho / Cantando sobre os ossos do caminho / A poesia de tudo quanto é morto. (p. 61)

O GROTESCO E O ESPAÇO MORTO

Para pensar a governamentalidade presente na vida urbana torna-se preciso uma atenção não apenas nos usos que são feitos nos espaços físicos, mas também os usos nos chamados espaços virtuais. A noção de grotesco é utilizada nesta pesquisa para destacar como, tanto nas pichações quanto nos espaços virtuais, existe uma discursividade grotesca presente nas cidades. (p. 51).

POR QUE O USO DE NOTÍCIAS? (p. 36)

A NOÇÃO DE USO APROXIMADA DA CARTOGRAFIA



Diferentes usos produzem a vida cotidiana, mas dependendo da política de pesquisa eles não são levados em consideração (p. 67).

“Após 53 dias presa, pichadora da bienal sorri e mostra papel ao ser solta” (BRITO, 2008)

“Após mais de 50 dias presa, a pichadora Caroline Pivetta da Motta, de 24 anos, deixou a Penitenciária Feminina de Sant'Ana, na Zona Norte de São Paulo, por volta de 10h desta sexta-feira (19). Na quinta (18), a Justiça concedeu liberdade para a jovem, flagrada pichando instalações da 28ª Bienal em 26 de outubro. Ela estava com um grupo de 40 pichadores. Caroline saiu da cadeia no carro do advogado, sem falar com a imprensa. Ao deixar a prisão, a estudante riu e acenou para um amigo do lado de fora. No veículo, ela mostrou um papel. Segundo seu amigo, um videomaker que se identificou apenas como Cripta, de 25 anos, na folha estava escrito, em caneta vermelha, o nome do grupo de pichadores "Sustos" ao qual ela pertence. Cripta disse não saber dizer onde Caroline iria morar agora. Antes, segundo ele, ela morava sozinha em um apartamento no Centro de São Paulo. Antes da libertação da jovem, o advogado Augusto Botelho disse que a prisão de Caroline em regime fechado por tanto tempo é provavelmente uma pena maior do que a condenação que ela possa receber pela pichação - um crime ambiental com pena máxima de um ano de detenção. "A prisão dela por estes 50 dias foi um abuso, uma ilegalidade e uma afronta crucial aos direitos humanos", afirmou o advogado. Uma semana depois de Caroline ter sido presa, uma advogada foi contratada para defendê-la. Mas a defesa perdeu todos os recursos porque não apresentou o documento com os antecedentes criminais da garota nem o comprovante de residência dela. A prisão dividia juristas e revoltou a família da garota. Ela participou - com mais 40 pessoas - de uma pichação em um andar da Bienal, onde não havia obras expostas. Na segunda-feira (15), a Defensoria Pública de São Paulo assumiu o caso e entrou mais uma vez na Justiça. A decisão pela soltura de Caroline foi da 14ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que reconsiderou a liminar em habeas corpus. O recurso para libertá-la havia sido negado na quarta-feira (17). O mérito do habeas corpus ainda será julgado.

Boletins

A Justiça constatou que existem cinco boletins de ocorrência e dois processos contra Caroline por pichação. Para a Associação Paulista de Magistrados a prisão não é abusiva. "Eu vejo a prática da pichação clandestina, ilegal, como uma prática criminosa. Isso é o que está na lei. Se isso vem da lei, o juiz não pode agir diferente", disse Edison Aparecido Brandão, da Associação Paulista de Magistrados. "O juiz tem que aplicar a lei, mas sempre perseguindo a Justiça. Para que ela possa ter outro destino que não a cadeia, que é destino para bandido perigoso e para gente que efetivamente já foi condenada", disse Sergei Cobra Arbex, da Ordem dos Advogados do Brasil."

Difícil explicar a intensidade de afetos que me atravessaram quando me deparei com notícias sobre pixo e pichação¹. Foucault assim explica os afetos que sentiu no seu encontro com as *lettres de cachet*²: “[...] uma emoção, o riso, a surpresa, um certo assombro ou qualquer outro sentimento, do qual teria dificuldades, talvez, em justificar a intensidade, agora que o primeiro momento da descoberta passou” (1977/2006, p. 203). Também Deleuze e Guattari (1975/2015) destacam o quanto as obras de Kafka os faziam rir. Talvez algo parecido tenha acontecido nesta pesquisa. Espanto, riso, revolta, enfim, toda uma multiplicidade de afetos que notícias como esta acima podem mostrar, dizendo muito sobre o que nos tornamos.

A psicologia social é o campo em que me encontro. Como são várias as psicologias sociais (SILVA, 2005), é preciso destacar que esta pesquisa se ancora em uma vertente que, pela falta de um termo melhor, será chamada aqui de pós-estruturalista. Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari são algumas das principais referências. Uma das propostas da vertente pós-estruturalista é colocar sob suspeita o próprio pensamento científico, já que na produção de conhecimento existem inúmeros interesses e implicações políticas (PETERS, 2000).

Conforme Peters (2000), a aposta pós-estruturalista é radicalizar alguns temas pensados como eixos pelo movimento filosófico conhecido como estruturalismo.

¹ Apesar das diferenças conceituais entre *pixação* e *pichação*, utilizarei a grafia com ‘x’ somente quando se tratar especificamente da ação dos indivíduos que dizem realizá-la e que se identificam como seus praticantes (PEREIRA, 2005; PIXO, 2009). Utilizarei, portanto, *pichação* e *pichadores* para todos os demais casos.

² As *lettres de cachet* eram as cartas utilizadas no séc. XVII para os pedidos de prisão ou de internamento. Cf. *A vida dos homens infames* (FOUCAULT, 1977/2006).

Para tanto, as pesquisas pós-estruturalistas avançam além de eixos e estruturas e passam a problematizar práticas específicas e focos de experiência concretos. Dentre os principais temas, estão as relações de poder, a vontade de verdade e a noção de desejo como produção (PETERS, 2000). Porém, a principal marca das produções pós-estruturalistas são as críticas a modos de pensar ancorados em um humanismo que tem como pressuposto um sujeito consciente e senhor de si (PETERS, 2000).

Inspirado nesses estudos pós-estruturalistas, comecei a perceber que a produção de verdades ditas sobre práticas marginais, tais como o pixo e a pichação, são importantes pistas para pensar sobre o que a cidade vem se tornando e os processos de subjetivação implicados. A noção de pista é recorrente nesta pesquisa, pois se trata de uma ferramenta fundamental no

trabalho cartográfico:

“Apresentamos pistas para nos guiar no trabalho da pesquisa, sabendo que para acompanhar processos não podemos ter predeterminada de antemão a totalidade dos procedimentos metodológicos. As pistas que guiam o cartógrafo são como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa.” (KASTRUP, BARROS E ESCÓSSIA, 2010, p. 13).

Sinônimos como rastros, indícios, linhas e pegadas constituem também parte da caixa de ferramentas do cartógrafo, pois visam orientar quais deverão ser os caminhos a seguir.

E por que aproximar a psicologia do tema da cidade? Se a temática urbana entrou tardiamente para as ciências sociais, como lembra Ferreira Neto (2004), na psicologia, ela é ainda incipiente. Esse distanciamento histórico remonta, segundo o autor, à clássica separação cartesiana entre a substância pensante e a substância material. A psicologia emerge como ciência justamente

na discussão sobre a consciência como objeto da interioridade e o social como exterioridade (FERREIRA NETO, 2004). Um problema que emerge disso é a consolidação de perspectivas dualistas sustentadas pelas noções interno x externo, que não dão conta da multiplicidade dos processos de subjetivação em curso na vida urbana.

Dentre as aproximações³ entre a psicologia e os estudos urbanos, é possível citar a psicologia ambiental, cujo objeto é a influência do ambiente no comportamento dos sujeitos (MOSER, 1998). Tendo como ponto de proveniência a psicologia social norte-americana, a psicologia ambiental retoma a noção de influência para discutir aspectos da relação pessoa-ambiente.

Além dessa perspectiva funcionalista, existe ainda uma vertente crítica que se intitula como psicologia socioambiental (TASSARA, RIBEIRO, 2016), em que se objetiva articular as relações entre psicologia, ética e política, além de problematizar a produção de subjetividades em consonância com a política ambiental.

Assim, para pensar a produção dos afetos produzidos por práticas como o pixo e a pichação, a subjetividade precisaria ser entendida como:

“emergência histórica de processos, não determinados pelo social, mas em conexão com os processos sociais, culturais, econômicos, tecnológicos, midiáticos, ecológicos, urbanos, que participam de sua constituição e funcionamento” (FERREIRA NETO, 2004, p. 04).

A fim de contribuir com a

³ Em 2007, a revista *Estudos em Psicologia* lançou um dossiê intitulado “cidades”. Esse material aponta as diversas vertentes que vêm sendo produzidas na articulação psicologia-cidade. Cf. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1808-428120070002&lng=pt&nrm=iso

produção de conhecimento acerca da relação entre a produção de subjetividades e a cidade, lanço mão dessa psicologia social aproximada de uma perspectiva pós-estruturalista. Isso significa que este estudo se ancora na perspectiva monista de Spinoza (1677/2014), que sustenta boa parte do método cartográfico, ao mesmo tempo que utiliza as discussões de Foucault sobre os processos de subjetivação (1984; 1995).

As câmeras de segurança, a degradação dos espaços, a violência dos comentários, assim como o medo expresso em cercas eletrificadas, podem ser problematizados pela psicologia social sem serem reduzidos a temáticas psicologizantes.

Na efemeridade das palavras pichadas, nas pequenas notas jornalísticas sobre essas práticas, bem como nas poucas linhas em que ficam registrados os comentários dos leitores, existem

subjetividades sendo produzidas, e parece que esses processos de subjetivação se encontram relacionados, tanto na questão do governo de si e do outro, quanto no uso dos espaços e no uso dos afetos.

As aproximações que esta pesquisa faz entre textos acadêmicos e produções não-acadêmicas também são algo próprio da perspectiva pós-estruturalista (PETERS, 2000). O uso de fotografias, literatura e poesia não deve ser confundido como um mero ecletismo, pois “o objeto urbano é de uma complexidade muito grande e exige ser abordado com as metodologias apropriadas à complexidade” (GUATTARI, 1992, p. 175). É por isso que, para traçar um mapa sobre o uso dos espaços e o uso dos afetos, foi necessária a criação de ferramentas específicas. Sua utilização não segue o rigor acadêmico tradicional, mas um

rigor próprio, construído junto com a pesquisa, como se verá.

Assim, o objeto desta pesquisa não é nem o pixo, nem a pichação em si. Essas práticas são pensadas como disparadores para colocar em análise a governamentalidade sobre os processos de subjetivação na vida urbana atual.

A noção de governamentalidade remete aos trabalhos de Foucault (1977-1978/ 2008a, p. 143), podendo ser entendida como:

“[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.”

Os muros estão cada vez mais altos, os condomínios proliferam, as cercas elétricas e as grades espetantes estão mais letais, mas, acima de tudo, nunca se viram tantas câmeras de vigilância espalhadas pela cidade. O mais

interessante é que isso tudo não apenas se tornou normal, mas também profundamente desejado pelos habitantes das cidades. Trata-se, portanto, de cartografar alguns modos de governo de si e dos outros a partir de certos rastros produzidos pelas práticas do pixo e da pichação.

Não se trata aqui de pensar em questões jurídicas (legal ou ilegal?), nem artísticas (arte ou vandalismo?). É preciso ir além de eixos e lógicas binárias e acompanhar a multiplicidade de afetos que essas experiências urbanas produzem. A pichação, o pixo, assim como o grafite, precisam ser pensados em sua complexidade; eles não estão separados nem da cidade, nem de nós. Se muitas vezes tais praticam incomodam, é porque elas nos afetam e dizem algo sobre nossa relação com os espaços urbanos que nos constituem.

A partir de matérias como a apresentada anteriormente,

objetiva-se pensar como se articulam a governamentalidade e a questão da cidade. O pressuposto é que isso é efetuado mediante certo uso dos espaços e certo uso dos afetos. Como já dito, tais usos são pistas que ajudam a pensar os processos de

subjetivação que vêm sendo produzidos na vida urbana.

A notícia que abre esta tese é significativa no aglutinamento dessas relações, mas precisa ser entendida a partir de diversos agenciamentos.



(BANKSY, 2012, p. 38).

O pixo em cena: “Além do bem e do mal”

Para se compreender a potência da notícia sobre a soltura de Carolina Piveta, é preciso destacar a série de acontecimentos que compõem o que os pixadores chamaram de Movimento Além do Bem e do Mal⁴ (ART ATTACK, 2010).

Em junho de 2008, Rafael PixoBomb, junto com cerca de 40 pixadores, entraram na formatura/exposição da Faculdade de Belas Artes de São Paulo e lá realizaram uma série de pixações pelas paredes e, inclusive, sobre as obras expostas⁵. Acontece que Rafael era um dos formandos e, mesmo

afirmando ser aquele o seu trabalho de conclusão de curso, saiu algemado com mais seis jovens, tendo sido reprovado e expulso da Faculdade de Belas Artes (PIXO, 2009).

Em setembro do mesmo ano, o alvo foi a Choque Galeria de Arte, localizada em Pinheiros, umas das regiões mais nobres de São Paulo. A galeria afirmava ser especializada em arte de rua, mas negava-se a abrir espaço para a prática da pixação. Trinta pixadores entraram e pixaram as paredes e obras da galeria ([CONJUNTO VAZIO], 2010).

⁴ Convém destacar que essa mesma referência nietzschiana que animou esses atos subversivos também inspirou autores como Foucault e Deleuze, que aqui sustentam esta tese. Cf. Café Filosófico: Foucault, Deleuze e Derrida frente à crise - Scarlett Marton. Disponível em: <https://youtu.be/mPBN2vYsOLI> Acesso em 25 jan 2017.

⁵ É muito interessante comparar a narrativa produzida pelo jornalismo televisivo e a que foi documentada pelos próprios praticantes. Enquanto a matéria apenas diz (e não mostra) que um segurança foi agredido pelos jovens <https://youtu.be/SIXLrDZ34zo>, nas imagens veiculadas pelos próprios praticantes, vemos claramente um segurança usando a força bruta para deter um pixador.

Já em outubro de 2008, ocorreu a invasão da 28ª Bienal de São Paulo. Apelidada de “Bienal do Vazio”, a curadoria teve como uma de suas propostas promover poucas exposições e atividades, a ponto de deixar um amplo espaço totalmente vazio. Quarenta pixadores adentraram e lá inseriram algum conteúdo. A curadoria chamou a polícia, e Caroline Pivetta da Mota foi indiciada, permanecendo presa por 53 dias na Penitenciária Feminina de Sant’Ana (BRITO, 2008).

Em junho de 2012, ocorreu a 7ª Bienal de Berlim, intitulada *Forget Fear* (“esqueça o medo”), na catedral de Santa Elisabeth, construída em 1895. A Bienal tinha como propostas as estéticas performáticas e políticas, na intenção de diferenciar-se de outras exposições (MACRUZ, 2012). Quatro pixadores

(William, do “Operação”; Biscoito, do “União 12”; e RC e Djan Ivson, do “Cripta”) foram os únicos brasileiros convidados a ministrar uma oficina, intitulada *Politics of poor*, algo como “políticas da pobreza”. Eles se recusaram a utilizar o espaço concedido pela curadoria e escalaram a catedral, lá realizando suas intervenções (MACRUZ, 2012). A polícia foi chamada pelos curadores, e, enquanto a plateia defendia os jovens contra a voz de prisão, o curador Artur Zmijewski jogou água em Djan:

“Foi um susto, pensei que o cara estava me agredindo, quase bati nele. Derrubei o balde da mão dele, falei um monte pra ele, em português mesmo: “Você tá louco? É agressão física! A gente agride parede!”. [...] Eu estava quase batendo nele, mas parei, olhei para trás, procurando alguma coisa. Aí vi a tinta amarela. Andei até a garrafa de tinta, abri, e pintei o cara inteirinho. Ele pegou outra garrafa de tinta e me pintou também. Ficou um silêncio na igreja, eu pintado, ele pintado” (MACRUZ, 2012, s/p).



(MACRUZ, 2012)

Existe uma multiplicidade de afetos presente nesses acontecimentos, o que não pode ser ignorado, pois eles parecem dizer muito sobre a vida urbana e os atuais modos de governo de si e do outro.

Acontecimentos envolvendo a prática do pixo e da pichação não ocorrem apenas São Paulo. Eles já fazem parte da vida urbana, estando presentes na maioria das grandes cidades e, por isso mesmo, vêm suscitando inúmeras pesquisas no campo da antropologia (PEREIRA, 2005), das artes visuais (TAVARES, 2010), da psicologia (FURTADO,

2007; ANDREOLI, 2004) e da arquitetura e urbanismo (FRANCO, 2009), apenas para citar algumas.

A matéria sobre a soltura de Caroline Pivetta foi escolhida para abrir esta tese porque foi a partir dessa notícia que se percebeu o quanto a prática do pixo e da pichação está implicada em certo uso dos espaços e uso dos afetos. Ela foi a primeira “pista” para pensar a relação entre a governamentalidade da cidade e os processos de subjetivação.

A construção desta pesquisa não ocorreu de maneira pronta e instantânea. Existiram vários desvios até chegar a essas questões. Tais desvios não são entendidos aqui como obstáculos, pois justamente foram eles que proporcionaram outros encontros.

Como diria Manoel de Barros (1993, p. 89, *sic*), “[...] é nos desvios que encontra as melhores/surpresas e os aritricuns maduros.

/ há que apenas saber errar bem o seu idioma.”

Para explicar alguns dos caminhos e desvios que permitiram a construção desta pesquisa e apresentar alguns pressupostos que a sustentam, serão traçadas a seguir algumas linhas iniciais. Elas pretendem ajudar o leitor e a leitora a entender como os pichadores emergiram neste trabalho e quais

foram os caminhos da pesquisa até um fio condutor. Também indicam os motivos para o uso de notícias, as potências entre o jornal e a cartografia, assim como a relação entre o grotesco e o espaço morto.

Por fim, o leitor e a leitora são apresentados ao tema do uso dos espaços e do uso dos afetos, as principais noções que animam esta pesquisa.

A emergência de um devir-pirata

Proveniente de algumas discussões realizadas na dissertação de mestrado, esta pesquisa de doutorado teve início problematizando a prática dos agentes comunitários de saúde e a relação destes com os espaços que ocupam. Foram discussões interessantes que permitiram pensar o quanto a circulação por um território se encontra

atravessada pela produção de espaços outros (TABORDA; BERNARDES; MARQUES, 2016). A urgência de problematizar as implicações políticas dos espaços, por fim, ampliou as possibilidades de pesquisa para ir além do foco de experiência dos agentes comunitários.

Foco de experiência, em Foucault

(1984, p. 10), seria a correlação, em uma dada cultura, “entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade”. Quando nesta pesquisa se utiliza a expressão *prática da pichação*, é por essa concepção de foco de experiência que o leitor/leitora deverá orientar-se. Este estudo não se trata, portanto, de uma pesquisa por representação, pois o caminho metodológico é o caminho ético que busca nas experiências concretas a possibilidade de uma interrogação crítica de nós mesmos (PRADO, LEMOS, LOBO, 2014). A ética que aqui se evoca nada tem a ver com aquela que se confunde com a moral. A ética à qual esta pesquisa se alia é tanto aquela da perspectiva foucaultiana quanto a da perspectiva spinozista, que ancora a cartografia. Para chegar-se a esse entendimento, o conceito de heterotopia foi

crucial:

“Se imaginamos, afinal, que o barco é um pedaço de espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si mesmo, que é fechado em si e ao mesmo tempo lançado ao infinito do mar [...] você compreenderá que o barco foi para a nossa civilização, do século XVI aos nossos dias, ao mesmo tempo não apenas, certamente o maior instrumento de desenvolvimento econômico (não é disso que falo hoje), mas a maior reserva de imaginação. O navio é a heterotopia por excelência. Em civilizações sem barcos, esgotam-se os sonhos, e a aventura é substituída pela espionagem, os piratas pelas polícias” (FOUCAULT, 1984/2013, p. 421-422, grifo meu).

Para pensar a heterotopia a partir da imagem do navio, pareceu necessário para esta pesquisa ir muito além dos navios higiênicos e bem administrados que compõem a área da saúde. A embarcação pirata seria, então, uma figura mais interessante, pois, conforme Passetti (2005), a prática pirata como produção de heterotopias emerge como uma espécie nômade de contrapoder que radicaliza as uniformidades das sociedades de controle. Não é, portanto, muito difícil perceber o

quanto a prática da pichação pode ser aproximada de uma modalidade de heterotopia pirata.

A relação entre os pixadores/pichadores e a prisão é significativa também sob outros aspectos. Segundo Foucault (1979), o aprisionamento constitui uma forma tradicional do Ocidente de lidar com as diferenças. A exclusão-aprisionamento apresenta-se como uma característica das heterotopias do desvio, substituindo as heterotopias de crise (FOUCAULT, 2013). Diferenciar quem está ou não dentro das normas é uma característica do poder disciplinar, mas será nas sociedades de controle, a partir dos dispositivos de segurança, que passarão a ser regulados os desvios como algo esperado e controlado.

Se a normalização das condutas e o sufocamento das intensidades

são as regras gerais em uma sociedade que aspira a tudo controlar e prevenir, o agir pirata é uma exceção que faz constantemente exercícios de torsão nas regras instituídas (PASSETTI, 2005). Importante salientar que, ao adotar-se a imagem dos piratas para trabalhar com a noção de heterotopia, não se privilegia nesta pesquisa “o” pirata, relativo ao ser, mas as práticas piratas, que se articulam à noção de devir.

Dito de outro modo, não interessa “o” ser-pirata, pois se trataria de mais uma perspectiva arborescente que implicaria a unificação de sentidos (DELEUZE; GUATTARI, 1980/1995). O modelo da árvore estaria implícito em todas aquelas perspectivas que privilegiam o uno ao invés da multiplicidade, se debruçam sobre as identidades ao invés das diferenças, forjam hierarquias ao invés das alianças,

entendem o poder como propriedade ao invés de relações de força, concebem o desejo como falta ao invés de produção (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Para escapar a generalizações totalizantes do ser, será preciso avançar para uma lógica de pensamento ancorada em uma perspectiva rizomática onde a proliferação de multiplicidades é realizada a partir da noção de devir.

Deleuze e Guattari (1995) explicam a noção spinozista de devir e de encontro a partir do que chamam de “evolução a-paralela” entre a orquídea e a vespa: a orquídea entra em um devir-vespa quando a vespa se encontra com ela, assim como a vespa passa por um devir-orquídea quando se encontra com a flor. Trata-se de uma evolução a-paralela, pois se trata de reinos distintos, vegetal e animal, que justamente por conta dessa diferença possibilitam a

constituição da vida (DELEUZE; GUATTARI, 1995). O quanto, então, não pode ser interessante aproximar a psicologia social da pichação para pensar as governamentalidades efetuadas nas cidades?

A partir dessas problematizações iniciais entre agentes comunitários de saúde, os espaços e os processos de subjetivação implicados, começava a emergir a necessidade de um devir-pirata, agentes-pirata que possibilitassem borrar fronteiras e forjar espaços heterotópicos.

Uma obra que ajudou a encontrar algumas linhas de fuga além do campo da saúde e a ter outro olhar sobre os espaços, e especificamente sobre os espaços urbanos, foi *Carne e pedra*, de Richard Sennett (1994/2010). Sennett desenvolve um amplo estudo histórico sobre o modo como a arquitetura das cidades afeta a arquitetura dos corpos e é por esta afetada. A relação

cidade-corpos fica bastante evidente no capítulo “Artérias e veias modernas”, a partir da noção de circulação sanguínea, desenvolvida pela primeira vez pelo médico britânico William Harvey em 1628 (SENNETT, 2010). A noção de circulação trazida pela “revolução de Harvey”, como chama Sennett, não apenas possibilitou uma transformação radical no campo da saúde pela medicina, como também propiciou que Adam Smith inaugurasse a noção de “circulação” econômica (base do capitalismo); que o sistema sanguíneo passasse a ser modelo de tráfego nas cidades (noções como fluxo, artérias e veias entram para o vocabulário dos urbanistas); que o corpo e seus órgãos passassem a ter uma compreensão mecânica e, portanto, mais secular, que acabou expulsando a noção de alma da medicina (SENNETT, 2010).

É possível observar que as artérias e veias, enquanto rizomas, não se limitam ao campo da saúde, mas atravessam o campo da economia, do tráfego e do corpo, assim como muitos outros. Sobre isso ainda, é interessante um projeto de 1760 de Rousseau, um arquiteto que teve a ideia de construir um boulevard-passeio na forma de coração (órgão da circulação) que possibilitaria outros modos de as pessoas se movimentarem (FOUCAULT, 1977-1978/2008a). A delimitação de onde e como circular está por todos os lados, seja no sentido anátomo-político sobre os corpos individuais, seja no de regulamentação sobre o corpo populacional. No século XIX, o ferro emergiu como um material artificial para a construção de galerias, com uso muito ocasional para moradias, pois era utilizado de modo quase exclusivo para trilhos (BENJAMIN, 1982/2009).

Atualmente, o ferro não é somente um item básico em qualquer construção, como também se constitui em um importante dispositivo de segurança. Os espaços contemporâneos, dirá Baptista (2010, p. 58), seriam uma “paisagem congelada por muros e grades”.

É nessas relações que a ideia de governamentalidade aproximada da cartografia pode ser produtiva para pensar os modos de uso dos espaços e dos afetos.

Ainda no século XVIII, a questão da circulação apresentava-se como um problema novo e fundamental para as cidades (FOUCAULT, 2008a).

Aparecem, então, conforme Foucault (2008a), o tema da higiene (como desenvolver a circulação econômica da cidade garantindo que não haja circulação de doenças e de doentes?); a questão do comércio interior (como ligar o comércio

local com mercadorias vindas de fora e como exportá-las?); e o problema da vigilância (como garantir que a abertura da cidade, agora sem muralhas, lide com sua exposição tanto ao comércio quanto a ladrões, vagabundos e estrangeiros?) – sem dúvida, o mais significativo.

Segundo Foucault (2008), para lidar com essas questões, os arquitetos e urbanistas fizeram da noção de meio (proveniente da biologia e da física newtoniana) o instrumento privilegiado para lidar com o problema da circulação, possibilitando posteriormente a emergência dos dispositivos de segurança.

Nas diversas leituras que realizava, a dissertação de Mizoguchi (2007) foi a obra que me ajudou a compreender a necessidade de tomar a cidade como uma importante questão para a psicologia. Focadas na cidade do Rio de Janeiro, as problematizações realizadas pelo

autor auxiliaram a entender a necessidade de pensar como a experiência urbana é indissociável das ruas, praças, muros e grades que a compõem.

Durante esse processo, circulando por espaços que aproximavam a psicologia da arquitetura e do urbanismo, os agentes comunitários ficavam mais distantes. Minha pesquisa tinha sido oxigenada pela noção de heterotopia pirata, que evidenciava a necessidade de pensar outros intercessores, agentes piratas.

Os muros, com suas câmeras, cercas e guaritas, nunca se fizeram tão presentes: não basta mapas chapados; são necessárias cartografias que acompanhem os processos de subjetivação em movimento. Começar do zero não seria possível, pois, pela perspectiva rizomática, a cartografia parte do pressuposto de que os processos não possuem início ou fim e de que se está

sempre no meio: trata-se da gagueira criativa que não cessa de criar novas conexões: e, e, e...

Muros e grades e paredes...

Do mesmo modo que reino vegetal e reino animal são reinos distintos, mas a partir de seus encontros não cessam de produzir realidades, também a filosofia, a arte e a ciência, com suas distintas produções, estão o tempo todo interferindo-se entre si e criando novos encontros (DELEUZE; GUATTARRI, 1992). Tomando como base essas ressonâncias, começava-se a pensar que a arte poderia ser um modo interessante de avançar para além do campo da saúde. Por que não a arte urbana?

Entre diversas procuras, uma obra chamou a atenção. Tratava-se do livro de Bauer e Gaskell (2002) intitulado *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Essa leitura poderia auxiliar na pesquisa com imagens, mas

inicialmente foram alguns trabalhos com sons que me levaram ao tema da arte urbana. Talvez seja necessário explicar como esse pequeno desvio possibilitou um interessante percurso: na mesma época, eu supervisionava um estágio do curso de psicologia em que leciono. Os alunos faziam intervenções de promoção da saúde de agentes comunitários, e uma das ferramentas era a audição de músicas. Até aí, tudo parecia ir bem; seria até mesmo muito cômodo, pois poderia articular os trabalhos feitos nesse estágio com esta pesquisa. Acontece que a noção de heterotopia pirata para pensar os espaços parecia não encontrar ressonâncias nesse projeto e não seria possível ignorá-la.

Porém, a leitura do livro de Bauer e Gaskell (2002) não foi em vão. Dentre os diversos tipos possíveis de pesquisas com sons, uma temática muito interessante que

chamou a atenção deste pesquisador foi a questão dos ruídos: emergem de modo brusco e singular; quando aparecem, o desejo é livrar-se deles o quanto antes; dependendo da intensidade, é impossível ignorá-los. Os ruídos não seriam também espécies de heterotopias piratas? Por que incomodam tanto? E o melhor: por que não pesquisá-los? Era perceptível que havia um grande potencial em articular o uso dos espaços com a arte e, de modo específico, articular o potencial dos ruídos para pensar os espaços. Para as sociedades disciplinares, é muito conveniente excluir os ruídos, pois os espaços precisam estar harmonizados de tal forma que maximizem o uso econômico dos corpos (FOUCAULT, 1977). Deleuze (1992) então amplia esta noção e afirma que não vivemos mais em uma sociedade disciplinar, que exclui e domestica os ruídos; vive-se atualmente em sociedades de

controle, onde os ruídos são esperados e controláveis.

Ao assistir ao documentário *Pixo* (2009) nessa época, o pixo e a prática da pichação apresentaram-se como os “ruídos” que procurava. Lembrei-me do quanto as intervenções de Banksy (2012) tinham mexido comigo ainda durante o mestrado. Na época, alguns amigos e eu fizemos algumas experiências com estêncil, o que foi algo bastante intenso.

como pode ser aproximado dos praticantes do pixo e da pichação.

O uso inventivo dos espaços não está separado de novas modalidades de uso dos afetos.

O agente-pirata que esta pesquisa procurava foi encontrado produzindo incessantemente espaços heterotópicos. A gagueira criativa suscitada pelo devir-pichador conecta: cidadãos de “bem” e jornalistas e policiais e críticos de arte e, é claro, pesquisadores. Enfim, carne e pedra e tinta!



(ARQUIVO PRÓPRIO, 2011)

Conhecido por sua insistência no anonimato, Banksy não apenas lembra muito as saídas memoráveis de Foucault (quando indagado sobre suas filiações),

Emergia, assim, um interessante modo de pensar as relações entre a cidade e a governamentalidade. Mas como efetivar uma pesquisa dessa natureza? Começar por

quais aspectos da pichação?
Como seguir seus efêmeros e
ilimitados rastros? Será preciso,

então, apontar alguns caminhos
que foram seguidos até a
emergência de um fio condutor.

Caminhos da pesquisa até um fio condutor

*“Em Raíssa, cidade triste, também corre um fio
invisível que, por um instante, liga um ser vivo ao
outro e se desfaz, depois volta a se estender entre
pontos em movimento desenhando rapidamente
novas figuras de modo que a cada segundo a
cidade infeliz contém uma cidade feliz
que nem mesmo sabe que existe”
(CALVINO, 1972/2003, p. 142).*

Este tópico serve para explicar
como cheguei até a ideia de usar
os comentários de notícias sobre
pichação para a tese. Após a
qualificação do projeto de
pesquisa, uma das sugestões da
banca era que, por mais
interessante que estivessem as
discussões que eu vinha fazendo
sobre a prática da pichação, o
trabalho ainda se encontrava
muito aberto e sem sustentação
em várias partes, com muitas
pontas soltas. Faltava um fio

condutor que atravessasse as
diversas questões que estavam
sendo levantadas.

De fato, à medida que se
avançava com a pesquisa, várias
frentes desdobravam-se e novos
caminhos e indagações abriam-se.
Fazia leituras e produzia textos,
mas a falta de uma bússola era
evidente. Lembrei-me de uma
leitura que fiz ainda na graduação
e que me ajudou bastante na
época: “coleta-se muito mais do
que conseguimos analisar

porque muitas vezes saímos a campo sem ter clareza sobre nossos objetivos.” (SPINK, 2010, p. 66). Em meio a tantas linhas, como não se perder? Qual fio condutor seguir?

Já havia a ideia de usar notícias sobre pichações para pensar o uso dos espaços, mas ainda faltava delimitar de modo específico como isso seria realizado. Uma das proveniências dessa estratégia de notícias também se encontra em Spink (2010) quando diz: “[...] um recorte de jornal, uma fotografia de uma cena de rua ou o diário oficial de um governo são tão **presentativos** (no sentido de estar presente) quanto uma entrevista ou discussão de grupo” (p. 123, grifo da autora). Tal como a autora, eu já havia entendido que uma pesquisa em psicologia social não precisa usar tais elementos apenas como contexto, exemplos ou ilustrações, exercendo uma posição secundária na pesquisa.

Estava claro que uma única notícia sobre pichação já tem muito a dizer sobre como se governa a cidade, como se governa o outro e como se governa a si mesmo. Contudo, na falta de um fio condutor, a pesquisa parecia vagar à deriva. O fio condutor necessário emergiu durante a leitura de um texto de Sennett (1974/2014), presente no seu clássico *O declínio do homem público*, que cito abaixo:

Quando todos estão se vigiando mutuamente, diminui a sociabilidade, e o silêncio é a única forma de proteção. O projeto do escritório em andar aberto leva ao extremo o paradoxo da visibilidade e do isolamento, um paradoxo que pode também ser enunciado inversamente. [...] O espaço público morto é uma das razões, e a mais concreta delas, pelas quais as pessoas procurarão um terreno íntimo que em território público alheio lhes é negado (p. 32).

Ao perceber que a internet é atualmente um território íntimo onde os sujeitos expressam suas insatisfações com a decadência do espaço público, lembrei-me dos famigerados comentários de

internet que por vezes utilizo em sala de aula. Gosto de separar alguns para mostrar aos alunos tanto os microfascismos cotidianos quanto a ideia de que não há frases enunciadas à revelia. Esse trecho de Sennett (2014) ajuda a pensar sobre o modo como a internet é usada como um território íntimo, um novo mecanismo de confissão onde todos são convidados a opinar. Enquanto isso, muitas praças e ruas vêm gradativamente se tornando espaços mortos, lugares apenas de passagem, e não de uso. Além disso, o texto ajudou a pensar uma questão aparentemente simples, mas que eu vinha me questionando havia dias a fim de engendrar o fio condutor da tese: por que a pichação incomoda tanto?

Eu acabara de ler também a obra *Ordem médica e norma familiar*, onde Costa (1979/2004) discute a relação do movimento higienista

com a produção tanto das cidades quanto de novos modos de se conduzir. Tal leitura parecia indicar que a pichação só pode emergir como um problema em uma cidade higienizada.

Sendo os afetos produzidos na ordem dos encontros (SPINOZA, 2014) e, portanto, não fazendo parte da chamada “natureza humana”, o ódio para com a pichação só pode ser entendido como produção social. É possível encontrar algumas proveniências desse ódio no forte movimento higienista que atravessou o Brasil durante o século XIX.

Quando o saber médico se articulou aos interesses do Estado, foi a cidade higiênica que emergiu (COSTA, 2004). No capítulo intitulado “A cidade familiar”, o autor deixa isso mais claro: “no Brasil, a higienização da família progrediu em relação direta com o desenvolvimento urbano. [...] O dispositivo médico foi uma das peças fundamentais

desse equipamento” (COSTA, 2004, p. 35).

Valores urbanos burgueses implantados nessa época pela medicina, tais como a valorização do trabalho árduo, a admiração pela competição e o amor à pátria e ao Estado, podem ser facilmente encontrados nas mais diversas notícias sobre pichações. Mas como cartografar o ódio pela pichação? Como analisar o medo e a esperança que levam as pessoas a consumirem mais e mais equipamentos de segurança?

Lembrei que o primeiro título que usei para o projeto desta tese era "o uso dos espaços e o uso dos afetos". A discussão sobre o uso dos espaços pelos pichadores e o modo como os dispositivos de segurança são engendrados nesse processo já estava bem encaminhada; as notícias sobre essa prática forneceram um bom recurso para a pesquisa. Mas como cartografar os afetos? O paradoxo visibilidade-isolamento

levantado por Sennett (2014) sobre a forma como uma tirania da intimidade se levanta em detrimento da vida pública forneceu algumas pegadas a serem seguidas: “as relações civilizadas entre os indivíduos só podem ter continuidade na medida em que os desagradáveis segredos do desejo, da cobiça ou da inveja forem mantidos a sete chaves” (p. 17).

A internet e, mais precisamente, os espaços virtuais para comentar as notícias jornalísticas parecem ter escancarado uma grande porta aos afetos mais íntimos. Mesmo a obra de Sennett (2014) não tratando das redes sociais, a obsessão para com a vida íntima e o descaso para com as relações mais impessoais na vida pública e espaços coletivos ajudam a pensar na intensidade com que os afetos, muitos de cunho fascista, aparecem com facilidade nos comentários de notícias sobre pichações.

A incitação aos comentários, às opiniões e à participação também se alinha ao entendimento de Foucault (1979) sobre o poder. Para o filósofo, a grande sutileza do poder não está na sua capacidade de reprimir, o que o tornaria intolerável, mas é justo o oposto: o poder inclui. Os espaços virtuais dos comentários permitem que todos estejam incluídos nas tramas do poder, sendo recompensados de múltiplas formas ao atuarem como policiais da conduta, tanto de si quanto do outro. No entanto, dirá Foucault (1979), o poder não se exerce sem que custe alguma coisa, e o que a princípio parece ser algo interessante terá um alto preço a ser pago em prol da manutenção de uma sociedade punitiva.

Parecia urgente problematizar a naturalidade com que proliferam os inúmeros discursos fascistas encontráveis cotidianamente nos comentários da internet. As

notícias sobre pichação, bem como seus comentários, apresentam-se como um interessante fio condutor para uma cartografia do uso dos espaços e do uso dos afetos. Nas poucas e efêmeras linhas onde são tecidos esses comentários, há toda uma micropolítica produzindo incessantemente a cidade. Porém, isso não acontece de qualquer modo: “[...] se por um lado as cidades estruturam-se a partir de uma epistemologia da luminosidade, por outro, elas passaram também e como efeito, a produzir zonas de luzes e sombras.” (SCISLESKI; HÜNNING, 2016, p. 14).

O pixo e a pichação apresentam-se como práticas interessantes para pensar os modos de conduzir a si mesmo e ao outro, pois transitam entre as zonas claras e opacas da cidade. Esses movimentos não cessam de produzir subjetividades, pois, caminhando nas sombras que a

cidade higienizada se esforça em esconder, forjam certos territórios existenciais ao mesmo tempo que

engendram heterotopias (BERNARDES; TABORDA; MARQUES, 2015).



(BANKSY, 2012)

Por que o uso de notícias?

Segundo Deleuze e Guattari (1980/1995), a realidade é composta por inúmeras linhas heterogêneas. Isso significa que a realidade toda se conecta em uma multiplicidade de práticas, compondo certo plano de consistência. A multiplicidade de notícias que atravessam os diversos estratos sociais constitui

algumas dessas linhas. Deleuze e Guattari (1995) utilizam-se da imagem do rizoma-erva como proposta contra o tradicional modelo arborescente de proveniência platônica, que insiste em procurar origem/essência em raízes profundas. Para a cartografia, tudo está na superfície, não

havendo nada a interpretar, somente a experimentar (DELEUZE; GUATTARI, 1995).



(PINTEREST, 2017)

Não se trata, portanto, de interpretar matérias jornalísticas ou comentários, e sim de experimentar e problematizar não o que está sendo dito, mas o modo e as condições desses dizeres.

Esse plano de consistência, como o discurso que criminaliza o pixo e a pichação, ou o discurso que toma o grafite como arte, é um grande novelo de lã que deve ser esmiuçado a fim de dar visibilidade aos mecanismos que o engendram. São esses mecanismos que garantem a

governamentalidade nos modos de circulação pela cidade.

Para tornar mais didática a proposta da cartografia, Kastrup, Barros e Escóssia (2010) apresentam as seguintes linhas analisadas por esse método: linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força e linhas de subjetividade.

As linhas de visibilidade, ou linhas de dizibilidades, indicam aquilo que pode ser visto e dito em uma determinada época. Na década de 60, quando o grafite surge entre a periferia negra e latina norte-americana, os mais diversos segmentos da sociedade consideravam-no “feio”, sem qualquer potencial artístico e, portanto, algo criminoso (GITAHI, 2002). Atualmente, no Brasil, o grafite autorizado não apenas deixou de ser visto como crime, como também se tornou “belo” e capaz de atribuir valor aos espaços.

O enunciado “pichação é crime”, presente em latas de *spray* e difundido *ad nauseam* pelos veículos de comunicação, é emitido como um enunciado único, mas é formado por duas linhas de visibilidade distintas que foram historicamente sendo aproximadas: a linha “pichação e a linha “crime”. Essas aproximações só são possíveis por conta das linhas de força, ou seja, os jogos de poder-saber que atualizam a visibilidade de certos discursos, e não de outros. A alegada “imparcialidade jornalística” é parte desse jogo de lançar luz apenas ao que convém e de deixar nas sombras aquilo que não se quer que seja dito nem visto:

“O excesso de luminosidade ofusca. Faz doer os olhos, que precisam descansar. Nos dão dor de cabeça. E também cegam. As sombras que sobram e o breu que obscurece – que foram propositalmente colocados fora daquilo que é contemplado como campo do saber – paradoxalmente deixam de existir e continuam presentes” (SCISLESKI; HÜNNING, 2016, p. 11).

Além dos jornais, as legislações também são uma forma de se darem essas atualizações. A lei nº 9.605 dizia em seu texto: “Art. 65. Pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa” (BRASIL, 1998). Essa lei de 1998 foi modificada em 2011 pela seguinte redação: “§ 2º Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário” (BRASIL, 2011, s/p).

Tanto no discurso jurídico quanto no discurso jornalístico, podemos ver as linhas de força agindo. Mas as leis não teriam qualquer força não fossem as linhas de subjetividade que produzem constantemente os sujeitos. Também chamadas linhas de fuga, essas linhas são o próprio devir, o acontecimento em toda a

sua fugacidade. As linhas de subjetividade, colocadas em último lugar apenas para facilitar a didática, são antes as linhas primeiras, pois nos encontramos em constante devir, em constante “acontecimento”, razão pela qual os sujeitos estão sempre escapando e sendo capturados (KASTRUP; BARROS, ESCÓSSIA, 2010).

dos afetos, isto é, no sentido spinozista, a intensidade presente nos menores acontecimentos indica o modo como somos afetados e repercutirá no uso que faremos desses afetos (DELEUZE, 1981/2002).

Também na cartografia, os afetos do pesquisador são estrategicamente colocados a favor da pesquisa, não de um



Lençóis Paulista/SP
(ARQUIVO PRÓPRIO, 2015)

Os comentários das notícias são alguns rastros desses processos de subjetivação. A noção de acontecimento é fundamental para entender esse processo, uma vez que está atrelada à ideia de intensidade que compõe o plano

modo ensimesmado, mas contra uma pretensiosa “imparcialidade científica” implícita ou mesmo explícita em certos discursos científicos. A cartografia pressupõe uma postura ativa e implicada na produção do

conhecimento. O exercício cartográfico trata, assim, de acompanhar o modo como as linhas de visibilidade, de enunciação, de força e de subjetivação presentes nas matérias jornalísticas forjam certo diagrama. Além das matérias jornalísticas, outros materiais, como documentários e registros fotográficos, ajudam nas problematizações.

A raridade e a brevidade dos relatos não deixam de figurar como potentes exercícios do poder. Em *A vida dos homens infames*, Foucault (1977/2006) apresenta os efeitos de poder das *lettres de cachet*, as cartas régias com ordens de prisão: “o termo ‘notícia’ me conviria bastante para designá-los, pela dupla referência que ele indica: a rapidez do relato e a realidade dos acontecimentos relatados” (p. 203, grifo do autor). Em algumas linhas, vidas que passariam totalmente alheias à história, ao

serem iluminadas por registros de internação de loucura, sofriam uma dupla captura: tanto de seus corpos quanto de sua existência, por meio do registro (FOUCAULT, 2006).

Se as relações de poder só existem correlacionadas a certos regimes de saber, nada melhor que o uso de notícias para discutir as relações entre a governamentalidade e a cidade. Seja nas poucas linhas de uma notícia, nos rápidos comentários ou mesmo em paredes e muros, existe toda uma produção de subjetividades em movimento. Para Certeau (1998), os movimentos silenciosos da leitura ou da escrita não devem ser menosprezados pela ciência, pois é aí que a vida é produzida. A ideia de uso desse autor possibilita pensar que não é de qualquer forma que se dão os modos de governo pela cidade. Sejam os textos dos jornais e comentários, sejam os textos das

paredes e muros, toda uma ética de si e do outro se encontra em movimento e pulverizada pela cidade. As notícias sobre pichações, tal como as *lettres de cachet*, são alguns desses pequenos lampejos do poder.

Diferentemente dos loucos capturados pelas instituições psiquiátricas, os infames das cidades modernas fazem um jogo perigoso em que se busca certa iluminação, sem se deixar ser totalmente capturado. Essa brincadeira de luz e sombra realizada pela prática do pixo e da pichação não deixa de carregar algo de “loucura”, já que os azares de tal prática implicam o risco de prisão e até de morte (PIXO, 2009; LUZ, CÂMERA, PICHACÃO, 2016). Massiva e efêmera como as notícias jornalísticas, essa modalidade de expressão não deve ser ignorada, pois possui amplas implicações na vida urbana (FURTADO, 2007). No próprio planejamento das

cidades, também é possível observar esses jogos de luz. Ao lançar mais luminosidade em certos lugares com maior fluxo de circulação e capacidade de valorização capitalista (pontos turísticos, setores comerciais e especulação imobiliária), a valorização do capital incessantemente produz zonas sombrias, em geral nas regiões de periferia, que ficam largadas à própria sorte (SCISLESKI; HÜNNING, 2016).

É possível perceber que tanto as notícias quanto os comentários emitidos a partir destas têm muito a dizer sobre o tipo de governamentalidade que caracteriza as cidades. Um problema inicial em pesquisar notícias sobre pichações é uma questão de método: quais notícias selecionar entre tamanha variedade e heterogeneidade? Quantas seriam necessárias para um estudo consistente sobre a relação entre a prática da

pichação, a cidade e a governamentalidade? Qualquer que seja a escolha, ela implica um posicionamento ético-político do pesquisador, portanto, nada melhor que discutir alguns de seus pressupostos.

Seguindo algumas orientações traçadas por Foucault (1977/2006), em primeiro lugar, esta pesquisa não busca sistematizar tudo o que se sabe sobre a pichação e seus efeitos. Não se trata igualmente de tomar a pichação como um objeto e investigar os problemas que ela causa. Também não se interessa em responder “o que é a pichação?”, pergunta cara às pesquisas que têm como foco uma analítica da verdade (FOUCAULT, 2006).

As notícias sobre pichações, bem como os comentários que as compõem, fornecem indícios sobre certos modos de conduzir-se e parecem orientar quais devem ser os usos dos espaços e dos

afetos na cidade. Elas foram selecionadas, sobretudo, conforme a intensidade dos comentários contidos. Os comentários emergem como aquilo que Certeau (1998) menciona sobre a participação ativa dos leitores. Essa atividade torna-se mais visível quando encontramos registrados os comentários sobre as notícias lidas. Os comentários indicam rastros, movimentos que nada têm de passivos, pois ali também está sendo forjada outra infinidade de produções (CERTEAU, 1998).

Contudo, se somos o tempo todo afetados por uma multiplicidade de notícias e informações, por que algumas mobilizam os leitores a tecerem comentários enquanto outras são simplesmente ignoradas? É claro que muitas respostas seriam possíveis para tal questão. Seguirei, entretanto, a partir de um importante postulado de Spinoza (1677/2014,

p. 99): “o corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, enquanto outras tantas não tornam sua potência de agir nem maior nem menor”. O encontro com certas notícias pode produzir bons ou maus encontros, conforme haja ou não composição nos interesses. Aprendemos com Spinoza (2014) que no bom encontro há a produção de um aumento de energia (cujo afeto é de alegria), enquanto que em um mau encontro ocorre uma diminuição da energia (uma decomposição marcada pelo afeto de tristeza). Em ambos os casos, existe certa intensidade. Acontece que certas notícias não tornam sua potência nem menor, nem maior. O que define a existência ou não da variação da potência é a ideia de comum (SPINOZA, 2014). Quando não há algo em comum entre o leitor e o texto escrito, as notícias não

possuem nenhuma relevância e nem sequer mobilizam comentários.

Partindo disso, a presente pesquisa buscou selecionar apenas notícias comentadas, isto é, notícias que possuem registros de certo afetamento causado nos leitores. Importou muito mais para essa escolha a intensidade dos afetos do que a quantidade de notícias ou o número de comentários.

O que se pretende com notícias sobre pichações e respectivos comentários é estabelecer alguns “elementos de realidade” (FOUCAULT, 2006), a fim de compreender como funcionam certos mecanismos de governamentalidade nas cidades. O que se objetiva, portanto, é tratar de um problema – o problema da governamentalidade nas cidades a partir dos efeitos da prática da pichação. “Fixar um ponto de ancoragem de uma estratégia” (FOUCAULT, 2006,

p. 328) é tomar certas notícias sobre pichação e os comentários que as atravessam para colocar em evidência o problema cidade-governamentalidade e seus agenciamentos. Tal estratégia de pesquisa pode não apenas ajudar a compreender afetos que a prática da pichação engendra,

mas também auxiliar a problematizar os processos de subjetivação em curso nas cidades contemporâneas.

Para apontar os agenciamentos e os efeitos em rede que as notícias produzem, a narrativa jornalística será aproximada do fazer cartográfico.

O jornal e a cartografia

O antropólogo Bruno Latour (1994) inicia seu livro *Jamais fomos modernos* mostrando como uma simples leitura de jornal percorre diversas redes:

“[...] as páginas de Economia, Política, Ciências, Livros, Cultura, Religião e Generalidades dividem o layout como se nada acontecesse. O menor vírus da AIDS nos faz passar do sexo ao inconsciente, à África, às culturas de células, ao DNA, a São Francisco.” (p. 08).

A composição do jornal aproxima-se da cartografia não só pela multiplicidade de mãos que o

escrevem, mas principalmente pela profusão de linhas a serem seguidas. Existem os autores principais das matérias, mas há também os editores, colunistas, cientistas, especialistas convidados e documentos de autoridades, sem contar a intervenção dos leitores, que afetam as produções posteriores.

Para Latour (1994), as redes são ao mesmo tempo reais, coletivas e discursivas; as colunas que separam o natural, o político e o

discursivo são por demais permeáveis, permitindo que temas complexos se misturem e se atravessem uns aos outros. O autor ensina que a composição de um material como o jornal nada tem de inocente e que os elementos que o compõem, mesmo heterogêneos e tão díspares, além de já estarem conectados, convocam novas conexões (LATOURET, 1994).

A multiplicidade de caminhos de leitura no jornal assemelha-se à da obra *Mil Platôs*, de Deleuze e Guattari (1980/1995), cuja leitura pode ser iniciada por caminhos diversos. A ideia de múltiplas entradas está diretamente relacionada a uma “epopeia do olho”:

“Da televisão ao jornal, da publicidade a todas as epifanias mercadológicas, a nossa sociedade canceriza a vista, mede toda a realidade por sua capacidade de mostrar ou de se mostrar e transforma as comunicações em viagens do olhar. É uma epopeia do olho e da pulsão de ler.” (CERTEAU, 1998, p. 48).

A racionalidade ocidental,

ancorada na ideia de ordem e progresso, não apenas privilegiou a visão como órgão do conhecimento, subestimando os demais sentidos, como também ignorou a potência do caos e o que se produzia nas sombras (SCISLESKI; HÜNNING, 2016).

A relação corpo-visão-afeto é muito bem expressa por Baptista: “o olho que arrasta o corpo na direção da falta. [...] o corpo que arrasta o olho na direção do medo” (BAPTISTA, 2010, p. 58). A leitura do jornal é da ordem da multiplicidade, pois depende dos afetos que são produzidos nos encontros: se os olhos que circulam pelas páginas do jornal encontram o medo, eles arrastam o corpo para longe das ruas.

As múltiplas entradas do jornal permitem trajetos de leituras totalmente distintos, conforme os interesses. É a gagueira criativa e..., e..., e... (DELEUZE; GUATTARI, 1995), que substitui

a conjunção alternativa *ou* pela conjunção aditiva *e*, que faz variar as possibilidades de leitura do jornal: leio a página policial *e* os classificados *e* a matéria principal *e* os colunistas... Posso seguir o sentido inverso, assim como muitos outros.

Já foi dito que a leitura nunca é uma atividade passiva, e agora será preciso ampliar essa ideia. Para Certeau (1998), o ato de ler um jornal apresenta todas as características de uma produção silenciosa. Nos *sites* jornalísticos, isso é ainda mais visível, já que o leitor é sempre incitado não somente a ler, mas a comentar, a tecer suas opiniões. “Um mundo diferente (o do leitor) se introduz no lugar do autor” (CERTEAU, 1998, p. 49). A leitura é apenas um primeiro momento. Os leitores atuais são sempre convidados, para não dizer intimados, a participarem de forma ativa na produção da notícia. Eles aparecem como um

importante elemento para as empresas jornalísticas, pois indicam que a matéria foi lida e agora repercute.

Essa produção silenciosa enunciada por Certeau (1998) pode ser aproximada dos processos de subjetivação pela perspectiva foucaultiana. Os processos de subjetivação funcionam em um duplo aspecto: ligam o indivíduo a si mesmo ao mesmo tempo em que o ligam aos outros (FOUCAULT, 1995). As relações de poder constituem modos de subjetivação pelo fato de agirem como uma forma de condução das condutas: “o poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto ‘livres’ [...] não há, portanto, um confronto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão (onde o poder se exerce, a liberdade desaparece); mas um jogo muito mais complexo” (FOUCAULT, 1995, p. 244, grifos do autor).

É preciso destacar ainda que essa

característica do jornal enunciada tanto por Latour (1994) quanto por Certeau (1998) se aproxima muito do quinto e do sexto princípios do rizoma:

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 30).

Se, de certo modo, os jornais já funcionam a partir de uma forma rizomática, não seria igualmente interessante as pesquisas acadêmicas se aproveitarem dessa potência? Para tanto, antes de tudo, será preciso exorcizar qualquer ideia de representação. As notícias dos jornais não são meras representações da realidade. O mesmo se pode dizer das pesquisas: trata-se de uma produção ativa do conhecimento, implicada na realidade, produzindo efeitos diversos. Para

Deleuze e Guattari (1995), quando se pensa apenas pela via da representação, está se privilegiando o aspecto do decalque, em vez do rizoma e do mapa cartográfico. Segundo os autores, a lógica do decalque é sempre um retorno do mesmo, da identidade, funcionando a partir da lógica representacionista. Vimos que, para Latour (1994), as notícias jornalísticas dispostas em uma rede política-social-discursiva não permitem reduzir o jornal a um mero mecanismo de representação da realidade. De maneira semelhante, Certeau (1998), ao apontar a atividade sempre presente dos leitores, alerta para essas produções silenciosas. A potência do jornal e da pesquisa possibilita afirmar que são modos de produção de realidades, um exercício de poderes que se alia a certos regimes de verdade em detrimento de outros.

Se a representação não é conveniente para pensar a potência do jornal e da pesquisa, qual estratégia poderia ser tomada? Foucault (1974), ao problematizar as verdades jurídicas e o conceito de representação, aponta para a ideia de prática social. Conforme o autor, mesmo nas pesquisas mais críticas, é comum encontrar a herança cartesiana e kantiana de um suposto sujeito fundante do conhecimento. Como uma crítica radical a esse modelo racionalista-iluminista, o filósofo propõe que se parta das práticas sociais para problematizar o engendramento de verdades e a produção dos sujeitos. A pichação é uma prática social. As notícias e respectivos comentários também. Se pensarmos o jornal e a pesquisa como práticas sociais, o modelo representacionista que comumente lhes é atribuído perde a força. Em vez da representação, veremos o quanto as práticas

sociais são presentativas, isto é, no sentido de estarem presentes (SPINK, 2010).

Como dito antes, o jornal não representa ou apenas traduz as lutas que veicula; ele próprio exerce poderes, enuncia os posicionamentos ético-políticos daqueles que dele fazem uso: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Ao aproximarmos ainda mais a potência do jornal e a potência da pesquisa acadêmica, podemos avançar nesse pensamento. Sabe-se que se tratam de práticas sociais distintas, tanto em relação a seus meios quanto no que tange aos seus fins. Mas por que não aproximar a potência rizomática de ambas? Em vez de tomar as notícias jornalísticas apenas como objeto de pesquisa, por que

não produzir a própria tese a partir da potência do jornal? É comum a associação entre o jornal e a vida urbana, mas a pesquisa também não fala da cidade? Os afetos do pesquisador, assim como os do jornalista, não estão igualmente implicados nesse processo?

A ideia de articular esta tese no formato de jornal teve início no meu encontro com a pesquisa “Práticas de exclusão em ambiente escolar”, de autoria de Thiago Donda Rodrigues (2015). Rodrigues (2015) elabora um jornal-tese para cartografar no campo da educação alguns rizomas produzidos entre a matemática e as práticas de exclusão.

Deleuze ficou conhecido na filosofia por roubar conceitos de outros autores (DELEUZE; PARNET, 1977/1998). Contudo, ao invés do plágio ou da cópia, trata-se, sobretudo, de uma evolução a-paralela em que os

resultados já não são da ordem da imitação, mas da produção de novos devires (DELEUZE; PARNET, 1998).

Correio de Sant’Anna do Paranaíba

FESTA DE INAUGURAÇÃO DO CORREIO DE SANT’ANNA DO PARANAÍBA  O Correio de Sant’Anna do Paranaíba é um recurso narrativo para a escrita da tese e terá oito edições contendo as colunas: Educação, História, Cultura, Lazer, Política e Saúde que irão abordar o contexto de Paranaíba. E também dos cadernos especiais: Fios da Meada. De uma prática à outra, as colunas, em conformidade com os temas, aletorias.		FIOS DA MEADA Um dispositivo é um tipo de meada com linhas de força de diferentes naturezas. Cartografar consiste em desmanchar estes fios. Nesta coluna iremos desmanchar alguns fios da EJA da Escola José Garcia Leal. PÁG. 15
MITOLOGIAS Para manter a sociedade vigente é necessário a naturalização de práticas sociais, tais como, o casamento heterossexual, o modelo de família, etc. Estes mitos nos circundam a todo momento e é necessário que todos sejamos mitólogos. PÁG. 19	A ETNOMATEMÁTICA NO CONTEXTO DO ENSINO INCLUSIVO Entre 2006 e 2008 foi realizada a pesquisa de mestrado intitulada “A Etnomatemática no contexto do Ensino Inclusivo: Possibilidades e Desafios”, que a partir do trabalho etnográfico buscou entender o processo de inclusão e como os professores que ensinam Matemática podem corroborar com este processo. Esta pesquisa proporcionou novos questionamentos. PÁG. 12	A SALA DE AULA DE MATEMÁTICA COMO ELA É... Inspirados na “A vida como ela é...” do jornalista e dramaturgo Nelson Rodrigues, nessa coluna tem o objetivo de escanear as práticas comumente usadas nas salas de aula de Matemática. PÁG. 20
EDITORIAL Neste espaço iremos abordar as linhas de força que permeiam as colunas e tem o objetivo abrir espaço para reflexão a partir de uma perspectiva teórica dos assuntos tratados. PÁG. 20	UM VOO RIZOMÁTICO Dois amigos se encontram e planejam uma longa viagem que durará quatro anos. A bordo de uma aeronave, a bagagem inicial é a experiência de vida e acadêmica dos dois. O roteiro de viagem é o devir, o destino final é entender como são os processos de exclusão na EJA e para ajudar nessa empreitada serão convidados vários amigos. A viagem, que toma um caminho rizomático, é instigante e surpreendente. PÁG. 13	DE UMA PRÁTICA À OUTRA A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. A coluna “De uma prática à outra” irá funcionar como um local de teorizações. PÁG. 17

Capa da tese de Rodrigues (RODRIGUES, 2015, p. 11).

Inspirado nas ideias desse saqueador, também acabei “roubando” a ideia de Rodrigues (2015) para utilizá-la nesta tese. Esta pesquisa, então, não apenas terá as notícias de jornal como elemento de análise, como também será apresentada como uma tese-jornal.



(BANSKY⁶, 2009 apud DA SILVA, 2010, p. 54).

Assim como o jornal e a cidade possuem múltiplas entradas, as entradas desta tese-jornal são seus cadernos⁷. Um editorial anuncia os caminhos da pesquisa: a construção do fio condutor da pesquisa; a relação entre o grotesco e o espaço morto; a noção de uso dos espaços/afetos; e o modo como o pixo e a pichação são tomados como disparadores de problematizações sobre a governamentalidade e a cidade. No caderno A, são cartografadas cinco notícias que, conforme dito antes, foram escolhidas segundo a

intensidade dos comentários ali deixados. Os comentários foram copiados na íntegra e para facilitar a leitura estão destacados em cinza. Nos chamados cadernos especiais, o leitor/leitora poderá encontrar discussões específicas, mas que também atravessam o problema da governamentalização da cidade. A tese encerra-se com um *post-scriptum* intitulado “nota da redação”, onde se apresentam algumas pontas soltas ainda sobre a questão do uso dos espaços e do uso dos afetos.

A maioria das notícias cartografadas refere-se a Campo Grande (MS). Tal escolha também tem seus motivos. Só depois que fui morar no interior do estado, onde são raras as pichações, pude observar o quanto a prática da pichação cresceu em minha cidade natal.

⁶ “Os maus artistas imitam, os grandes artistas roubam. ~~Picasso~~ Banksy”.

⁷ É pelo mesmo motivo que este trabalho não possui uma lista de figuras dispostas ordinariamente.

Cada vez mais, eu percebia que tanto os rastros da pichação quanto os rastros deixados pelos comentários podem ajudar a

pensar os processos de subjetivação que se engendram na cidade.

O grotesco e o espaço morto

A princípio, uma pesquisa de doutorado que utiliza notícias sobre pixo e pichação parece uma enorme perda de tempo, uma futilidade. Em vista de tantos problemas sociais e econômicos, a escolha parece tornar-se mais indigna. Pior ainda seria levar em consideração os comentários que se fazem das notícias sobre pichadores. Aí é que pode mesmo ser questionada a credibilidade do pesquisador, já que seriam apenas coisas do senso comum, banalidades efêmeras e sem importância. Sabendo que existe uma profunda implicação ético-política na produção do conhecimento, torna-se

necessário justificar certas escolhas.

A antropologia não somente ensinou as ciências humanas a questionarem a neutralidade científica a partir da observação participante, como destacou a importância dos pequenos detalhes (LAPLANTINE, 2003). O saber antropológico não é evocado aqui por acaso. O primeiro texto acadêmico que me iniciou no tema da pichação proveio do estudo antropológico realizado por Pereira (2010) intitulado “As marcas da cidade: a dinâmica da pichação em São Paulo”. A partir desse trabalho, foi possível encontrar inúmeras

pesquisas sobre o tema, sendo algumas produzidas, inclusive, por “ex-pichadores” (SOUZA, 2007; BOLETA, 2005).

Voltando à antropologia, Laplantine (2003) cita Malinowski, considerado o pioneiro da observação participante, que mostrou que não há objeto indigno para a ciência, pois, além dos grandes acontecimentos, é preciso atentar aos aparentes detalhes sem importância. No método cartográfico, há certa correspondência dessa percepção dos detalhes na noção de atenção à espreita.

Na entrevista intitulada Abecedário de Gilles Deleuze (BOUTANG, 1997, p. 04), a primeira letra foi dedicada ao “A de animal”, mas, ao contrário do animal doméstico, que tem sua energia sufocada, o enfoque foi dado a carrapatos, piolhos e outros seres da mesma laia:

“GD: É. Se me perguntassem o que é um animal, eu responderia: é o ser à espreita, um ser, fundamentalmente, à espreita.

CP: Como o escritor?

GD: O escritor está à espreita, o filósofo está à espreita. Ele não faz nada sem estar à espreita, nunca está tranquilo”.

A atenção à espreita constitui-se, assim, uma ferramenta essencial no trabalho da cartografia. O pesquisador faz devir com o animal à espreita, pois sua concentração precisa estar sem focalização, isto é, necessita estar atenta ao devir e à multiplicidade (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010). De certa forma, os praticantes do pixo e da pichação também fazem uso dessa atenção à espreita. É preciso estar alerta o tempo todo; policiais e moradores não cessam de vigiá-los (PIXO, 2009; LUZ, CÂMERA, PICHÇÃO, 2016). Parte das matérias jornalísticas sobre essa prática emerge quando justamente ocorre uma falha dessa atenção.

Porém, para pensar a

governamentalidade presente na vida urbana, torna-se necessária uma atenção aos usos que são feitos dos espaços físicos e também aos usos dos chamados espaços virtuais. Com a popularização da internet, tornou-se comum que a maioria dos canais de comunicação deixe aberto um espaço para os comentários sobre as notícias. Diferentemente das matérias televisivas, em que não havia possibilidade de maior interação, pela internet, isso não só é possível, como praticamente se tornou uma obrigação. Nas sociedades de controle, todos são convocados a participar (PASSETTI, 2004). Com a produção maciça de notícias (que agora podem ser comentadas), tornou-se comum encontrar uma ampla gama de comentários grotescos.

Ao estudar a obra de Laplantine (2003) para uma disciplina de antropologia que ministrava,

lembrei-me de algumas semelhanças com os autores pós-estruturalistas que sustentam esta pesquisa. O autor cita a importância que Malinowski dava aos pequenos detalhes, sendo que nada deveria escapar ao olhar do pesquisador: desde as notas musicais utilizadas nos ritos até as piadas que são contadas (LAPLANTINE, 2003).

“A cidade aparece como um todo no qual nenhum desejo é desperdiçado e do qual você faz parte, e, uma vez que aqui se goza tudo o que não se goza em outros lugares, não resta nada além de residir nesse desejo e se satisfazer.” (CALVINO, 1972/2003, p. 17).

Não seriam as pichações, as notícias sobre elas e os respectivos comentários espécies de gozos e chistes de nossa cultura? Não se pretende aqui qualquer interpretação psicanalítica ou antropológica. Importa usar a psicologia social, articulada por certa perspectiva pós-estruturalista, para pensar como esses detalhes da cidade, esses ruídos musicais, essas piadas

contadas por tais práticas, estão engrenados na vida urbana. A intensidade dos afetos que produzem pode dizer muito sobre os processos de subjetivação em curso na cidade.

é uma delícia”; “O amor é importante porra!”; “Aqui você é a piada”⁸.

A ironia também é algo muito presente nos trabalhos de Banksy.



(BANKSY, 2012, p. 191)

Muitos praticantes do pixo e da pichação usam os espaços para escrever ironias diversas, assim como para troçar do dono do muro pichado ou das autoridades policiais: “Eu pixo vc pinta, vamo ver quem tem mais tinta”; “Ei policia, maconha

Quase sempre, ele a utiliza para colocar em evidência o que há de mais grotesco produzido pela sociedade (DA SILVA, 2010). Dentre os diversos alvos criticados por ele, Mickey e Ronald McDonald certamente destacam-se⁹. Para Banksy, nada

⁸ Pichações dispersas em vários locais de Campo Grande/MS.

⁹ Dentre as diversas instalações criadas por Banksy, destaca-se o parque temático chamado “Dismaland”, uma visão distópica do universo Disney em que a crítica atinge desde a forte

é mais grotesco na cidade do que a publicidade:

“Vândalos. Pessoas pequenas com mentes distorcidas não poupam esforços e desfiguram esta grande cidade diariamente. Deixando seus rabisquinhos idiotas, invadindo comunidades e fazendo as pessoas se sentirem sujas e usadas. Elas só tomam, tomam, tomam e não repõem nada. São más e egoístas e fazem do mundo um lugar feio pra se viver. Podemos chamá-las de agentes de propaganda e projetistas urbanos. As pessoas dizem que há um problema com o grafite. O único problema com o grafite é que não há grafite suficiente.” (BANKSY, 2001, p. 43 apud DA SILVA, 2010, p. 32).

Foucault (1974-1975/2001) chama de grotesca a articulação entre discursos de verdade, discursos que podem matar e discursos que fazem rir. Em *Os Anormais*, ele discute os argumentos grotescos produzidos pela medicina legal. O bizarro presente nas justificativas que se pretendiam científicas parece espécies de chistes quando os interesses da medicina se cruzam

com o campo jurídico. O problema é que o grotesco, como vemos em Banksy, está mais presente do que se imagina. As notícias sobre pichações, algo menor entre tantas matérias, também parecem cumprir essa função de chiste na cidade. Embora exista o termo “imprensa marrom”,¹⁰ quando se coloca sob suspeita a credibilidade da publicação, não utilizarei essa noção pelo fato de que não se trata de colocar sob suspeita “a” verdade sobre o que se diz ou sobre quem diz, mas as condições que tornaram possível algo ser dito (FOUCAULT, 1996). Será usada, em vez disso, essa noção de grotesco para destacar o modo como os chistes, as piadas – em suma, toda uma discursividade grotesca presente nas cidades –, estão articulados de algum modo no governo das condutas.

segurança na porta de entrada do parque até acidentes envolvendo princesas. Disponível em <https://youtu.be/V2NG-MgHqEk>

¹⁰ Cf. SOBRINHO, Danilo Angrimani. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995.

É possível, portanto, afirmar que a prática jornalística, ao fazer esse uso constante do grotesco, não busca apenas conseguir mais leitores, mas também já funciona como um mecanismo da governamentalidade. Isso se torna visível quando encontramos títulos irônicos ou provocativos como este: “Mico: mãe de pichador procura comerciante que ofereceu ‘cenhão’ para descobrir o vândalo” (ITAPORÃ NEWS, 2014). A notícia sobre a captura desse jovem denunciado pela própria mãe não se trata de um caso isolado, um exemplo. O que atravessa notícias como essa é certa função corretiva, um significativo mecanismo no governo das condutas (FOUCAULT, 1979). Não se trata, portanto, de notícias de determinada “imprensa marrom”. Como se verá, essa função corretiva não é exclusiva nem dos jornalistas, nem dos

operadores do sistema penal.

Se os veículos jornalísticos cotidianamente utilizam-se desses discursos para aumentar seu público e para exercer a governamentalização das condutas, o que dizer dos grotescos comentários que são emitidos sobre essas notícias? Como nas *lettres de cachet* utilizadas como mecanismo de internação (FOUCAULT, 1977/2006), erros crassos de ortografia escritos no calor dos afetos não cessam de pedir as punições mais severas, como trabalhos forçados, torturas e até pena de morte aos praticantes do pixo e da pichação. Nesses espaços, é comum encontrar discussões irônicas, palavrões e constantes piadas de cunho fascista.

Se, para a pesquisa participante, detalhes, como as piadas, dizem algo relevante sobre uma cultura (LAPLANTINE, 2003), parece ser necessário para esta pesquisa

destacar esse grotesco que atravessa em maior ou menor grau as mais variadas linhas discursivas. É possível afirmar que o grotesco presente em notícias e em comentários apenas coloca em evidência a sociedade carcerária da qual todos fazemos parte:

“Como não seria a prisão imediatamente aceita, pois se só o que ela faz, ao encarcerar, ao retrainar, ao tornar dócil, é reproduzir, podendo sempre acentuá-los um pouco, todos os mecanismos que encontramos no corpo social? A prisão: um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas, levando ao fundo, nada de qualitativamente diferente.” (FOUCAULT, 1977, p. 208).

A função corretiva e, portanto, moralista, presente em inúmeros discursos grotescos, encontra-se pulverizada nas mais diversas instituições, como a família, a escola, o hospital, o trabalho, mas também em práticas habituais, como os cuidados com o corpo, a alimentação, as relações de amizade, as relações eróticas (FUGANTI, 2012).

À primeira vista, parece um grande equívoco criticar tais mecanismos de correção e, nessa esteira, os mecanismos de segurança (FOUCAULT, 2008a) e de controle (DELEUZE, 1992). No senso comum, expresso aqui pelos comentários, o que parece fazer mais falta na cidade são ações corretivas e de ordenamento. O lema positivista e higiênico “ordem e progresso” está inscrito tanto na bandeira quanto nos corpos. Há toda uma produção de subjetividades que fazem crer com todas as forças que a correção e, é claro, a punição são o melhor caminho para a evolução da sociedade. A aversão ao pixo e à pichação provavelmente deve-se a essa associação com o caos e, portanto, contra a cidade e tudo o que ela representa de hábitos sadios e da boa educação.

No entanto, Fuganti (2012), ancorado na esquizoanálise e em estudos spinozistas e

nietzschianos, alerta sobre os riscos do desejo pela moral e sua função corretiva. Assim como em Foucault (1995) o sujeito em si não existe, pois é um mero efeito do poder, a esquizoanálise explica o sujeito como efeito de forças ativas e reativas. As forças ativas devem ser primeiras, pois estão ligadas à própria singularidade dos acontecimentos, ou seja, condizem com a potência da vida em inventar-se e diferenciar-se a todo instante (FUGANTI, 2012). Como o devir é o próprio ineditismo, as forças ativas estão sempre vacilando e sendo questionadas. Segundo Fuganti (2012), as forças reativas são conservadoras, mas igualmente importantes, já que sua função nobre é a de conservar as condições para as forças ativas, espécie de memória que recupera as ações que funcionaram em outras situações inéditas. O grande problema do desejo pela moral e pela função corretiva é

quando as forças reativas são colocadas à frente das forças ativas (FUGANTI, 2012). Dito de outro modo, as normas, as leis e as regras, que deveriam ser um meio de ajudar a lidar com as vicissitudes da vida e de torná-la mais alegre, tornam-se um fim, um obstáculo para a própria vida. Podemos ver muito bem a tristeza e os efeitos nocivos da grotesca burocratização da vida nas obras de Kafka (DELEUZE; GUATTARI, 1975/2015), mas seria um grande equívoco acreditar que isso diz respeito apenas aos sujeitos individualmente.

A tensão existente entre a pichação, as notícias e os comentários, assim como o uso do grotesco nessas práticas, é uma forma de pensar a governamentalidade existente na cidade assim como a produção de subjetividades. As tensões registradas de maneira efêmera em espaços físicos (como nos

muros) e em espaços virtuais (como nas matérias jornalísticas e comentários) produzem certo desenho, um mapa da subjetividade urbana. É aqui que a moral, com seus diversos mecanismos de correção, e a ética, ligada à própria vida e à cidade, diferem. Os contornos e limites desses mapas da subjetividade urbana não são feitos de qualquer modo. A moral não cessa de prescrever como devem ser esses contornos, mas é a ética, isto é, a produção da vida no cotidiano uso dos afetos e nos mais diferentes usos dos espaços, que vai produzir as subjetividades e, logo, certo tipo de vida urbana. É comum que o grotesco seja entendido como mero desvio de conduta, como equívocos da profissão, ou ainda, como simples “descontroles emocionais”. Contudo, um dos objetivos desta tese é mostrar que a emergência do grotesco (seja na pichação, seja nas notícias ou nos comentários)

não deve ser vista como algo inocente ou acidental. É possível que o excesso de violência presente nesses mais variados discursos seja, antes de tudo, um efeito dos processos de subjetivação produzidos pelos modos de governo de si e do outro na vida urbana. “Que sociedade é esta que forma uma geração inteira de jovens que precisa se expressar através da destruição?” (PIXO, 2009). Esta foi uma das primeiras questões que me fiz. É possível que a cartografia de notícias e comentários ajude a entender o que nos tornamos e o que podemos deixar de ser.

Parece que, na série que articula pichação-jornalismo-comentários, toda uma moral grotesca cumpre uma importante função na governamentalização das condutas, que é a de manifestar com todo rigor uma racionalidade violenta (FOUCAULT, 1977/2006). Talvez neste ponto seja

necessário pensar como a ética, entendida como o cuidado de si e do outro, foi sendo rebaixada a um discurso moral grotesco. A ideia de declínio da vida pública, proposta por Sennett (1974/2014) como a transformação dos espaços de uso em espaços mortos, é aproximada aqui da prática da pichação para pensar a racionalidade violenta presente na vida urbana. Apesar de serem muitas vezes tomadas como sinônimos, confundir moral e ética produz explicações redundantes e simplistas.

Como dito antes, a moral relaciona-se com as forças reativas e conservadoras, expressas em normas e nos diversos mecanismos corretivos. Já a ética está no campo do devir, no exercício das forças ativas frente à singularidade dos acontecimentos (FUGANTI, 2012). Isso talvez explique por que o discurso moral grotesco age com tamanha violência, já que,

segundo Fuganti (2012), a moral tende a produzir sujeitos fracos e obedientes. Também não é por acaso que a proliferação do medo nos mais variados discursos de segurança e da saúde se alinhe como afeto fundamental para crescimento do mercado de segurança (SAFATLE, 2015). Quando os sujeitos estão aliados ao devir e exercendo as forças ativas, há sempre tensão, grandes riscos – em suma, existe a produção de uma vida intensa (FUGANTI, 2012). Isso incomoda porque questiona o instituído. É possível pensar, a partir da perspectiva da esquizoanálise, que as racionalidades violentas e grotescas presentes nas notícias e comentários emergem como estratégias de sufocamento da intensidade das vidas aliadas ao devir. É claro que seria um grande equívoco articular práticas como o pixo e a pichação ao campo da ética e todo o resto

ao campo da moral.

Não é disso que se trata. O que se pretende é apontar como essas práticas marginais, de certo modo, dizem muito sobre o que a cidade se tornou, sobre o que nos tornamos. O amor à obediência, mesmo que seja por discursos grotescos, parece ser um dos grandes objetivos dos processos de subjetivação da atualidade. Um modo interessante de problematizar esse universo grotesco e os intensos afetos que atravessam cotidianamente notícias e comentários sobre pichação pode ser pelo campo da literatura. Para Peters (2000), uma característica muito

presente nos estudos pós-estruturalistas é a relação destes com a literatura e sua preferência pelos escritores marginais.

Mesmo Dunker (2015), ao aproximar a psicanálise lacaniana de certa antropologia pós-estruturalista, também faz uso da literatura de Mario de Andrade e de Oswald de Andrade para discutir a vida urbana atual. A relação entre o grotesco e a literatura não é nova e pode ser encontrada em vários autores, mas Augusto dos Anjos é certamente o autor de maior destaque nacional (GULLAR, 1998).

Augusto dos Anjos: intercessor do grotesco e do espaço morto

Durante a produção desta tese, além de textos acadêmicos, foram lidos vários materiais. A ideia era

fazer diversas experiências com esses materiais paralelos para pensar sobre o uso dos espaços e o

uso dos afetos na relação entre governamentalidade e cidade. *A peste*, de Albert Camus (1947/1984), e *Cidades invisíveis*, de Ítalo Calvino (1972/2003), foram alguns. Eles aparecem em alguns momentos nesta pesquisa. No entanto, nenhuma escrita literária parecia acoplar-se tão bem ao problema que esta pesquisa traçava quanto a de Augusto dos Anjos.

Acompanhar o grotesco presente em notícias e comentários não é uma tarefa simples como parece. Toma-se contato com afetos de ódio, incitação à tortura e à pena de morte, assim como com constantes fascismos¹¹. Muitas vezes, isso me causava uma profunda indignação. Augusto dos Anjos pode ter sido para esta pesquisa aquilo que o poeta Virgílio foi para Dante Alighieri: um companheiro privilegiado na

sua descida aos infernos. Sua escrita cheia de escravos, presos, pobres, insetos, larvas, em suma, tudo o que é marginal (GULLAR, 1998), encontra eco na escrita politizada de Deleuze e de Foucault, que também privilegiaram os marginalizados (PETERS, 2000). Conforme Gullar (1998, p. 19), “jamais, antes dele, na poesia brasileira, essa indagação se fizera em tal nível de urgência existencial e de expressão poética”.

É claro que são vários os riscos em aproximar esse escritor deste trabalho. Há em Augusto dos Anjos uma explícita influência de Spencer e de Haeckel, que, inclusive, são citados em seus poemas (GULLAR, 1998).

Basta, então, citar que o discurso evolucionista foi utilizado como justificativa tanto por teóricos do racismo quanto por

¹¹ Não utilizarei os termos *haters* e *trolls*, pelos mesmos motivos indicados acima sobre a chamada “imprensa marrom”, pois não interessa aqui quem diz, mas como se diz. Além disso, não se trata apenas de discursos de ódio, mas de toda uma dinâmica dos afetos.

colonizadores, para pensarmos nos riscos ético-políticos implicados. Como o que se critica neste trabalho são justamente os fascismos, é necessário dizer que não é esse o uso que Augusto dos Anjos faz do evolucionismo social e que também não interessa a esta pesquisa.

As meditações fúnebres de Augusto dos Anjos sobre a vida, tendo a doença e a morte quase sempre presentes, também parecem muito distantes das propostas de Deleuze (2010) e de Spinoza (2014). Enquanto este último considerava abominável meditar sobre a morte, aquele descartava toda forma de negação da vida. Importa, então, mencionar que o grotesco nos poemas de Augusto dos Anjos, mesmo alinhado às filosofias pessimistas em moda na época, remete a uma preocupação intensa com a vida em toda a sua condição material e fugaz (GULLAR, 1998).

Apesar desses riscos que assumo, o leitor e a leitora poderão perceber que, muito além dos possíveis entraves, existem produtivas conexões com os autores que aqui se utilizam.

Dentre os vários poetas que influenciaram a escrita de Augusto dos Anjos, há uma unanimidade sobre Baudelaire (GULLAR, 1998). Sendo essa também uma influência sobre Foucault e Deleuze (PETERS, 2000), isso explica a aproximação do tema do infame, do grotesco e do hediondo por esses autores. O próprio Walter Benjamin acentua que “o aspecto decisivo em Baudelaire é o substrato social, moderno, do ‘idílio fúnebre’ da cidade” (BENJAMIN, 1982/2009, p. 47, grifo do autor).

É fácil encontrar em Augusto dos Anjos uma espécie de materialismo imanente, que se observa tanto na geometria dos afetos de Spinoza (2014) quanto

na cartografia de Deleuze e de Guattari (1980/1995): “quando o homem, resgatado da cegueira / vir Deus num simples grão de argila errante, / terá nascido nesse mesmo instante / a mineralogia derradeira!”. (ANJOS, 1998, p.227). Essa mineralogia monista também não está distante daquilo

torná-la contemporânea, inserindo-a no espaço da vértebra quebrada do tempo (AGAMBEN, 2010).

Para Agamben (2010), aqueles que estão muito adequados ao seu tempo dele não são contemporâneos.



(BOLETA, 2005, p. 12).

que Deleuze e Guattari (1995) chamaram de geologia da moral. Tomando esses devidos cuidados, a obra de Augusto dos Anjos é aqui avizinhada não só dos referenciais teóricos que se adotam, mas também da pichação, para pensar a cidade, os afetos e os espaços. A ideia de aproximação é no sentido de

“Sofro aceleradíssimas pancadas / No coração. Ataca-me a existência / A mortificadora coalescência / Das desgraças humanas congregadas! / Em alucinatórias cavalgadas, / Eu sinto, então, sondando-me a consciência / A ultra-inquisitorial clarividência / De todas as neuronas acordadas! / Quanto me dói no cérebro esta sonda! / Ah! Certamente eu sou a mais hedionda / Generalização do Desconforto... / Eu sou aquele que ficou sozinho / Cantando sobre os ossos do caminho / A poesia de tudo quanto é morto!” (ANJOS, 1998, p. 247).

Apesar de todas essas possibilidades, ainda tive por vários momentos a ideia de retirar esse poeta das discussões. A cada poema que aparecesse nesta pesquisa, seria necessário novamente torná-lo contemporâneo, discutir quais linhas ele segue no plano de composição – um trabalho que seria facilitado apenas se o retirasse. O principal motivo que permitiu assumir o risco de manter Augusto dos Anjos nesta pesquisa foi uma relação ainda não percebida: a relação entre o grotesco e o espaço morto.

Quando entendi a afirmação de Sennett (2014) de que os espaços públicos foram cada vez mais deixando de ser espaços de uso para tornarem-se espaços mortos, comecei a perceber a potência da poesia de Augusto dos Anjos para este trabalho. A rebuscada escrita da pichação apresenta-se como efeito de certa ruína da cidade, certo uso do espaço tido como

morto:

“O cupim negro broca o âmago fino / Do teto. E traça trombas de elefantes / Com as circunvoluções extravagantes / De seu complicadíssimo intestino”. (ANJOS, 1998, p. 163).

A figura do pichador parece assumir esse devir-cupim que, à medida que realiza uma invenção de si com “circunvoluções extravagantes”, faz outro uso dos espaços e ativa potências até então não planejadas: o muro que separava o público do privado passa a ser objeto de espanto e de ódio, mas também passa a ser objeto de notícias e de pesquisas. Tanto em Augusto dos Anjos quanto nos pichadores, há uma escrita visceral não somente por expor a decrepitude da vida material e suas transformações, mas por colocar todo o seu corpo em jogo. O que parece importar é fazer outro uso dos espaços/afetos.

Mesmo a poesia de Augusto dos Anjos não tratando diretamente da cidade, é possível encontrá-la em fragmentos, seja nas casas,

nas ruas, em muros ou simplesmente na bruta vida cotidiana (GULLAR, 1998).

“Recife. Ponte Buarque de Macedo. / Eu, indo em direção à casa do Agra, / Assombrado com a minha sombra magra, / Pensava no Destino, e tinha medo!” (ANJOS, 1998, p. 102).

É claro que, por viver no início do século XX, o poeta não chegaria nem de longe a conhecer práticas como a da pichação e do pixo, que emergiriam somente no fim desse mesmo século. No entanto, basta citar outro trecho desse poema para perceber algumas possíveis aproximações da vida noturna que anima essas práticas:

“A noite fecundava o ovo dos vícios / Animais. Do carvão da treva imensa / Caía um ar danado de doença / Sobre a cara geral dos edifícios! / Tal uma horda feroz de cães famintos, / Atravessando uma estação deserta, / Uivava dentro do eu, com a boca aberta, / A matilha espantada dos instintos! / Era como se, na alma da cidade, / Profundamente lúbrica e revolta, / Mostrando as

carnes, uma besta solta / Soltasse o berro da animalidade.” (ANJOS, 1998, p. 102)

A ideia de tais aproximações foi forjar ferramentas conceituais, intercessores, como diria Deleuze (1992), para pensar esse fenômeno estético-social que é a pichação.

Conforme Gullar (1998), pressupondo o necessário questionamento que as formas literárias mantêm com a realidade, é possível afirmar que “[...] a função vital da criação literária é atualizar, no nível da linguagem verbal, a experiência ‘emocional’ da sociedade” (p. 33, grifo do autor). Se a existência da pichação implica que ela cumpra certas funções na cidade, quais experiências afetivas a pichação está atualizando? O que esses elogios à destruição indicam para a cidade contemporânea? Os poemas de Augusto dos Anjos podem fornecer alguns indícios.

A noção de uso aproximada da cartografia

Já foi dito que a noção de espaço morto de Sennett (2014) deriva da ideia de que os espaços públicos de uso foram se tornando meros espaços de passagem e sem vida. Também foi apresentada a prática da pichação como aquela que faz outro uso dos espaços e, conseqüentemente, outro uso dos afetos. Os discursos grotescos e violentos que emergem em notícias e comentários também remetem a certo uso desses afetos provocados pela prática da pichação. É possível que agora seja o momento de discutir um pouco mais essa noção de uso, que aqui foi apropriada de Michel de Certeau.

Sua pesquisa sobre as práticas do espaço e os estudos de Michel Foucault (uma de suas principais referências) já coincidiriam muito

para discutir a relação entre as práticas da pichação e o governo da cidade. Contudo, sua principal contribuição para este trabalho deve-se à sua noção de uso, pois o que está em jogo na articulação pichação-governo-cidade são os usos ou modos de apropriação dos espaços. Certeau (1998) destaca que muitos estudos notáveis se dedicaram a pensar as representações e os comportamentos cotidianos, mas pouco se estudou sobre os usos, isto é, a fabricação ou produção a partir do já produzido:

“Por exemplo, a análise das imagens difundidas pela televisão (representações) e dos tempos passados diante do aparelho (comportamento) deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural ‘fabrica’ durante essas horas e

com essas imagens. O mesmo se diga no que diz respeito ao uso do espaço urbano, dos produtos comprados no supermercado ou dos relatos e legendas que o jornal distribui.” (CERTEAU, 1998, p. 39, grifo do autor).

A prática da pichação é um bom modo para compreender a noção de uso. Se as paredes e os muros foram pintados para permanecerem com a cor original, os pichadores serão os que deles farão outro uso. As latas de tinta e de *spray* vendidas em lojas e supermercados não visam especificamente a atividades ilegais, mas nas mãos dos pichadores servem a diferentes usos clandestinos. Os efeitos de suas produções por vezes aparecem nas legendas dos jornais, e matérias são produzidas sobre pichadores pegos pela polícia (LUZ, CÂMERA, PICHÇÃO, 2016). Os leitores, que a princípio não tiveram nenhum envolvimento com lojas ou casas pichadas, ao lerem as

notícias, vão fazer uso dos espaços virtuais para a expressão de seus afetos. Em todos esses movimentos, vemos diferentes usos que produzem a vida cotidiana, mas que, dependendo da política de pesquisa que se realiza, não são levados em consideração.

Se há uma produção racional, centralizada e espetacular que movimenta a sociedade capitalista, para Certeau (1998), o uso que se faz desses inúmeros produtos engendra uma multiplicidade de outras produções mais sutis, silenciosas e quase invisíveis. É possível colocar os fabricantes de tintas, os donos de supermercado e os jornalistas como parte dessa primeira atividade produtiva, enquanto que os praticantes das pichações e os comentadores das matérias jornalísticas se enquadram na segunda. Mesmo se tratando de atividades quase invisíveis, tais práticas revelam

certos usos dos afetos, colocam em movimento modos de governo, articulam uma produção desejante sobre a cidade.

A noção de Certeau de uso como algo produtivo pode ser aproximada da concepção de desejo de Deleuze e Guattari. Segundo Mejat (2012), os autores da esquizoanálise buscaram no jovem Marx, o Marx da *Introdução à crítica da Economia Política*, uma concepção muito específica de desejo enquanto produção: “de modo que tudo é produção: ‘produção de produções’, de ações e de paixões; ‘produções de registros’, de distribuições e de marcações; ‘produções de consumos’, de volúpias, de angústias e de dores.” (DELEUZE; GUATTARI, 1972/2011, p. 14, grifos dos autores).

Para Deleuze e Guattari (2011), em toda atividade produtiva, há certos desejos que a

movimentam, assim como todo desejo só existe enquanto produção. Mas isso não ocorre de qualquer forma, e é aqui que a concepção de desejo converge com a perspectiva de uso de Certeau. O uso daquilo que acontece a cada encontro não é algo banal. Todo encontro produz diferentes afetos, que por sua vez vão engendrar certos desejos: são esses desejos produzidos nos encontros diários que determinarão um uso moral ou ético daquilo que acontece ao sujeito (SPINOZA, 2014; FUGANTI, 2012).

Pela perspectiva de Certeau (1998), o binômio produção-consumo pode ser entendido também pelo equivalente escrita-leitura. Segundo o historiador, enquanto diferentes usos passam a ser engendrados a partir dos processos de escrita, a leitura apresenta todos os traços de uma produção silenciosa. Se escrevemos apenas com memória

curta (DELEUZE; GUATTARI, 1980/1995), é porque, à medida que se escreve, diferentes afetos modificam os caminhos da memória, produzindo novos usos daquilo que é encontrado.

ocorrem essas micropolíticas dos usos.

A fotografia em questão mostra a fachada da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, localizada na cidade de Campo Grande (MS).



Academia Sul-Mato-Grossense de Letras.
(ARQUIVO PRÓPRIO, 2015).

Mas também há toda uma produção desejante ao “lerem-se” os espaços pichados, assim como inúmeros afetos são provocados quando são lidas as notícias no jornal. É possível, então, afirmar que a cidade é coengendrada, para usar um termo deleuziano, quando

Passei várias vezes por esse local durante o doutorado, procurei notícias sobre essas pichações, mas nada foi encontrado. De qualquer forma, pode ser um interessante exercício perceber algumas das linhas rizomáticas que compõem essa imagem: o saber formalizado da academia,

com suas normas tradicionais (letras de fôrma forjadas em metal), atrelado ao saber menor da pichação (rabiscos em tinta e sem autorização). Outro detalhe, não menos importante, está na placa onde é possível ler “vende”, que denuncia todo o plano de composição: o imóvel onde se encontrava a academia está à venda e por isso foi pichado. Também uma heterotopia foi forjada. Três modos de expressão ou muitas escritas? Quantas mãos compuseram a totalidade dessa imagem? Isso sem contar os pedestres e o pesquisador, que fez o registro. Uma multiplicidade de linhas foi aproximada, mas ao final compõe um quadro singular. Espaços aglutinados que se confundem são uma característica das heterotopias (FOUCAULT, 1984/2013).

Diferentemente do discurso binarista que prega uma separação do tipo “água e óleo” entre pichadores e grafiteiros, a

relação entre eles é complexa e permeada por nuances (PEREIRA, 2005; TAVARES, 2010). Os atropelos, as sobreposições de tinta na intervenção alheia (PIXO, 2009), constituem um interessante problema, pois, independentemente de quem os faça, violam uma regra fundamental dos praticantes e passam a ser entendidos como uma grave afronta. Para a governamentalidade, esses atropelos realizados entre os pichadores é o que menos interessa. Antes, ela busca amenizar o problema das intervenções clandestinas com a designação de espaços adequados. E como uma autêntica pichação só emerge quando um espaço é apropriado pelos pichadores (PIXO, 2009), a criação de heterotopias é inevitável.

Seja como ervas daninhas, seja como formigas, ao atravessar os espaços, a prática da pichação

não deixa apenas rastros multissensoriais (os traços visíveis, o cheiro da tinta, a parede grudenta...), mas faz agenciamento para uma infinidade de linhas:

[...] a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 1972/2003, p. 16).

Ao entrar em contato com as notícias sobre pichação, não pude deixar de ser afetado pela intensidade com que certos comentários eram traçados. A nau dos insensatos é uma excelente imagem que Certeau (1998, p. 70) utiliza para pensarmos o uso da linguagem cotidiana: “estamos submetidos, embora não identificados, à linguagem ordinária. Como na nave dos insensatos, estamos embarcados, sem possibilidade de

fuga ou de totalização.” A linguagem é essa embarcação: ora compõe os espaços da cidade, como na pichação, ora compõe os espaços virtuais, como nos comentários. O ódio pelos pichadores incita não apenas o desejo por punições exemplares, mas por torturas que dariam inveja até aos carrascos medievais mais perversos. Isso sem contar os trabalhos forçados e a pena de morte. Em suma, ao ignorar-se a linguagem cotidiana, perde-se o essencial, que são os movimentos dos usos das palavras e das coisas.

A cartografia de Deleuze e Guattari (2014) é justamente um modo de percorrer processos vivos, processos em movimentos de desejo, atentando-se às diferentes linhas, que ora se cruzam, ora correm em paralelo, ora fogem e ora são capturadas. A ideia de jogo de Certeau ajuda a pensar as forças que estão em ação nos diferentes modos de

usos: as maneiras de habitar uma casa, uma língua ou uma cidade variam conforme cada circunstância, o que “cria para si um espaço de jogo para maneiras de utilizar a ordem imposta do lugar ou da língua” (1998, p. 92-93).

Se não existe escolha livre dos afetos (SPINOZA, 1677/2014), as diferentes linhas percorridas implicam tanto movimentos de desejo quanto jogos de força. Os muros e paredes que delimitam e impõem as fronteiras dos espaços da cidade tornam-se a condição de possibilidade para a produção maciça dos grafites e das pichações (PIXO, 2009). Isso implica uma multiplicidade de modos de jogar com os espaços, mas corresponde a um número finito e limitado, tal como lembra Certeau (1998, p. 83) nas “improvisações no piano ou na guitarra”. Ancorado na antropologia, o autor utiliza a ideia dos jogos disjuntivos, isto é,

os jogos produtores de diferença, para pensar os lances, que devem ser proporcionais à situação: “os jogos formulam (e até formalizam) as regras organizadoras dos lances e constituem também uma memória (armazenamento e classificação) [...] de novos lances” (CERTEAU, 1998, p. 83-84). Os pichadores, assim como os leitores que comentam nos *sites* jornalísticos, são aqueles que jogam com os espaços, criam novos códigos, atualizam os registros de classificação, produzem heterotopias.

Essas produções secundárias, que são os outros usos, têm como um de seus efeitos a produção de “sucatas”, um modo de apropriação dos produtos capitalistas (CERTEAU, 1998). Esses jogos na produção de sucatas, segundo o autor, também ocorrem nas instituições científicas, onde é possível uma saudável subversão:

Conheço pesquisadores habilidosos nesta arte do desvio, que é um retorno da ética, do prazer e da invenção à instituição científica. Sem lucro [...] muitas vezes levando prejuízo, tiram alguma coisa à ordem do saber para ali gravar ‘sucessos’ artísticos e ali inserir seus *graffiti* de suas dívidas de honra. (CERTEAU, 1998, p. 90, grifos do autor)

Para Certeau (1998), a subversão da fábrica científica é outro uso das normas e códigos impostos, podendo vir a trazer retaliações de instituições e de colegas. Há sempre muitos riscos: em aproximações aparentemente distantes, como entre a poesia de Augusto dos Anjos e a pichação contemporânea; entre a heterotopia de Foucault e a noção de uso de Certeau; no uso de comentários para pensar o uso dos espaços e afetos; no jornal não apenas como objeto de pesquisa, mas também como produção.

A ideia inicial desta tese era apenas acompanhar o uso dos

espaços da cidade a partir de matérias jornalísticas veiculadas sobre pichações. Percebeu-se que seguir a linha dos afetos nos comentários dessas notícias seria fundamental nesse processo. As diferentes intensidades desses afetos parecem variar segundo os modos de circular e experimentar a cidade. O grotesco, então, emerge como uma função corretiva, indicando como se deve e como não se deve conduzir a si e aos outros. As tensões produzidas por essas linhas produzem rastros, desenhos que podem ser cartografados. Alguns estão nos muros; outros, em matérias jornalísticas. Há, ainda, aqueles que são deixados nos comentários. Todas essas marcas indicam pistas dos processos de subjetivação em jogo na produção da vida urbana. Os usos dos espaços, o uso dos afetos e sua relação com governamentalidade em curso são as problematizações desta pesquisa.

PICHÇÕES EM CAMPO
GRANDE É O TEMA
DEBATE NA CÂMARA
DOS VEREADORES
(p. 103)

Pichção e grafite:
fugas e capturas
entre devires (p. 104)

*E a família dos
pichadores?
A produção de uma
cidade higiênica (p. 124)*

DELEGADO DECIDE ADOTAR
'TOLERÂNCIA ZERO' CONTRA OS PICHADORES NA
CAPITAL (p. 76)

**Sociedades de
controle como
possibilidade aos
ódios recíprocos**
(p. 90)

PICHADOR
AFIRMA QUE É
MOVIDO PELA
ADRENALINA DE
VER "TRABALHO"
EXPOSTO (p. 159)

Pichção, tortura e
pena de morte: onde
ficam os chamados
direitos humanos?
(p. 165)

Movimentos
agonísticos nos
espaços físicos e
virtuais (p. 175)

**DEPOIS DE PROTESTO,
CAPITAL SENTE
OS REFLEXOS DO
VANDALISMO (p. 133)**

Pichções, manifestações e indignação cotidiana (p. 135)

Uso dos espaços e uso dos afetos nas jornadas de junho (p. 139)



Marcas e sujeições dos
corpos (p. 186)

*Vida loka: vira-lata sem fé
no futuro (p. 197)*

CADELA PICHADA COM 'VIDA
LOKA' É RESGATADA EM RUA
DE CAMPO GRANDE. (p. 181)

**Lixos e marcas: o governo dos vivos
nos espaços mortos (p. 193)**

Rap, pixo e pichções:
afetos em movimento (p. 203)

“Delegado decide adotar ‘tolerância zero’ contra os pichadores na capital” (LOPES, 2014)

“Na tentativa de intimidar vândalos que costumam pichar prédios, monumentos e construções pelas ruas de Campo Grande, o delegado titular da 7ª Delegacia de Polícia, Valmir de Moura Fé, passou a adotar Tolerância Zero para o crime, que agora pode ser acarretada também a pena de formação de quadrilha. Em 2013, foram aproximadamente 70 pessoas detidas pelo crime de pichação. A Polícia Militar registrou 26 ocorrências, das quais conseguiu flagrante de 19, sendo a maioria de adolescentes. Já a Guarda Municipal apreendeu 38 adolescentes e 13 maiores de idade. Segundo o delegado, o primeiro passo para combater o crime é orientar a população a denunciar a ação de pichadores e registrar os casos nas delegacias. “Os boletins de ocorrências ajudam a polícia a identificar as regiões da cidade com maior índice de pichação”, destaca Moura Fé. A partir dos dados dos boletins, a Polícia Civil irá buscar os endereços com maior número de denúncias e começar a traçar um perfil dos pichadores, inclusive das assinaturas deles. De acordo com dados da Polícia, a região mais atacada de Campo Grande é área central e nas mediações da Orla Morena, entre os bairros Cabreúva e Planalto. Porém, segundo Moura Fé, no entorno do bairro Santo Amaro o número de ocorrências de pichações aumento no ano passado. “Vamos estancar isso”, garante o delegado. “Já temos bastantes informações e vamos atrás dos acusados, não vamos admitir pichações, que deixem a cidade suja, por isso é tolerância zero, e, se for o caso, enquadrados em formação de quadrilha”, ressalta o delegado Moura Fé. Ainda conforme o titular da 7ª Delegacia, o serviço de reservado da Polícia Civil fez um levantamento do perfil dos pichadores e está monitorando a ação deles. Os casos serão encaminhados ao poder judiciário. A pena pelo crime de pichação é de 3 meses a 1 ano de prisão, mas, segundo o delegado, geralmente os autores pagam com pena alternativa. Já o de formação de quadrilha varia de 1 a 3 anos.”

A notícia em questão foi escolhida não só por conter no título a chamada “tolerância zero”, mas principalmente pela qualidade com que são tecidos os vários comentários sobre a matéria. Algumas perguntas possíveis: como o pichador se tornou esse

inimigo da sociedade? O que há de tão grave nessas ações? Em vez de simplesmente esboçar respostas para tais questões, tratarei de cartografar alguns mecanismos exercidos na produção de subjetividades e sua relação com os modos de governo de si e do

outro. Os rastros deixados por essas práticas permitem cartografar algumas linhas que articulam o discurso da tolerância zero e os afetos implicados nas sociedades de controle. Para tanto, começarei pela seguinte questão: quais as condições de possibilidade dessa vontade de punir e qual a relação da tolerância zero com a governamentalidade exercida nas cidades?

Foucault, em seu clássico estudo sobre as prisões, *Vigiar e Punir* (1977), aponta as diferenças entre as punições praticadas no Antigo Regime e após a Revolução Francesa. No Antigo Regime, o condenado aos suplícios era apresentado como “figura simétrica e invertida do rei” (p. 31), ou seja, um delito cometido pelo condenado era entendido como um ataque direto à figura do soberano e tinha no suplício uma punição física e simbólica de seu corpo mediante tortura,

amputação, esquartejamento, incineração... (FOUCAULT, 1977).

Somente após a Revolução Francesa, com a soberania perdendo a sua força, a violência teatral dos suplícios decai até ceder seu lugar às prisões. Mas como ocorreu essa mudança?

Para Foucault (1977), os gastos na execução dos suplícios e as revoltas que suscitavam por sua violência extrema acabavam levando à tolerância de toda uma série de pequenos delitos que a nova sociedade burguesa não poderia aceitar. Graças aos reformadores humanistas, os muros das modernas prisões emergiriam como uma “figura monótona” desse processo, constituindo, a partir do século XIX, novas modalidades, que não visavam a punir menos, mas a punir mais e melhor (FOUCAULT, 1977):

“O menor crime ataca toda a sociedade; e toda a sociedade – inclusive o

criminoso está presente na menor punição. [...] o infrator torna-se o inimigo comum. Até mesmo pior que um inimigo, é um traidor, pois desfere seus golpes dentro da sociedade. [...] O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade” (p. 82-83).

É comum encontrar, em vários comentários de notícias, o pichador colocado nessa figura de inimigo comum, de traidor do pacto social. Suas atividades, dizem, além de pueris, desvalorizam os espaços. Em geral, a forma comum de solidariedade para com o proprietário do muro pichado é a incitação a um maior rigor nas punições:

“já estava na hora da policia toma uma iniciativa a vários anos a cidade vem sofrendo com isso e nada é tomado ao caso e a população acaba sofrendo com a ação deses marginais da noite deveria ter uma punição bem grande para os delinquentes que sujão as paredes de nossa cidade morena.”

(T.G., *sic* [comentário da matéria de LOPES, 2014]).

Até o século XVII, a noção de

crime estava apenas relacionada ao dano causado a alguém, não era um problema de todos; dizia respeito somente ao infrator e à vítima (FOUCAULT, 1972-1973/2015). A pergunta, então, pode ser: como atividades como a pichação passaram a ser um prejuízo para toda a sociedade? Ou ainda: como tais práticas tornaram-se foco de investimentos de uma governamentalidade das cidades? É possível afirmar que o tema do inimigo social foi uma preocupação constante para Foucault. Basta citar que tanto no curso “A sociedade punitiva” (2015), conjunto de aulas realizadas entre 1972 e 1973, quanto no livro *Vigiar e Punir* (1977), assim como nas conferências realizadas no Brasil em 1973, intituladas “A verdade e as formas jurídicas” (1974), ele discute a emergência dessa noção. Segundo Foucault (2015), até antes do século XII, os litígios

entre dois sujeitos eram resolvidos apenas entre eles. No entanto, com a emergência da figura do procurador, os delitos passam a ser problemas do soberano. Emerge aí a ideia de infração não mais como simples dano a outrem, mas como um dano à ordem e à soberania (2015). Na esteira da figura do procurador e da infração, emergem os mecanismos de confiscações. Essa noção é significativa, pois deriva daí a ideia de que o culpado não apenas deve ressarcir o dono do muro pichado, mas é preciso ressarcir toda a sociedade – como, por exemplo, pintando outros imóveis.

É necessário dizer que desde a Idade Média já ocorriam ações públicas levadas adiante por pessoas que não tinham sido as principais vítimas. Porém, somente com a institucionalização do júri no século XIX o poder de vigiar e

punir, antes na mão de um único soberano, passa a ser exercido por toda a população (FOUCAULT, 2015).

“Parabéns!!! ao Delegado, estava passando da hora de alguém de pulso firme tomar as rédias dessa palhaçada. Concordo com os colegas leitores, punição severa para esse marmanjos e aos "DI MENORES". Em Curitiba, a situação estava insustentável também, fizeram uma campanha intensiva contra apichação, com direito a premiação para quem entregasse os delinquentes encontrados SUJANDO a cidade, essa funcionando muito bem até o momento. TOLERÂNCIA ZERO a esses infelizes, desocupados...”

(N. O. *sic* [comentário da matéria de LOPES, 2014]).

Embora o problema em si seja entre o dono do muro pichado e o pichador, já não diz mais respeito somente a eles; trata-se agora de um problema público. Todos, então, passam a ter o dever cívico de defender a sociedade.

Para Foucault (1977), a eficácia do poder disciplinar não está tanto em punir os “maus”, mas

principalmente em recompensar os “bons”. Além disso, para garantir a efetividade da tolerância zero, é preciso a chamada prática da caguetagem, isto é, cidadão bom é um cidadão-policial que será premiado segundo sua capacidade de vigilância.

Loïc Wacquant (2002) explica que a prática da tolerância zero emergiu a partir da campanha do político conservador Rudolph Giuliani, que, justamente pelo forte apoio da direita conservadora estadunidense, acabou ganhando a eleição para prefeito de Nova York em 1993. A ideia geral seria conter de forma agressiva as mínimas infrações, na tentativa de prevenir a evolução para maiores problemas. Contudo, tal estratégia não era apenas fruto de um pensamento conservador sobre a cidade, pois à medida que buscava resolver os problemas urbanos, abria espaço ao

lucrativo mercado da segurança (WACQUANT, 2002).

Como não há exercício de poder sem saber que o sustente (FOUCAULT, 1979), a tolerância zero provém da Broken Windows Theory, traduzida como Teoria das Janelas Quebradas, forjada pelo psicólogo George Kelling e o criminólogo James Wilson. Para Wacquant (2002), trata-se de uma pretensa teoria, jamais comprovada empiricamente, que parte do princípio de que a presença de uma simples janela quebrada em uma determinada região indica que nesta pequenos crimes são possíveis e que, se nada for feito, eles aumentarão até saírem de controle:

“Porque não colocar esse pichadores para carpirem terrenos vazios, praças públicas etc, quero ver se vão ter coragem para executarem uma função destas (que é de coragem de executar por homens, mulheres e até crianças), aí não terão tempo para saírem à noite para executarem tal sujeira e falta de respeito com todos.”

(J.R. *sic* [comentário da matéria de LOPES, 2014]).

Apesar de a lógica contida nesse comentário remeter exatamente à Teoria das Janelas Quebradas, provavelmente o leitor não estava pensando no texto de Kelling e Wilson, mas isso também é o que menos interessa. Na perspectiva de Foucault (2011), o discurso vai de tal forma além dos sujeitos que o emitem, que já não importa quem disse: é o discurso quem fala nos sujeitos. Como a linha tolerância zero foi conectada aqui com a sugestão do trabalho forçado, algo muito comum nos comentários, tal conexão merece também ser discutida.

Na aula de 17 de janeiro de 1973, Foucault (2015), ao discutir como a delinquência apareceu nas análises dos fisiocratas, investiga um texto de 1764 de autoria de Le Trosne. Segundo esse economista, o principal alvo dos mecanismos de punição deveria ser a

vagabundagem, e não a mendicância, como até então se analisava. Ao partir do princípio de que sempre há trabalho suficiente para todos, a única explicação plausível para a vagabundagem é a livre e espontânea¹² recusa ao trabalho (FOUCAULT, 2015). A vagabundagem não apenas traria uma série de consequências econômicas, como também evoluiria de maneira que “são levados do primeiro assalto ao incêndio ou ao crime” (p. 45). Em 1764, Le Trosne já antecipava a ideia de escalada de violência que sustentará o discurso da tolerância zero na contemporaneidade. Como forma de lidar com a vagabundagem, Le Trosne propõe: 1º) a escravização pelo trabalho forçado; 2) a perda do *status* civil, marcando a ferro a letra G na testa; 3º) a

¹² Spinoza (2014), já em meados do século XVII, alertou que a ideia de livre-arbítrio (escolhas livres dos afetos que as constituem) não apenas constitui uma ilusão da consciência, como também impossibilita a real compreensão dos fenômenos.

autorização para a autodefesa armada pela comunidade e; 4º) a caçada, isto é, o direito de abate de todo e qualquer sujeito que vagasse (FOUCAULT, 2015). Salta aos olhos a profunda afinidade do discurso punitivo desse economista em fins do século XVIII com os comentários sobre a tolerância zero que emergem somente no final do século XX. Veremos que tal relação não é por acaso.

Em 1995, Lawrence Mead, neoliberal norte-americano, diz que o desemprego não se deve às condições econômicas, mas principalmente ao comportamento resistente de certas pessoas frente ao trabalho (WACQUANT, 2002). Tornando o trabalho um dever cívico, ele sustenta que sua recusa é um ato político, daí a necessidade de ser obrigatório, tal qual o recrutamento no exército, principalmente quanto aos trabalhos “sujos e mal pagos”

(WACQUANT, 2002, p. 29).

A visível conexão da proposta de Le Trosne com a Teoria das Janelas Quebradas e, conseqüentemente, com o discurso da tolerância zero deve-se ao fato de que ambas partem do princípio da maximização da produção. Le Trosne adiantava, no século XVIII, que “todos devem pertencer ao Estado” (p. 48) e que aquele que não estiver fixado a um trabalho será considerado inimigo da sociedade (FOUCAULT, 2015). Podemos ver o quanto a atual prática da pichação se encaixa nesse perfil traçado pelo discurso fisiocrata daquela época.

Porém, antes da tolerância zero, é a própria ideia de tolerância que se apresenta como um importante fio condutor entre as propostas dos fisiocratas e as dos neoliberais – ambos sonham com sujeitos passivos, obedientes, em suma, tolerantes aos trabalhos “sujos e mal pagos” que a dita “sociedade

de bem” não aceita. Segundo Passetti (2004, p. 156), onde existe tolerância, existem relações assimétricas: “a tolerância tem por utopia o zero, a sua própria negação, a intolerância”. É possível observar uma linha muito tênue entre os termos “tolerância” e “intolerância”, variando talvez somente no grau de obediência ou resistência dos sujeitos. Enquanto para Passetti (2007) a tolerância zero constitui uma espécie de utopia do fim das impunidades, para Foucault (2015), o texto de Le Trosne “propõe como procedimento utópico uma sociedade inteira dedicada ao trabalho” (p. 48). É a ideia do trabalho e da obediência que aparece como enunciado principal desses discursos de maximização da produção. Os pichadores, assim como todos que contrariam os pressupostos da tolerância, parecerão abomináveis aos ditos “cidadãos de bem”.

A degradação do ambiente e a consequente desvalorização citada no comentário sobre pichação também fazem jus à Broken Windows Theory. Banksy (2012) ironiza esse aspecto da teoria quando esta indica que as pichações degradam e desvalorizam os imóveis da região. Em *Guerra e Spray* (2012), ele coloca essa teoria lado a lado com a mensagem de um morador que se indigna com a popularidade de suas intervenções: em vez de degradarem a região, elas estavam valorizando-a de tal modo que estava ficando cada vez mais difícil morar de aluguel. Como a tolerância zero está intimamente ligada aos processos de gentrificação, torna-se necessária uma discussão maior sobre isso.

Segundo David Harvey (2014), reconhecido geógrafo marxista, a gentrificação é uma forma perversa de especulação

imobiliária, quando certos
espaços decadentes e
desvalorizados são
“revitalizados” e convertidos em

comum no mundo todo, pois, da
noite para o dia, simples favelas
podem passar a valer bilhões: em
Londres, na Inglaterra, em Nova



(BANKSY, 2012, p. 131).

áreas nobres. Quando se diz que
esse processo é perverso é porque
ele tem como alvo regiões onde
vivem pobres e miseráveis, o que
geralmente implica realocação
para áreas ainda mais periféricas
ou, o que é mais comum, despejos
e remoções forçadas (HARVEY,
2014). O geógrafo aponta que essa
prática tem se tornado muito

York, nos Estados Unidos, em
Seul, na Coreia do Sul, em Nova
Délhi, na Índia, assim como no
Rio de Janeiro, aqui no Brasil.
Para citar um caso recente, basta
lembrar que, em janeiro de 2017,
a prefeitura de São Paulo deu
início ao programa denominado
Operação Cidade Linda. Apesar
de a proposta ser a zeladoria

urbana, não por acaso uma de suas primeiras ações foi a realocação de moradores de rua, assim como de ambulantes.

A remoção forçada aparecerá apenas como uma consequência de certos processos de iluminação: “empurradas para novas zonas de escuridão, essas vidas que ganharam visibilidade apenas para que pudessem ser exterminadas – não necessariamente um extermínio biológico – rapidamente voltaram a se invisibilizar” (HÜNNING; SCISLESKI, 2016, p. 22). Vale, então, destacar que práticas como o grafite, a pichação e o pixo emergiram justamente como instrumento de visibilidade aos marginalizados da cidade (PEREIRA, 2010).

Um dos grandes trunfos da proliferação da tolerância zero deve-se à aclamada diminuição dos índices de criminalidade em Nova York (WACQUANT, 2002). A partir disso, México,

Argentina, Brasil, França, Alemanha, Itália e Áustria são alguns dos países que compraram essa ideia de que eliminando as pequenas delinquências seria possível melhorar a qualidade de vida na cidade (WACQUANT, 2002).

Mas se tais estatísticas são questionáveis, o modo como são conseguidas é muito mais. Em uma pesquisa etnográfica sobre a relação entre uso de drogas e policiamento, Wendel e Curtis (2002) argumentam que alguma diminuição nos índices de criminalidade em Nova York não se deve a uma maior agressividade da polícia, mas principalmente a questões econômicas e políticas. Uma análise aprofundada dos dados estatísticos mostra que tais índices já vinham diminuindo bem antes do mandato de Giuliani, ou seja, antes da implantação da tolerância zero. O setor imobiliário e as

consequentes transformações sociais e econômicas na região seriam os principais fatores sobre tais estatísticas (WENDEL; CURTIS, 2002; HARVEY, 2014).

David Harvey também enfatiza a importância da economia política em qualquer estudo sério sobre as cidades. Harvey (2014) demonstra que o mercado imobiliário foi o grande pivô de avanços na economia estadunidense, mas ao mesmo tempo suscitou uma série de revoltas urbanas por conta do endividamento forçado da população, especialmente entre pobres e pretos. É preciso destacar que tanto em Harvey (2014) e no estudo de Wacquant (2002), quanto em Travis e Curtis (2002), aparece toda uma série de revoltas devido a um forte teor fascista e racista no modo como é aplicada a tolerância zero. Nos comentários sobre pichação, isso também surge de alguma forma:

“Não sou a favor de pichação. Mas vejo que o Estado não dá oportunidade dos jovens desenvolverem suas capacidades artísticas e, quando surge oportunidade, reprime com violência. A polícia protege a propriedade em detrimento da dignidade. Pichações existem desde a pré-história. Por que o delegado não aplica a TOLERÂNCIA ZERO COM OS POLÍTICOS e os enquadra também por formação de quadrilha???”

(A. sic, [comentário da matéria de LOPES, 2014]).

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1977) discute como a delinquência é produzida por uma multiplicidade de mecanismos disciplinares. Wendel e Curtis (2002), ao discutirem os efeitos da tolerância zero, explicam que, nas curtas sentenças cumpridas por jovens pretos e pobres em Nova York, enquanto o número de contatos fora da prisão diminui, os agenciamentos na prisão tendem a aumentar. Um efeito da Tolerância Zero é, pois, a produção de mais delinquência, tal como argumentou Foucault

(1977) na década de 70 sobre o sistema penal.

Apesar de alegar não ser a favor da pichação, por sua voz estar em dissonância com 20 e tantos comentários, a posição de A. produziu afetos incômodos em outros leitores:

“A., veta perdendo a melhor oportunidade da sua vida, que é a de ficar quieta! O que acontecia na antiguidade é chamada de PINTURA RUPESTRE, que era uma forma de comunicação entre os primatas! Oportunidade pra pixar?! Vc nao pode estar falando serio! Ja nao basta o tanto de "oportunidade" que o governo da com essas bolsas assistenciais? Tem que dar uma enxada na mao desses VAGABUNDOS! Trabalhar nao mata ninguém!”

(R. B. sic, [comentário da matéria de LOPES, 2014]).

Mesmo que tal relação pareça estranha, é comum encontrar nos comentários a associação entre políticas assistenciais e a prática da pichação. Essa aproximação entre campos tão distintos pode ser explicada pela economia política, a forma privilegiada de

saber da governamentalidade: a produção de estatísticas e relatórios constituem os instrumentos científicos necessários para escolher uma política em detrimento de outra (FOUCAULT, 1979). Ou seja, é a economia política que ditará como devem ser os usos dos espaços na cidade. Wendel e Curtis (2002) citam que muitos policiais nova-iorquinos eram forçados a bater metas de prisões por pressões da chefia para garantir bons números ao final do mês. Até a fala de um traficante aparece na pesquisa, reclamando que precisa contratar apenas jovens brancos, pois sabe que esses dificilmente serão revistados pela polícia (WENDEL; CURTIS, 2002).

É válido destacar que, tanto no estudo de Harvey sobre o mercado imobiliário, quanto no estudo de Wacquant sobre a tolerância zero, instituições como o Manhattan Institute e o

Heritage aparecem diretamente envolvidas nessas manobras políticas. Em Harvey (2014), estas e outras instituições semelhantes aparecem financiando imóveis a juros tóxicos; já em Wacquant (2002), é a revista *City*, também do Manhattan Institute, que divulga maciçamente teorias do cunho da Broken Windows Theory:

“Essa luxuosa revista, que ambiciona ‘civilizar a cidade’ e cujos 10.000 exemplares são distribuídos gratuitamente junto a políticos, altos funcionários, homens de negócios e jornalistas influentes, tornou-se nesse ínterim a principal referência comum dos homens públicos com poder decisório da região” (WACQUANT, 2002, p. 15, grifo do autor).

Apesar de o Manhattan Institute e de outras *think tanks* – as conhecidas fábricas de ideias para o livre mercado – estarem diretamente patrocinando políticas econômicas conservadoras como a tolerância zero, elas não devem ser entendidas como o centro do

poder, lugar privilegiado de onde emanariam todas as formas de decisão.

Na perspectiva de Foucault (1979), tais instituições, ao invés de causas, são efeitos do poder, ou seja, as relações de poder estão pulverizadas na sociedade e só podem ser exercidas, nunca apropriadas. Não se trata de diminuir a importância dessas instituições na proliferação da tolerância zero, mas de atentar para outras nuances na circulação desses discursos. Trata-se, como o próprio Foucault alertou, do problema em atribuir tudo a um papel exclusivo do Estado: “[...]corre-se o risco de não dar conta de todos os mecanismos e efeitos de poder que não passam diretamente pelo aparelho de Estado, que muitas vezes o sustentam, o reproduzem, elevam sua eficácia ao máximo.” (FOUCAULT. 1979, p. 161). A proximidade entre o que é enunciado na Teoria das Janelas

Quebradas e os comentários sobre pichação parece corroborar essa sutileza dos mecanismos do poder.

Até aqui, foi possível observar que não é de qualquer modo que se usam os espaços, sejam eles da cidade ou virtuais. Quando a leitora destoa da maioria, a retaliação sofrida indica que certa ordem do discurso não foi respeitada, que é o enunciado.

Assim como o uso dos espaços da cidade implica riscos, também nos espaços virtuais dos comentários não existe uma opinião “livre”. O discurso da tolerância zero em ação forja, então, de um lado, os “cidadãos de bem”, aqueles que pagam impostos e que acreditam

contribuir efetivamente para a sociedade, e, do outro lado, a palhaçada, os delinquentes, infelizes, desocupados, vagabundos, potenciais homicidas e infanticidas.

Resta, assim, problematizar o modo como, dentre os vários afetos possíveis, o ódio, a vontade de destruir o outro (SPINOZA, 1677/2014), é o que mais aparece nas notícias sobre a cidade pichada. Cartografar esse afeto apresenta-se como estratégico para pensar certas formas de produção de subjetividades a partir das articulações entre governamentalidade e cidade no que se refere aos usos dos espaços/afetos.

Sociedades de controle como possibilidade aos ódios recíprocos

Algumas perguntas banais que me fazia durante esta pesquisa eram: contra o que a pichação é tão revoltada? Por que tamanho ódio aos pichadores? Comecei a perceber que o estudo dos afetos realizado por Spinoza (1677/2014) poderia ser uma interessante linha para essas investigações. Em Spinoza, os afetos não devem ser entendidos como algo subjetivo, pois não são sentimentos, nem estados emocionais. Para Deleuze (1981/2002), o materialismo spinozista compreende que em toda relação há corpos afetando outros corpos e que isso produz certos efeitos. Assim, os afetos devem ser entendidos como compondo um plano de imanência, ou seja, ao mesmo tempo que alguém é afetado, isso

também repercute naquele que o afetou. O uso que se faz daquilo que me afeta torna-se a questão ética por excelência (FUGANTI, 2012).

É fácil encontrar essa materialidade dos afetos nos comentários sobre pichação. De um modo geral, esse afeto é o ódio encontrado em sua forma mais visceral, efeito de corpos entristecidos que, por isso mesmo, desejam a destruição do outro. Por outro lado, os pichadores também alegam que seu combustível é a revolta, a indignação, o ódio (PIXO, 2009). Problematicar a tolerância zero nas sociedades de controle e o modo de experimentar a cidade fornecem algumas pistas sobre esses afetos e aquilo que produzem.

Um ponto de partida para pensar o uso dos espaços e o uso dos afetos pode ser pela noção de sociedades de controle de Deleuze (1992). O autor argumenta que em tais sociedades não é o espaço que se sobrepõe ao tempo, como nas sociedades disciplinares, mas

caso das disciplinas, mas o sujeito aberto e endividado (DELEUZE, 1992). Pelos mecanismos disciplinares, os pichadores são capturados pela autorização, o que os torna grafiteiros/artistas. Nas sociedades de controle, pouco importa se aderem ou não à lei e



Vitrine de loja num shopping de Campo Grande
(ARQUIVO PRÓPRIO, 2016)

há primazia do tempo sobre o espaço, tal como acontece com os monitoramentos em tempo real. Nas sociedades de controle, não há mais o sujeito confinado e encerrado entre paredes, que era o

se pedem ou não autorização: os pichadores são esperados. Essa previsibilidade de sua ação já está incluída no mercado da segurança privada, que se fartará em fornecer seus serviços à cidade.

Porém, isso não significa que os mecanismos disciplinares desapareceram. Eles não apenas continuam ativos, como estão constantemente sendo atualizados. A denúncia será uma forma de articular mecanismos de disciplina-controle:

“Vou citar aqui onde fica a praia que se reunem potências pichadores: vão aonde estão as pistas de Skates, são jovens que andam sempre com uma muchilinha grudada nas costas e um boné na cabeça, onde carregam o instrumento do seu 'trabalho' as tintas sprays, se a polícia fizer sempre uma vistoria de rotina em suas mochilas suspeitas dará bastante trabalho a eles os pichadores.”

(A.C. sic, [comentário da matéria de LOPES, 2014]).

“O problema maior está na falta do policiamento para coibir a ação desses vândalos!!!! Nesse final de semana, comuniquei a polícia que no Palco da Orla tinham pichadores, mas, infelizmente tudo continua igual.....”

(S.M.O. sic, [comentário da matéria de LOPES, 2014]).

“Inclusive tem um numero para denuncia de pichação e seria viável a polícia informar à população, pois o muro da minha casa está pichado há anos e preciso pintar, mas corro o risco de picharem novamente. Não é justo a população ficar no prejuízo.”

(J.C. sic, [comentário da matéria de LOPES, 2014]).

Para Passeti (2004), a vontade de castigar e de reeducar crianças e subversivos deriva do incômodo que a afirmação da liberdade produz. Há sempre um risco nessa afirmação da vida. Eles “formam, numa só pessoa, um duplo que carece de educação para superar a infância da existência e adentrar à vida adulta responsável dos que trabalham, pagam impostos, votam, cumprem deveres e se vangloriam de obter direitos” (p. 152). Nas sociedades de controle, a prática da pichação aparece como falta de educação, falta do que fazer, uma brincadeira de péssimo gosto. No entanto, é próprio da prática da pichação constituir-se a partir da não-

autorização como sinal de revolta e indignação (PIXO, 2009). O uso desse ódio que motiva os pichadores afetará muros e paredes a partir de um jogo perigoso e tornado insuportável:

“Os muros da própria 7 Dp estão todos pichados.”

(M.A. sic, [comentário da matéria de LOPES, 2014]).

“O muro dessa delegacia estava pichado, será que já colocou as mãos nesses vagais?? o que estafaltando é baixar a borracha nesse marginais.”

(F.A. sic, [comentário da matéria de LOPES, 2014]).

Conforme Foucault (1972-1973/2015), a prática de marcar os corpos constituiu, junto com a exclusão, o reembolso e o encarceramento, as grandes táticas punitivas do Ocidente¹³. Antes da generalização da prisão, o castigo de marcar os corpos foi uma constante e visava a deixar um vestígio e uma memória do crime (FOUCAULT, 2015). A

vergonha e a culpa seriam os afetos buscados nesses procedimentos. Esses afetos continuaram após o século XVIII, com os humanistas arquitetando as prisões modernas; no entanto, elas deixam de ser apenas máquinas de castigos corporais para, de modo muito mais sutil, gerirem uma punição incorporal (FOUCAULT, 1977).

A punição corporal não significa que, na prática, se deixou de “baixar a borracha”: os castigos são uma constante na vida de pichadores (PIXO, 2009; LUZ, CÂMERA, PICHAÇÃO, 2016) e de todos os que subvertem a ordem instituída, só não possuem mais a função de espetáculo como outrora. Na prisão moderna, as surras ocorrem discretamente enquanto o que se exhibe é a representação da pena: “que seja o espírito ou antes um jogo de

¹³ Foucault reformulará essas questões em *Vigiar e Punir* (1977); contudo, a marcação não deixa de ser um elemento importante nas práticas punitivas.

representações e de sinais que circulem discretamente, mas com necessidade e evidência no espírito de todos” (1977, p. 91). Assim, todos são punidos, tanto aqueles que cometeram um crime quanto aqueles que poderão vir a cometer. É uma sociedade de controle como condição de possibilidade aos ódios recíprocos. É interessante destacar que tal processo não é unilateral, mas produz uma dupla marcação, tanto no corpo quanto na cidade. A prática da pichação produz marcas na cidade, mas também produz marcas no corpo daquele que a violou. Foi cunhado o termo “pichador” como um efeito dessa marcação. Depois, alguns deles vão subverter essa cunhagem, nomeando-se “pixadores”. De sua parte, o também chamado “cidadão de bem” constitui-se outra marca. Convém destacar que a produção dessas marcas é, antes de tudo, produção de afetos, composição

dos corpos a partir de uma experiência urbana específica na atualidade. Isso estará conforme a proposição 36 da parte I da Ética: “não existe nada de cuja natureza não se siga algum efeito” (SPINOZA, 2014, p. 41). É por isso que é possível compreender as marcas da pichação como luminosidades nas sociedades de controle. Os rastros dessas práticas indicam que alguns corpos, ao mesmo tempo que escapam de certos mecanismos disciplinares, são esperados por outros mais sutis pelos dispositivos de segurança. Nesse processo, vai se compondo um plano de experiência, um plano de afetos no modo de voltar-se para o corpo que faz a pichação e para a cidade que é pichada. A punição será uma resposta que a cidade dará para aquilo que ela mesma ajudou a produzir.

Para os mecanismos da governamentalidade, essas

composições que aproximam cidade-pichação-punição não existem por acaso. Além disso, elas são atravessadas por afetos heterogêneos.

Essas relações podem ser pensadas a partir do poema ‘Contrastes’, de Augusto dos Anjos (1998):

A antítese do novo e do obsoleto, / O Amor e a Paz, o Ódio e a Carnificina, / O que o homem ama e o que o homem abomina, / Tudo convém para o homem ser completo! [...] Às alegrias juntam-se as tristezas, E o carpinteiro que fabrica as mesas / Faz também os caixões do cemitério!... (p. 157)

Nos comentários, é comum encontrar enunciados afirmando que a pichação é um erro de conduta, uma grave falta, uma violação contra a ordem natural da cidade. Em suma, uma infração. Um efeito provável dessas noções é a emergência de práticas higienistas como da tolerância zero. O problema é que não se percebe a lógica da falta que permeia esses discursos, ou seja, ignora-se que tudo na cidade é

produção de produção (DELEUZE; GUATTARI, 1972/2011), inclusive os afetos. A ideia é que a cidade seria perfeita, não fossem esses desviantes, esses marginais.

Contudo, para Spinoza (2014), a imperfeição, assim como o livre-arbítrio, nada mais é que ilusão da consciência. As ilusões emergem como ideias inadequadas em relação às causas reais dos fenômenos. Dito de outro modo, os sujeitos não percebem que a cidade já é perfeita¹⁴, que nada falta à cidade.

Entretanto, dizer que a cidade é perfeita não significa afirmar que ela não precisa de iluminação, saneamento e demais equipamentos para uma vida digna. Não é disso que se trata. A afirmação de que a cidade é perfeita é no sentido spinozista onde nada falta, pois algo só pode ser mais perfeito ou menos perfeito. Se práticas como a pichação

¹⁴ Sabendo dos possíveis equívocos que essa afirmação pode ter em uma cultura pautada pela meritocracia neoliberal, alerto que ela só é possível quando entendida pela perspectiva de Spinoza. Confira: FERREIRA, Amauri: Spinoza - Definições dos afetos I. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I8N7J5eyzk4> Acesso em: 12/04/2017.

existem, elas são constitutivas desse todo que é a cidade. Parafraseando o poema acima, “tudo convém para a cidade ser completa”. É preciso, então, ir além de discursos binários e reducionistas, como “vândalos” e “cidadãos”, e passar a pensar como a produção do ódio, assim como de práticas de punições, é uma engrenagem desse todo que é a governamentalidade.

É por isso que, apesar das punições físicas e simbólicas, a prática da pichação não apenas continua a existir nas cidades, como parece alimentar-se desse ódio que a sociedade lhe impõe (PIXO, 2009; LUZ, CÂMERA, PICHÇÃO, 2016).

Porém, essa prática o faz de tal modo que é possível pensar que sua existência serve a uma forma de zombaria dos poderes instituídos: “eu pixo e vc pinta vamo ver quem tem mais tinta?”. Essas provocações, que tanto enfurecem autoridades e proprietários, pela perspectiva

spinozista, seriam uma maneira de afirmação da própria potência de existir. Em outras palavras: para esse filósofo, tudo o que existe se esforça para continuar a existir e continuará se esforçando indefinidamente (SPINOZA, 1677/2014). Isso não é diferente na relação entre a cidade e a prática da pichação.

Se os sujeitos são um efeito do poder (FOUCAULT, 1979), indo além da ideia de crime ou de arte, a prática da pichação parece emergir como um efeito necessário das sociedades de controle: “que sociedade é essa que forma uma geração inteira de jovens que precisa se expressar através da destruição?” (PIXO, 2009).

A desobediência passa a ser o critério ético-político cujo campo de lutas se dá nos espaços das cidades. Os espaços da cidade violados pelos pichadores passam a ser revidados em espaços virtuais:

“Prender os pais? Vcs acham que esses delinquentes tem pai ou mãe, s tivessem não fariam isso, são filhos de chocadeiras e reprodutores. Pixaram meu muro mandei pintar pixaram novamente e ainda escreveram ' voltei ' se eu pegar não chamo a policiapq são menores, mas vou esfregar a cara desse FDP no muro até sangrar, e quero ver dai ele chamar a polícia”

(A.C, *sic* [comentário da matéria de LOPES, 2014]).

É essa espécie de “eterno retorno da pichação” que revolta proprietários e moradores da cidade. Segundo Spinoza (2014), a pessoa afetada pelo ódio atribui uma causa exterior à sua tristeza. Por ser uma paixão triste, a cólera, ao mesmo tempo que aprisiona, corrói a pessoa afetada tal qual uma ferrugem, como dirá Augusto dos Anjos (1998) em ‘As cismas do destino’:

“As rebeladas cóleras que rugem / No homem civilizado, e a ele se prendem / Como às pulseiras que os mascates vendem / A aderência teimosa da ferrugem.” (p. 112)

O interessante é que na cartografia dos afetos não há o

“cidadão de bem” de um lado e o “delinquente”, o “FDP”, de outro. O que existem são sempre encontros singulares, únicos, diferentes usos dos espaços e usos dos afetos.

É possível, então, pensar o pichador e a cidade em uma dupla vetorização constituindo certos arranjos, certos usos que conformam espaços de experiências. O fio condutor que liga uma experiência a outra parece ser o da transgressão e do ódio. Todavia, é preciso atentar que é na constituição das sociedades de controle que emergem as condições de possibilidade para tal conexão. Muros/prédios/comentários de notícias são alguns espaços onde isso se articula. As notícias sobre pichação não são, portanto, o final de um processo. Elas estariam mais para um meio, isto é, uma forma da infâmia entrar em contado o poder, um modo de visibilizar vidas que não

existiriam para a cidade, não fossem tais marcas. Muros, paredes e tecnologias de segurança acopladas são outros importantes meios na constituição destas sociedades de controle. A partir da perspectiva dos afetos, o muro indica aquilo que Dunker (2015) chama de sintomas sociais. Um dos efeitos do capitalismo é a fantasia narcísica dos muros, cuja lógica reproduz o Estado de exceção. A lógica do condomínio possui uma face liberal (onde prevalecem os dispositivos de regulação), uma face disciplinadora (que controla os excessos) e, entre essas, uma face romântica (que é a idealização da experiência): “não é por outro motivo que os muros se tornaram lugares privilegiados para a escrita de mensagens, grafites e pichações, por meio dos quais novas formações de demanda se inscrevem” (DUNKER, 2015, p. 67). Que tipo de demanda está contida em

um “voltei” ou nessa ideia de “esfregar a cara desse FDP no muro até sangrar”? Como não se trata aqui de uma investigação psicanalítica, continuarei a problematizar o uso dos espaços e o uso dos afetos.

A lógica do condomínio de Dunker (2015) pode ser aproximada da noção de sociedades de controle apontada por Deleuze (1992). Em ambas, prevalece a ideia de uma sociedade de segurança cuja racionalidade seja tanto normalizar as condutas quanto garantir o controle contínuo dos fluxos. Assim como os muros não são derrubados com a emergência dessa nova racionalidade, nas sociedades de controle, a disciplina não é abolida, mas ganha nuances mais sutis e mais recompensadoras. Para Passeti (2004), nas sociedades de controle, os fluxos redimensionam as redes disciplinares, e a convocação à

participação dissolve de forma eficaz quaisquer resistências: “nessa sociedade, o fim é estar no meio e na mídia” (PASSETTI, 2004, p. 154). Os muros e as paredes da cidade não tornam possíveis somente as pichações, mas parece ser eles as condições de possibilidade ao ódio generalizado encontrado nas diversas matérias sobre pichação. Se o declínio da vida pública vem produzindo mais e mais um espaço público morto, como afirma Sennet (1974/2014), os espaços virtuais parecem realizar a compensação íntima do eu que o autor menciona: “a obsessão para com pessoas, em detrimento de relações sociais mais impessoais, é como um filtro que descobre o nosso entendimento racional da sociedade” (p. 17). Teria o pichador um papel público? Melhor: que tipo de uso dos afetos está sendo feito a partir dos espaços pichados? Que tipo de relações é produzido quando os

espaços privados sobrepõem os espaços públicos? Essas poderiam ser algumas questões a serem discutidas nas notícias e nos comentários, mas não é o que acontece. O que mais se encontra são expressões vagas de opiniões em que, segundo Spinoza (2014), as pessoas apenas imaginam e não pensam. Isso aconteceria por conta de os sujeitos estarem escravizados pelos afetos, o que não possibilitaria a formulação de uma ideia adequada sobre os objetos singulares (SPINOZA, 2014). O ódio aparecerá, então, como um efeito necessário da produção de ideias inadequadas. Em uma sociedade de muros, a busca por tecnologias de segurança apresenta-se como um modo de lidar com os afetos (DUNKER, 2012). Às vezes de modo sutil, outras vezes de maneira escancarada, o ódio aparecerá tanto nas pichações quanto na instalação de câmeras de segurança, em muros altos de

condomínios ou em cercas elétricas. Vemos aí como a produção de ódios recíprocos constitui-se como um lucrativo mecanismo nas sociedades de controle.

Enquanto isso, as agências de notícias deixam em aberto o campo para os comentários não apenas porque querem polemizar e, conseqüentemente, lucrar mais, mas também porque a convocação à participação é uma regra fundamental nas sociedades de controle (PASSETTI, 2004). Nessa espécie de confessionário secular, os equipamentos de segurança aparecerão como a panaceia para normalizar todos os arteiros e subversivos:

“concordo, vamos manter nossa cidade sempre limpa e verde.
SUGESTÃO:

Todas as latas de tintas e materiais afim, localizados, tem identificações do código de barras, é fácil saber em que loja e qual data/horário foi comprada, e pelas imagens das lojas identificar os compradores.”

(J. M. *sic* [comentário da matéria de LOPES, 2014])

“Coloque fiança maior e mais rigor na hora da venda, principalmente CASAS que VENDEM tintas e produtos spray de tintas para menores e/ou adultos com nome endereço, telefones, se for patrimônio público deve ficar preso para aprender respeitar e valorizar nossa história. . Bom Dia Campo Grande”

(E. F. *sic* [comentário da matéria de LOPES, 2014])

“é isso mesmo. o problema é pegar no ato o delinquente. façam uma armadilha, com um belo muro bem branquinho e câmeras por todo lado...”

(L.M. *sic* [comentário da matéria de LOPES, 2014])

Ao afirmarem sua liberdade frente às regras fixas, crianças e subversivos são tidos como insuportáveis, pois abalam a paz e o sossego do pacto social (PASSETTI, 2004). A questão é que não se trata apenas de punir a pichação – qualquer desvio passa a ser objeto de ódio. As sugestões acima são pertinentes, pois se sabe que em uma

sociedade de controle estamos todos presos (NU-SOL, 2000).

Como os afetos são efeitos de corpos em relação (SPINOZA, 2014), é o ódio que parece estar preso a um circuito que amarra tolerância zero-cidade-controle. Esses “escravos da coesão” (ANJOS, 1998, p. 251) serão forjados graças à pulverização dos juízes. Para Foucault (1977), a onipresença dos dispositivos disciplinares multiplicou a figura do juiz. Toda uma rede carcerária encontra-se dispersa: “estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do educador-juiz, do assistente social-juiz; todos fazem reinar a universalidade do normativo” (1977, p. 266). Os subversivos estão por toda a parte, inclusive “dentro” de cada membro da cidade. A vetorização da pichação/cidade compõe um plano de vigilância em que a figura do juiz aparecerá, assim como a do transgressor.

Nas sociedades de controle, todos

estão convocados não somente a participar, mas a julgar. Como aparece em um comentário, o veredito já foi dado porque algo muito grave foi desrespeitado: “Trabalhar não mata ninguém!”. Interessante que a punição mais desejada seja o chamado “trabalho duro e honesto”, como carpir terrenos e limpar praças. É possível que o ódio contra a pichação derive justamente desse fardo que os ditos “cidadãos de bem” mal suportam. Banksy (2012, p.207), então, dirá: “pessoas que acordam de manhã cedo causam a guerra, a fome e a morte.”

Foi possível acompanhar até aqui alguns rastros produzidos pela prática da pichação. Várias dessas linhas encontram-se atravessadas por enunciados violentos que forjam certo diagrama da produção de subjetividades presentes na cidade. As outras matérias que compõem esta cartografia

modificam de algum modo essas trajetórias. Contudo, a governamentalidade não deixa de ser exercida. Ela adquire outras

nuances e apresenta novos elementos, que passaram a ser importantes para a cartografia da cidade.



Centro de Campo Grande/MS
[Detalhe no logo da empresa de segurança privada]
(ARQUIVO PRÓPRIO, 2016).

“PICHACOES EM CAMPO GRANDE É O TEMA DEBATE NA CÂMARA DOS VEREADORES” (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2013)

As pichações e depredação do patrimônio público e privado foi o tema de audiência pública realizada nesta quarta-feira (3), na Câmara Municipal de Campo Grande, por meio da Comissão de Meio Ambiente. A audiência foi proposta pelo vereador Eduardo Romero (PT do B), e contou com a participação, do promotor da Vara de Infância e Juventude, Sérgio Harfuche, e do comandante do policiamento metropolitano coronel Evaldo Iahn Mazuy, e dos delegados da Polícia Civil Rodrigo Yassaka e André Matsushita. Além deles, também participaram o deputado estadual Marcio Fernandes (PT do B), o presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS), Américo Calheiros, e a estudante e representante do movimento universitário, Maria Peralta. No início do evento, o deputado Marcio Fernandes afirmou que a questão das pichações foi discutida na Assembleia Legislativa em anos anteriores, sem muito sucesso, enquanto Calheiros lembrou que a escola Maria Constança, ao lado da Orla Morena, foi revitalizada, mas pichada três semanas depois. Para ele, é preciso criar espaços para que os jovens possam se expressar através do grafite. “A manifestação é livre, mas precisa ser feita com respeito à propriedade e espaço de cada um”, ressaltou o presidente da FCMS. Outro que defendeu a criação de espaços para os jovens foi o promotor Sérgio Harfuche. Ele acredita que não há locais assim na Capital, mas que ainda assim quem faz pichações não deve ser protegido pela lei, pois se trata de uma infração. No que tange a diferenciação do grafite e da pichação, o delegado André Matsushita comentou que em 2011 houve alteração na lei federal de crimes ambientais, e houve a separação da pichação e do grafite, sendo somente o primeiro crime. Entretanto, ele também afirmou que a legislação dificulta distinção, ficando difícil prender quem é flagrado praticando grafite. Já o delegado Rodrigo Yassaka comentou que a Polícia Civil e a Guarda Municipal só seguem o que está previsto na lei. Porém, a representante do movimento universitário, Maria Peralta, reclamou que o jovem não tem voz, apontando a pichação como uma forma de demonstrar o descontentamento do jovem com determinadas situações. Além disso, ela criticou a iniciativa de promover a audiência do vereador Eduardo Romero, em contrapartida do voto contra a aprovação da CPI da Saúde em Campo Grande. A plateia aplaudiu, mas logo em seguida o vereador rebateu, afirmando que a CPI não foi criado pois o funcionamento do hospital seria afetado com a aprovação da investigação parlamentar.

*Marósia consiste em duas cidades – a do rato e a da andorinha;
ambas mudam com o tempo; mas não muda a relação entre elas.
(CALVINO, 1972/2003, p. 148).*

Um problema singular que a pichação levanta diz respeito ao uso dos espaços: as fronteiras entre patrimônios públicos e privados não existem; os materiais de pintura são tão variados quanto os espaços utilizados; entre os praticantes, não há diferença de idade, cor ou religião (PIXO, 2009).

A multiplicidade e a difícil captura mencionada na matéria serão discutidas inicialmente a partir das linhas do grafite e da pichação. Um devir-rato e um devir-corrupção são pistas para pensar, pelos usos dos espaços e

afetos, os processos de fuga e captura como modos de subjetivação que se constituem pela governamentalidade.

Em seguida, o alerta sobre o cuidado com a família dos jovens indica a necessidade de problematizar a produção de uma cidade higiênica, ou seja, marcam-se algumas trajetórias de quais devem ser os afetos nos espaços das cidades.

Por fim, a criação de heterotopias levanta modos sutis de governamentalidade. Essas linhas direcionam o percurso da pesquisa para a ideia de matilha.

Pichação e grafite: fugas e capturas entre devires

Deleuze e Guattari (1980/1995) utilizam o Homem dos Lobos freudiano para tecerem sua

crítica à ideia de unidade em contraposição à multiplicidade, à ideia de matilha: “não se pode ser

um lobo, mas sempre oito ou dez lobos, seis ou sete lobos” (p. 54-55). O comportamento de matilha incomoda porque se encontra no campo do ingovernável. Uma estratégia de captura é seguir o princípio do Uno, da identidade, da identificação: “o” pichador ou “o” grafiteiro? A lógica arborescente identifica e captura os elementos mediante a conjunção “ou”, enquanto as multiplicidades rizomáticas fazem proliferar a conjunção “e”; nunca se trata de um lobo, mas de lobos e lobos e lobos... (DELEUZE, GUATTARI, 1995). Não se trata tampouco de dois tipos de multiplicidades – de um lado, a rizomática e, de outro, a arborescente –, pois isso já seria operar pela segunda lógica. O que existe são linhas heterogêneas operando em um certo *continuum*: “as árvores têm linhas rizomáticas, mas o rizoma tem pontos de arborescência.” (p. 62).

A conduta intempestiva da matilha pode ser aproximada da noção de governamentalidade a partir dos dispositivos de segurança.

Segundo Foucault (1977-1978/2008a), os dispositivos de segurança atuam na multiplicidade mediante a) a criação de espaços de segurança; b) o tratamento do aleatório; c) a normalização específica da segurança; e d) a correlação técnica entre segurança e população. Essas quatro características podem ser encontradas na matéria acima, caso se compreenda que o debate sobre a pichação já se constitui em uma forma de governamentalização das condutas. O comportamento de matilha produzido pelos pichadores será algumas das linhas discutidas:

“Num devir-animal, estamos sempre lidando com uma matilha, um bando,

uma população, um povoamento, em suma, com uma multiplicidade. Nós, feiticeiros, sabemos disso desde sempre [...]. Se o escritor é um feiticeiro é porque escrever é um devir, escrever é atravessado por estranhos devires que não são devires-escritor, mas devires-rato, devires-inseto, devires-lobo, etc.” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 19-21).

Na concepção desses autores, devir nada tem a ver com imitação, representação ou identificação. Se cada encontro é único, as noções de aliança e de rizoma permitem uma melhor compreensão de como a constituição dos corpos ocorre enquanto um devir (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Seguindo essa lógica, seria uma redundância pesquisar a pichação por meio de um devir-escritor; antes, mais produtivo e mais interessante será a constituição de um devir-pichador: ir além de pesquisa “sobre” algo para constituir-se em uma EscritaCom (BERNARDES; TABORDA, 2016). Uma EscritaCom é uma

pesquisa que alia e faz rizoma; nesse caso, seguir notícias jornalísticas com a pichação e levar a sério os afetos contidos nos comentários talvez já se constitua em um modo de borrar as fronteiras positivistas ainda tão presentes na academia. Essa postura procura modificar o modo de pensar e de se fazer pesquisa, já que implica que toda produção de conhecimento constitui uma forma de diagnóstico do presente. Dito de outro modo, se tanto o objeto pesquisado quanto o pesquisador estão em devir, isso significa que há uma aliança entre eles que torna possível colocar em análise quais racionalidades estão em jogo, quais modos de governamentalização estão sendo produzidos na atualidade. De maneira semelhante, o comportamento de matilha dos pichadores permite alianças pouco convencionais:

“Eles existem sem permissão. São odiados, caçados e perseguidos. Vivem no lixo e em um desespero silencioso. E, mesmo assim, são capazes de fazer com que civilizações inteiras caiam de joelhos. Se você é sujo, insignificante e indesejável, então os ratos são o seu melhor modelo de comportamento” (BANKSY, 2012, p. 95).

Por seu caráter de matilha, de bando e de proliferação, os pichadores podem ser aproximados não só desse devir-rato, anunciado tanto por Deleuze e Guattari (1997) quanto por Banksy (2012), mas também de um devir-inseto, devir- peste. Mais que uma simples representação animal, esses autores indicam pistas de quais afetos estão implicados em práticas como a da pichação. Ratos, insetos e pestes devem ser vistos como imagens de pensamento, devires instituintes que questionam a atual governamentalidade, que problematizam a produção de uma cidade normalizada e higienizada.

A poesia de Augusto dos Anjos, que também se alia com os seres inferiores, será um recurso para o estudo dos afetos evocados na referida matéria e seus respectivos comentários:

“A podridão me serve de Evangelho... / Amo o esterco, os resíduos ruins dos quiosques / E o animal inferior que urra nos bosques / É com certeza meu irmão mais velho!” (ANJOS, 1998, p. 86)

Tidos como bichos escrotos, os pichadores parecem ressuscitar o dicotômico discurso do homem contra a natureza, pois, assim como as máquinas de dedetização necessitam das pragas para sobreviverem, os discursos policialescos emergem como os inseticidas escolhidos nas sociedades de controle para conter esse devir- peste.

No romance *A peste*, Camus (1984) narra os efeitos de uma estranha proliferação de ratos que subitamente infectam a cidade de Orán, atual Argélia, trazendo uma doença mortal, e a cidade é

fechada. Nessa situação, em que ninguém entra ou sai, as pessoas são afetadas de modos diversos (CAMUS, 1984). Os inúmeros rastros de pichações em Campo Grande/MS e em várias cidades parecem indicar que os pichadores também fazem uso de um devir-rato: escalam prédios, invadem propriedades privadas, rabiscam patrimônios públicos... (PIXO, 2009; LUZ, CÂMERA, PICHACÃO, 2016). Tido como uma peste, seu comportamento de matilha produzirá os mais diversos afetos:

“Participei ontem dessa audiência e tive a oportunidade de ouvir a confidencia pessoal de uma moradora cuja residencia fica em frente a Orla Morena, a mesma disse que semanas atras ela e o marido acordaram de madrugada com barulho em sua janela... constataram que haviam dois jovens pendurados na grade estavam pichando sua parede ...jovens estão arriscando suas vidas e confundindo liberdade de expressão com libertinagem...é preocupante !”

(M. L. M. *sic* [comentário na matéria de RODRIGUES; VASCONCELOS, 2013]).

Os dispositivos de segurança não pretendem a extinção dos fenômenos, eles sabem que os comportamentos de matilha não são facilmente eliminados. Tais dispositivos procuram fazer com que os fenômenos deixem de ser uma eventualidade, o que torna possível aprender com eles, criar espaços onde possam fluir, produzir estatísticas em torno deles, em suma, torná-los naturais e esperados (FOUCAULT, 1977-1978/2008a). Em seus estudos sobre a governamentalidade, Foucault (2008a) chamou isso de mecanismo de anulação, nada mais que a anulação dos fenômenos pelos próprios fenômenos. Encontrar jovens nas paredes não significa somente confundir liberdade com libertinagem, mas é um comportamento esperado na cidade governamentalizada. Os canais de denúncia, os debates,

a polícia, o mercado da segurança e toda uma gama de mecanismos constituem os dispositivos de segurança, que, se não conseguem extinguir esse devir-rato, permitem torná-lo natural e esperado. O mesmo se pode dizer do circuito dos afetos. O medo de jovens escalando paredes à noite é revertido em consumo de mais equipamentos de segurança e mais denúncias. Nas sociedades de controle: “é sempre por rizoma que o desejo se move e produz” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 32).

Apesar de Deleuze (1992) apresentar as sociedades de controle como substitutas das sociedades disciplinares, isso não quer dizer que os meios de confinamento desapareceram. Wacquant (2015), em seu texto “Projetando o confinamento urbano no século XXI”, discute a atualização das práticas de confinamento em uma época em que estas vêm se constituindo

como um modo de vida. Ele distingue o confinamento socioespacial eletivo, quando se trata do autoconfinamento, do confinamento socioespacial forçado, quando imposto de fora (WACQUANT, 2015).

O que se espera do cidadão autoconfinado, além de denunciar aquele que ousou seguir a linha do devir-rato, é proteger sua residência como a um cativo cercado por toda sorte de equipamentos de segurança.



Residência em Paranaíba/MS
(ARQUIVO PRÓPRIO, 2015)

No início do doutorado, quando

passei a morar em um município do interior, não pude deixar de observar que ali o medo já havia produzido várias marcas: muros altos, cercas elétricas e até câmara de segurança em praças públicas. O que para mim parecia estranho era algo normal entre os moradores.

Mesmo com os índices de criminalidade bem menores do que os de uma capital, era possível observar a ideia de autoconfinamento pensada por Wacquant (2015), a lógica do condomínio expressa por Dunker (2015), as sociedades de segurança pensadas por Foucault (2008a), as sociedades de controle de Deleuze (1992) e, é claro, o espaço morto discutido por Sennett (2014). Todos esses maciços investimentos em segurança levavam-me cada vez mais a pensar sobre que tipo de produção de subjetividades a vida urbana vem produzindo e, principalmente, pensar os afetos

que estão sendo engendrados na governamentalização da cidade.

O corrupção descrito por Augusto dos Anjos pode ajudar a pensar os afetos envolvidos nessas práticas de confinamento:

“Escaveirado corrupção idiota, / Olha a atmosfera livre, o amplo éter belo, / E a alga criptógama e a úsnea e o cogumelo, / Que do fundo do chão todo o ano brota! / Mas a ânsia de alto voar, de à antiga rota / Voar, não tens mais! E pois, preto e amarelo, / Pões-te a assobiar, bruto, sem cerebelo / A gargalhada da última derrota! / A gaiola aboliu tua vontade. / Tu nunca mais verás a liberdade!... / Ah! Tu somente ainda és igual a mim. / Continua a comer teu milho alpiste. / Foi esse mundo que me fez tão triste, / Foi a gaiola que te pôs assim!” (ANJOS, 1998, p. 173).

Apesar do pixo emergir como um modo de comunicação entre pares, todos os cidadãos estão implicados nessa interação (PEREIRA, 2005; SPINELLI, 2007). Se a prática do pixo e da pichação não está fora da sociedade que a engendrou, sua relação como os espaços acaba por colocar em análise o modo de vida confinado, que vai das casas

e condomínios até as escolas e prisões.

O milho alpiste que captura as resistências pode ser aproximado daquilo que Passetti (2007) chama de conservadorismo moderado: em uma época em que todos são convocados a participar como fiscalizadores da moral, também as liberdades e libertinagens deverão ser moderadas. Se tomarmos a cidade a partir do devir-gaiola apontado por Augusto dos Anjos, será possível pensar que a abolição da vontade de voar não ocorre tanto pela repressão, mas porque o milho alpiste, mesmo insosso e sem graça, é garantia de algum afeto de alegria: “a gargalhada da última derrota!”.

Entre liberdades e libertinagens, o abolicionismo penal anarquista é uma forma interessante de se pensar o que está em jogo nas capturas das sociedades de controle. Ao invés da utopia do fim das impunidades, defendem

que todo preso é um preso político, defendem o fim dos castigos em si e no outro: “sabe que é impossível desejar o fim das infrações dentro de qualquer prazo ou sociedade. Para um libertário elas não deixarão de habitar insurgências, pois aí que a vida recomeça e é inventada.” (PASSETTI, 2007, p. 38). E se as insurgências aparecem a cada tentativa de captura é porque elas seguem o comportamento de matilha descrito por Deleuze e Guattari (1995). Segundo a leitura spinozista destes, mais prudente que lutar em vão contra formigas no quintal seria fazer um bom uso daquilo que acontece na cidade, fazer um bom uso dos afetos.

Enquanto isso, a vigilância torna-se um dever de todos. Aliás, para ser efetiva, precisa produzir uma contínua e sistemática docilização dos corpos: “a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de

utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 1977, p. 127). Os modos de sujeição serão exercitados por vigilantes citadinos atentos a quaisquer movimentos tidos como suspeitos na cidade.

No poema “A peste”, Augusto dos Anjos (1998, p.110) ajuda a pensar o comportamento de matilha e os modos de captura: “Fúlgido foco de escaldantes brasas / o sol a segue, e a Peste ri-se, enquanto / vai devastando o coração das casas”. Graças a esse devir-pesto ao qual o comportamento de matilha da pichação se alia, por vezes, ela consegue brincar com os jogos luminosos do poder.

Fazer outro uso dos espaços da cidade não deixa de ser uma brincadeira perigosa e um modo de deixar-se capturar. Dito de outro modo, só há devir-rato/devir-pesto a partir do momento em que há um modo de

organização dos usos da cidade. Essas vidas infames não passam apenas a entrar nos cálculos da governamentalidade, mas também a produzir novos dispositivos de segurança.

Em uma campanha nacional de uma construtora, ela interpela os praticantes da pichação nos seguintes termos: “Atenção Sr. Pichador. A cada mês que este muro permanecer limpo, a MRV doará uma cesta básica para uma creche ou instituição de caridade de sua cidade”. Difícil saber se tal promessa é cumprida, mas isso é o que menos importa aqui. Importa pensar que, nas sociedades de controle, vidas infames perdem a opacidade e passam a ser incluídas nas estratégias de responsabilidade social de empresas.

Como dispositivo de segurança, a campanha não investe na repressão, pois entende que é melhor incluir uma figura que é impossível ignorar na cidade

contemporânea: o “Sr. Pichador”. Diferentemente dos discursos grotescos encontrados na internet, a empresa negocia com o Sr. Pichador e garante a

do comportamento de matilha, desse devir- peste; melhor ainda, parece de fato docilizar o devir-rato em devir-corrupção.

A estratégia de valorizar a



Muro de condomínio em Campo Grande
(ARQUIVO PRÓPRIO, 2016)

sua participação social na cidade. Os pichadores infames são chamados para a responsabilidade social de ajudar outros sujeitos infames (tradicionalmente dependentes da caridade dos ditos cidadãos de bem). A estratégia de legalização do grafite, comentada na matéria inicial, pode ser entendida como uma busca para regular os efeitos

sujeição é uma interessante ratoeira que, se não consegue capturar totalmente a matilha, faz o devir-rato passar por um profundo processo de higienização. Aqueles que se submetem, que pedem autorização, que valorizam o patrimônio, terão como recompensa nada menos que o *status* de artista, poderão pleitear

editais, poderão tornar-se empreendedores de si.

Por outro lado, é necessário dizer que a não-autorização também já está prevista pela governamentalidade: o medo e os ódios engendrados pela pichação alimentam o mercado da segurança privada e o número de denúncias; as pinturas não autorizadas possibilitam licitações de empresas privadas para limpeza e para fornecimento câmeras de segurança; os gastos com a pichação produzem índices, relatórios e estatísticas – enfim, a pichação tem seu papel nas sociedades de controle.

Uma importante característica dos dispositivos de segurança é sua polifuncionalidade (FOUCAULT, 2008a): as câmeras não servem só para detectar os “crimes” de vandalismo; elas também podem identificar suspeitos ou foragidos, coibir condições de estupro e, por que

não, identificar protestos e manifestantes, em nome da boa ordem da cidade.

“[...] Ele também afirmou que a legislação dificulta distinção, ficando difícil prender quem é flagrado praticando grafite.” Os próprios jornalistas da matéria em questão equivocam-se na diferenciação entre as práticas. Mais que um simples erro de redação, a dificuldade em diferenciar o grafite da pichação provém do fato de que tal divisão é puramente fictícia. Apesar da diferenciação estética existente entre o grafite e o pixo, muitas vezes ambos são realizados pelos mesmos praticantes (PEREIRA, 2005; SPINELLI, 2007).

Não há, portanto, “o” pichador, de um lado, e “o” grafiteiro, de outro. O que parece existir é um comportamento de matilha, um *continuum* que vai de um devir-pichador a um devir-grafiteiro, que nada mais é senão uma forma de jogar com os modos de governo

das condutas: em certas circunstâncias, é melhor aliar-se a um devir-corrupção; em outras, é possível seguir por um devir-rato. Mesmo com a autorização para uso dos espaços apresentando-se como mais um dispositivo de segurança na cidade governamentalizada, é necessário destacar que, para a matilha, tanto faz se os espaços são ou não autorizados, se são públicos ou privados.

Quando Sennett (1974/2014) aponta os períodos de carnaval como momentos em que as mais diversas cidades suspendem suas regras inibitórias, é possível aproximar esses momentos históricos com a verve que anima aqueles jovens pichadores.

Segundo Sennett (2014), a distinção entre o público e o privado foi um processo construído a partir do século XVIII com a ideia de direitos naturais do homem: a vida natural ou natureza passaria a ser

da esfera privada, e a cultura – portanto, não-natural – seria identificada como de âmbito público. É por isso que não é difícil aproximar as práticas desses jovens de devires-inseto, devires-animal e devires-pestes, ou seja, comportamentos de matilha.

A partir da produção de um espaço público morto, certas práticas emergem como efeito dessa decadência:

“Estou sozinho! A estrada se desdobra / Como uma imensa e rutilante cobra / De epiderme finíssima de areia... / E por essa finíssima epiderme / Eis-me passeando como um grande verme / Que, ao sol, em plena podridão, passeia!” (ANJOS, 1998, p. 181)

Parece que a peste, antigo problema de saúde da população, foi sendo deslocada para a pichação como um problema de saúde da cidade. Seguindo as proposições de Dunker (2015), com a migração das estratégias de gestão da cidade em termos de público/privado, a pichação emerge como um sintoma

produzido pelo adoecimento dos espaços da cidade. A lógica do condomínio desse autor, de certo modo, articula-se à perspectiva de Sennett (2014) sobre o modo como o uso do espaço público se tornou um mero local de passagem: “essa nova forma de gestão do mal-estar está centrada na produção de espaços de exclusão e anomia de um lado e na definição de condomínios de classificação diagnóstica flexível de outro” (DUNKER, 2015, p. 28).

Contudo, se pensarmos como o moleiro Menocchio, perseguido pela Inquisição no séc. XV, que afirmava serem os vermes o princípio da vida (GINZBURG, 2006), talvez seja justamente a podridão do espaço público a produção de novos modos de vida. É preciso então lembrar que o devir-rato contrasta com o devir-corrupção não apenas por questionar a mencionada gaiola e o alpinismo diário, mas por conta de

sua produção: seus rastros também são imundos.

“É necessário por a polícia nas ruas e prender esses vândalos. Nunca se vê na mídia a notícia de prisão de pichadores. Também é função da guarda municipal a proteção do patrimônio público, coisa que não vem ocorrendo. É lastimável ver a situação em que se encontra toda a cidade, apesar dos esforços da prefeitura e dos comerciantes em transformar o centro em cidade limpa.”

(J. C. *sic* [comentário da matéria de RODRIGUES; VASCONCELOS, 2013]).

A “cidade limpa” refere-se ao Decreto nº 11.510, de 23 de maio de 2011, sobre a revitalização do centro de Campo Grande (DIOGRANDE, 2011). Esse regulamento detalha as formas de uso das fachadas e dos anúncios pelos comerciantes, com a justificativa de combater a chamada poluição visual. Para se ter uma ideia das minúcias dessa norma, basta citar o Artigo 6º, onde se lê:

“Os motivos, figuras, cores e formas de diferentes elementos

para a comunicação visual não devem ser extravagantes ou causar efeito estranho no ambiente onde está instalado.”

Devido ao risco de multas, os comerciantes precisam adequar-se às regras, precisam aliar-se a um devir-corrupção para continuar sobrevivendo. Já a pichação, quando em um devir-rato, não somente ignora a referida norma, como também aproveita esses espaços abertos pelo regulamento para inserir novas intervenções. O encontro entre devires tão estranhos pode ser uma pista para compreender os ódios recíprocos. A gestão da cidade em termos condominiais também parece facilitar a emergência desses ódios recíprocos, pois se, de um lado, comerciantes e gestores desejam uma cidade produtiva economicamente, de outro, pichadores e outros que adotam o comportamento de matilha pouco

ou nada se importam com essa dimensão. Isso se torna mais complexo quando pichadores alegam também contribuir com a estética da cidade:

“Como é que nós vai ficar triste com o bagulho. Pra nós fica mais lindo ainda o prédio. Sem zueira cara. Por isso que nós faz o bagulho, porque nós acha bonito pra caralho mano.” (PIXO, 2009).

A ideia de uma cidade limpa, em termos deleuzianos, pode ser entendida como o desejo de uma superfície lisa e sem estrias, o que é bem conveniente para a melhor circulação das mercadorias. Os rastros deixados pelas matilhas de pichadores parecem ferir a equação econômica, além de produzirem ódios que passam a engendrar mecanismos de gestão: cercas elétricas, câmeras, monitoramentos...

A limpeza da cidade mencionada no comentário traz uma ideia de poluição, a qual precisa ser explorada.

A cidade poluída

Segundo Spinelli (2007), publicidade e pichação constituem certa legenda do urbano, em que a trilha sonora dos automóveis é ritmada pelos semáforos: “o grafiteiro e o pichador fazem apenas reproduzir os mesmos modelos de comunicação nos quais foram educados.” (2007, p. 117). Andreoli (2004) também coloca em análise essa “simpatia” que se nutre pela poluição visual publicitária, ao passo que crescem as “antipatias” em relação a outras formas de intervenções, como grafites e pichações.

A produção incessante de marcas pela cidade por pichadores e publicitários pode ser aproximada da ideia de *malprope* de Michel Serres (2011). Segundo Serres (2011), *prope* em francês remete tanto a “limpo” quanto a

“próprio”. *Malprope* seria, então, “mal limpo” ou seja, algo sujo, mas também significa canalha, indecente: “o próprio se adquire e se conserva pelo sujo. Melhor ainda: o próprio é o sujo” (p. 14). As marcas deixadas por pichadores e publicitários, mais do que poluição visual, são tentativas suaves de apropriação da cidade.

“Hoje, as empresas e os fabricantes marcam com sua mancha, impressão ou assinatura o que vendem: produtos alimentícios, roupas, automóveis. Usando uma estratégia competente e que passa despercebida – pois exposta ao olhar de todos, eles dividem com o comprador a propriedade. São ainda mais expertos, eles ficam com ela! [...] Somos roubados, mas em troca podemos, enfim, compreender a máxima famosa de Proudhon: a propriedade é um roubo!” (SERRES, 2011, p. 38-39).

Para o autor, somos roubados duas vezes, tanto pelas empresas, que continuam a divulgar sua

propriedade pelas marcas que carregamos, quanto pelo Estado, que nos identifica também com suas marcas. E o mais impressionante: a maioria orgulha-se disso! Serres (2011) lembra que o termo “poluição” deriva de “polução”, isto é, vem da ideia de lançar fluidos de esperma sobre algo a fim de delimitar um território. É significativo para esta tese sobre o uso dos espaços e o uso dos afetos o título de um capítulo dessa obra de Serres (2011. p. 13). “O limpo e o sujo: usos animais, usos humanos”. Novamente, a ideia de matilha deleuziana parece convergir com o problema dos usos dos espaços na cidade: os animais urinam para marcar um território; certas plantas borrifam ácidos ao seu redor com o mesmo fim; até nosso corpo, ao suar, deixa um rastro (SERRES, 2011). Conforme Serres, o verbo “marcar” provém das marcas deixadas pelos pés, e o

autor lembra que certas prostitutas de Alexandria entalhavam iniciais em suas sandálias para facilitar o encontro com seus clientes: “os executivos por trás das grandes marcas veiculadas pelos publicitários, em anúncios nas cidades grandes, ficarão contentes ao saber que descendem diretamente, como bons filhos, daquelas putas” (SERRES, 2011, p. 12).

A agonística travada entre publicidade e pichação, ao mesmo tempo que atualiza os combates animais por territórios, também fortalece a ideia de que só existimos enquanto devires, nesse caso, um devir-animal. A poluição visual não seria o objetivo-fim da pichação, mas um efeito dessa forma peculiar de comunicação entre os jovens da cidade (PEREIRA, 2005; SPINELLI, 2007).

Já para Bansky (2012), a publicidade é a grande violadora da cidade:

“Quem realmente desfigura nossos bairros são as empresas que rabiscam slogans gigantes em prédios e ônibus tentando fazer com que nos sintamos inadequados se não comprarmos seus produtos. Elas acreditam ter o direito de gritar sua mensagem na cara de todo mundo em qualquer superfície disponível, sem que ninguém tenha o direito de resposta. Bem, elas começaram a briga e a parede é a arma escolhida para revidar.” (BANKSY, 2012, p. 08).

Os espaços da cidade são disputados com unhas e dentes pela publicidade e pela pichação, mas é a governamentalidade que ditará o modo como se darão esses combates. Se voltarmos ao comentário anterior, a limpeza da cidade implicará policiamento ostensivo, prisão de pichadores, proteção do patrimônio, isto é, estratégias de contenção de todo comportamento de matilha.

O alerta de Banksy (2012) para o revide pode ser aproximado da ideia de vingança pensada por Spinoza (1677/2014, p. 149): “a vingança é o desejo que nos impele, por ódio recíproco, a fazer mal a quem, com igual afeto, nos

causou dano”. Sabemos do mau encontro que os pichadores causam à cidade, tanto a moradores quanto a comerciantes, mas qual seria o dano que a cidade-publicitária nos causa? Seria a pichação apenas uma forma de vingança? Retomando uma frase do documentário *Pixo* (2009): “que sociedade é essa que forma uma geração inteira de jovens que precisam se expressar pela destruição?” O comportamento de matilha aparece, assim, como mais um efeito colateral da governamentalização da vida urbana.

Retomando a ideia de vingança proposta por Banksy (2012), convém citar que sua máquina de guerra contra os saberes instituídos não se detém em muros e paredes, invadindo também museus e circuitos artísticos. Em uma série de intervenções ilegais no Museu de História Natural de Londres, ele

inseriu uma obra intitulada “controle de pragas”, onde se vê um rato com uma pequena lata de *spray*, com a legenda:

“Expostas a um aumento significativo de restos de *junkfood* no lixo, radiação ambiental e *rap* urbano essas criaturas evoluíram em uma velocidade sem precedentes. Denominado de *Banksus militus vandalus*, eles são imunes a todos os métodos modernos de controle de pragas e demarcam seus territórios com uma série de elaborados sinais.” (p. 183).

No documentário *Pixo* (2009), em algumas cenas, aparecem imagens de ratos, animais mortos e até pichadores que, vasculhando o lixo do McDonalds, encontram um sanduíche em perfeito estado, que é em seguida devorado: o “*Mclixo*”. Tanto nesse documentário quanto na frase acima de Banksy, as proposições de Serres (2011) sobre a demarcação de territórios, assim como a noção de comportamento de matilha de Deleuze e Guattari (1980/1995), ficam bastante visíveis.

A cidade limpa/higiênica emerge

como uma utopia, já que as diversas formas de poluição parecem ser as maiores características da vida urbana atual.



(BANKSY, 2012, p. 183)

Para Spinelli (2007), a poluição visual não deve ser colocada na conta exclusiva dos pichadores, uma vez que, além dela, há o acúmulo de lixo, a diversidade de arquiteturas, o excesso de mobiliário urbano e os anúncios publicitários.

Em “Versos Íntimos”, Augusto dos Anjos (1998, p. 179) parece lembrar a necessária metamorfose que a cidade incita a

todos: “Acostuma-te à lama que te espera! / O homem, que, nesta terra miserável, / mora, entre feras, sente inevitável / necessidade de também ser fera.” Seja o devir-corrupção, seja o devir-rato, é a lógica do devir que impera nas relações, e essas são algumas das linhas que constituem a cidade.

Como é impossível viver fora do devir (FUGANTI, 2012), parece que o comportamento de matilha não é uma escolha, mas o movimento necessário para a constituição de linhas de fuga. Em lugar da utopia da cidade limpa, a cidade engendra efetivas heterotopias, produção de outros modos de usar seus espaços.

Se o que emerge nesse processo são ódios recíprocos, será preciso pensar: por que a governamentalidade vem produzindo feras, devires-animais e comportamentos de matilha? Qual a relação dos dispositivos de segurança com a produção do

medo? Em vez de sugerir respostas a esses problemas, convém continuar cartografando a relação da cidade com os comportamentos de matilha.

É interessante destacar como a série que articula poluição visual-pichação-devir-rato só é possível a partir de certa concepção de higiene, a ideia de uma cidade higienizada. Foi dito logo acima que a separação entre espaços privados e espaços públicos constituiu parte desse processo (SENNETT, 2014). Contudo, é preciso discutir de modo mais demorado como a rua pouco a pouco se tornou o lugar da ameaça, da sujeira e do caos, enquanto aos espaços privados e particulares ficaram reservadas as ideias de segurança, de limpeza e de ordem. Para Benjamin (1982/2009, p. 46): “o homem desrealizado constrói um refúgio no seu domicílio”. Sennett (2014) explica que essa distinção público-privado provém em parte

da emergência dos direitos naturais relacionados à vida natural, portanto, seria algo privado e familiar, enquanto a vida pública começava a ser vista como algo produzido de fora, por instituições construídas socialmente pela cultura.

À medida que a família passa a ser entendida como um fenômeno natural, gradualmente a vida

pública, suja e caótica das ruas torna-se objeto de evitação e de temor (SENNETT, 2014). Não é por acaso que também na matéria que aqui se analisa alguém lembra o papel da família em relação aos pichadores. Cartografar o aparecimento da família e sua relação com a cidade higiênica será objeto da próxima linha.



Outdoor em Uberlândia/MG
(ARQUIVO PRÓPRIO, 2015)

E a família dos pichadores? A produção de uma cidade higiênica

É muito comum encontrar em notícias de crimes graves e até mesmo em casos mais amenos, a atribuição desses desvios à família. Quando pichadores produzem seus rastros, também é sobre suas famílias que recai esse fardo:

Os órgãos e poder público devem se mobilizar a esse respeito, inclusive trabalhando junto às famílias desses jovens. Com essas leis que "passa as mãos" nas cabeças desses meninos, que não podem trabalhar, o resultado é isso. Em frente da minha casa, por exemplo, todos os dias os meninos se reúnem para fumar drogas. Uma vez peguei-os pichando o muro vizinho. Chamei a polícia, mas quando vieram, os meninos correram.

(R.A. [comentário da matéria de RODRIGUES; VASCONCELOS, 2013]).

Diferentemente de Bansky (2012), que argumenta sobre a responsabilidade da publicidade na produção de um devir-rato,

alguns comentários dos internautas lembram a responsabilidade da família dos jovens nesse processo. Por vezes, alguns afetados de ódio concebem a pichação como fruto de uma má educação, de certa incapacidade de ensinar as regras básicas de civilidade.

Na construção das cidades operárias, Foucault (1975-1976/1999) aponta a responsabilidade atribuída às famílias na garantia dos mecanismos disciplinares dos corpos individuais e dos mecanismos de regulação da população: “regras de higiene que garantem a longevidade ótima da população; pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade, portanto sobre a procriação; as pressões

que se exercem sobre a higiene das famílias [...]” (1999, p. 300). Antes de tomar a família como uma instituição natural, torna-se importante questionar o uso dos afetos na relação governo-família-população, discutindo os investimentos políticos das normas familiares. A lógica é simples: se tais normas de civilidade são tão básicas, o problema já não se trata mais de educação, mas de uma desestruturação ontológica, que ficou conhecida como “família desestruturada”. O comentário discutido na matéria sobre tolerância zero pode ser retomado:

“Prender os pais? Vcs acham que esses delinquentes tem pai ou mãe, s tivessem não fariam isso, são filhos de chocadeiras e reprodutores. Pixaram meu muro mandei pintar pixaram novamente e ainda escreveram ' voltei ' se eu pegar não chamo a políciapq são menores, mas vou esfregar a cara desse FDP no muro até sangrar, e, quero ver dai ele chamar a polícia”

(A.C, *sic* [comentário da matéria de LOPES 2014]).

Ao tratar-se de matilha, já não se atribuem os termos “mãe” e “pai”, mas “chocadeiras” e “reprodutores”. Trata-se do velho, mas sempre atual discurso da família desestruturada como proveniência na produção de menores infratores (TABORDA, 2012). O que adjetivações como “chocadeiras” e “reprodutores” pretendem é colocar a família, especialmente a família do pobre, como a “principal responsável pela violência e criminalidade, individualizando e reduzindo a complexidade das injustiças e das desigualdades econômico-sociais.” (TABORDA, 2012, p. 65). Em vez de conceber esses enunciados como simples reducionismos do senso comum e, como tais, desprovidos de sentido, é preciso problematizar como a naturalização da família se articula com o uso dos afetos; como essa hipervalorização de uma família ideal contribui com a

governamentalização da cidade. Trazer a ideia de família para uma discussão que mescla governo-cidade-pichação pode parecer algo muito distante à primeira vista.

Contudo, basta reproduzir aqui a epígrafe que Sennett (1974/ 2014) usa para abrir sua obra *O declínio do homem público* para perceber como se trata de questões muito próximas:

“Cada pessoa, mergulhada em si mesma, comporta-se como se fora estranha ao destino de todas as demais. Seus filhos e seus amigos constituem para ela a totalidade da espécie humana. Em suas transações com seus concidadãos, pode misturar-se a eles, sem no entanto vê-los; toca-os, mas não os sente, existe apenas em si mesma e para si mesma. E se, nessas condições, um certo sentido de família ainda permanecer em sua mente, já não lhe resta sentido de sociedade.” (TOCQUEVILLE, 1835/1977 *apud* SENNETT, 1974/2014, s/p).

A ideia de coesão familiar como sinônimo de vida íntima e privada não é algo natural, mas um processo histórico e social (SENNETT, 2014), e torna-se preciso discutir melhor essa

questão.

Se até antes do século XVIII, segundo Foucault (1979), a ideia de família servia apenas como modelo de governo, com a ascensão das ciências humanas e principalmente da medicina social, de coadjuvante ela se tornou a principal estratégia de governamentalização da vida. Vimos essa instrumentalização da família no comentário da matéria em que o poder público foi alertado sobre a necessidade de trabalhar com os familiares dos pichadores. De uma forma geral, a governamentalidade não privilegia os modos repressivos e excludentes, já que melhor será incluir todos no governo das condutas (FOUCAULT, 1979). É interessante pensar como, ao mesmo tempo que a pichação aparece como problema público que afeta a vida coletiva da cidade, ao remeter à questão dos familiares, volta ser um problema privado. O espaço público morto,

iluminado pelos pichadores, pela perspectiva da governamentalidade, será capturado novamente pelo drama privado e familiar.

Seguindo algumas pegadas foucaultianas, Costa (2004) investigou como a naturalização da família no Brasil só foi possível graças ao forte movimento higienista empreendido no século XIX como saber aliado ao controle populacional.

Durante o Brasil Colônia, a Igreja Católica e as famílias oitocentistas constituíam uma força política descomunal frente ao Estado. Dentre os fatores que contribuía para tal situação estavam os altos índices de mortalidade infantil assim como as precárias condições de saúde dos adultos (COSTA, 2004). É preciso então lembrar que durante muito tempo a medicina não tinha o prestígio que possui hoje, pois se a Igreja detinha o monopólio sobre o sofrimento, o

desenvolvimento científico sobre os corpos era ainda incipiente (COSTA, 2004). Mas isto estava mudando. O movimento higienista ganhava força ao passo que a Igreja se enfraquecia politicamente.

Os médicos brasileiros logo perceberam que o controle populacional seria a melhor maneira de se mostrarem necessários ao Estado. O saber médico poderia mostrar não apenas a etiologia de potenciais doenças (que só eles poderiam diagnosticar), mas também a prevenção (que só eles poderiam indicar) e as formas de cura (que só eles conheciam).

Se ainda prevalecia nessa época a urgência de pestes, doenças e mortes, com a produção de uma cidade higiênica, haverá certo deslocamento para problemas cada vez menores nesse sentido. É por isso que posteriormente veremos a peste-pichação aparecer como um novo problema

de “saúde” da cidade.

Convém destacar que o uso político do saber dos higienistas não difere daquilo que Foucault (1974-1975/2001) problematizou na constituição do indivíduo anormal-perigoso: quando certos criminosos escapavam da punição do sistema penal mediante os chamados “crimes sem interesse”, a psiquiatria moderna produz a noção dos instintos.

Assim, a psiquiatria garantiria sua força política mediante a higiene:

“[...] ninguém mais poderia detectar antecipadamente esse crime que se manifestou, mas eu como saber, eu como ciência da doença mental, eu por conhecer a loucura, vou precisamente poder detectar esse perigo, que é opaco e imperceptível a todos os outros” (FOUCAULT, 2001, p. 152).

Com a produção de uma cidade higiênica, a figura da grande anormalidade vai sendo deslocada para as singulares multiplicidades, até que, já em uma sociedade de segurança, os menores fluxos se tornam

esperados e passíveis de controle.

É nesse sentido que também os comportamentos de matilha não são apenas esperados, mas constituem parte da gestão de controle dos espaços, sejam eles públicos ou privados. A questão passa ser: que tipo de afetos a utopia da cidade limpa passa a produzir?

No Brasil do século XIX, a medicina higiênica aproveitou as necessidades que o processo de urbanização trazia para apresentar suas contribuições em praticamente todas as áreas da vida: a casa (materiais da construção, lugar escolhido, ventilação, iluminação, limpeza, decoração); a escolha das roupas (de adultos e crianças, masculinas e femininas); os tipos e modos de alimentação (legumes, carnes, horários); a educação infantil (física, moral e intelectual); as relações de sociabilidade (polidez, visitas, bailes). Dessa maneira, seguir ou não os preceitos médicos

seria tomar um caminho de saúde e de vida ou de doença e de morte.¹⁵ (COSTA, 2004). É preciso destacar que, em todos esses preceitos da boa saúde, os afetos estavam presentes na administração de doses de medo ou de esperança.

Se até meados do século XVIII o profissional médico era desvalorizado e desqualificado, para garantir que seu saber fosse sempre útil e imprescindível, Costa (2004) demonstra como tornou-se necessário não apenas produzir novas categorias a serem medicadas (bebês, grávidas, crianças, adolescentes, mulheres adultas e homens adultos), mas, acima de tudo, normalizá-las segundo o maior sinal de saúde: o amor ao Estado.

Os médicos aprenderam bem cedo que lhes seria muito útil apresentar o amor à nação não

como obrigação política, mas como um impulso da própria natureza humana. É claro que aproximar linhas tão distintas como dever cívico e amor natural exigia dos médicos uma verdadeira “acrobacia verbal” (COSTA, 2004, p. 67). A noção de grotesco de Foucault (2001) cabe muito bem para os argumentos médicos utilizados para aproximar a ideia de boa saúde e patriotismo: matavam-se a mãe e o pai oitocentistas para, aos moldes europeus, normalizar a família para o nascente capitalismo (COSTA, 2004).

Mediante a medicalização da família, ao mesmo tempo que melhoravam os índices de saúde da população, também emergia um novo regime de obediência: quanto mais submisso, maiores os benefícios. Contudo, quando jovens seguem por um devir-rato

¹⁵A variedade de áreas em que a medicina se dizia competente era tão vasta que fica quase impossível trazer todos os elementos para este texto. Para se ter uma ideia, basta citar o trabalho intitulado *Enciclopédia de conhecimentos indispensáveis na vida prática*. (GARNIER, 1883 apud COSTA, 2004).

ao invés do higiênico devir-
corrupção, muitas serão as
estratégias para conter tais
desvios:

“COM O ESPAÇO DE SKATE NA
ORLA MORENA...A PICHACAO
ACONTECE COM
CERTEZA...UMA COISA PUXA A
OUTRA,INFELIZMENTE QUEM
USA SKATE BONES DE ABA
RETA E TODOS OS SEUS
TRAJES TAMBEM PICHAM
MUROS...MAS CLARO QUE ISSO
NAO ÉUMA REGRA GERAL...É
PRECISO NAO INCENTIVAR
ESSAS PRATICAS COMO POR
EXEMPLOCONSTRUINDO
PISTAS DE SKATE...DIZER QUE
ISSO ACONTECE EM FUNCAO
DA NÃO PARTICIPAÇÃO DO
JOVEM NA SOCIEDADE JÁ NAO
É MAIS DESCULPA,HAJA VISTA
QUE FOICRIADO NO ESTADO A
SECRETARIA DIRECIONADA À
JUVENTUDE...VAMOS VER SE
AATUAÇÃO DA JUVENTUDE
CRESCER DE AGORA EM
DIANTE,E A PICHACAO
DIMINUA...A FACA EO QUEIJO
ESTÁ NA MAO.”

(R. A. *sic* [comentário da matéria de
RODRIGUES; VASCONCELOS,
2014]).

Essas formas de
governamentalidades espaciais
podem ser problematizadas a
partir da noção de heterotopia.
Em uma conferência realizada

junto a arquitetos na Tunísia em
1967, Foucault (1984/2013)
chamou de heterotopia os
diferentes modos de
reordenamento dos espaços e
usou a imagem da pirataria para
pensar a produção de outros
espaços. Se os piratas foram
substituídos pelas polícias,
conforme afirma o autor, o que
substituiria as pistas de *skate*? E
as latas de *spray*? Quem não
segue a linha do devir-corrupção
torna-se insuportável.

A rua, a pista de *skate* e as
paredes pichadas indicam
heterotopias, outros espaços,
outros usos dos espaços e dos
afetos. Diversos dispositivos de
segurança emergirão a partir
daqueles: câmeras, policiamento,
denúncias, cercas... Os fluxos da
cidade cercados e monitorados
são algumas das heranças do
higienismo atualizadas nas
sociedades de controle.

Skatistas e pichadores talvez não
percebam, mas eles também já

estão controlados por todos os lados. Na matéria que abre esta discussão, a representante do movimento universitário reclama que “o jovem não tem voz”. Talvez isso ocorra porque advogados, promotores, delegados, vereadores, deputados e outra infinidade de autoridades exercem, cada um ao seu modo, a governamentalização das condutas. Quando outros espaços são inventados, eles até podem ser tolerados, desde que comedidos e seguindo regras preestabelecidas. Aos governados resta apenas obedecer, mesmo que alguns não cessem de aticar suas latas de *spray* como modo de expressar sua indignação. Modo infantil, dirão muitos. O fato é que *skates*, *sprays* e bonés de aba reta parecem indicar certa agonística naquilo que compõe a cidade.

A noção de agonística é, portanto, fundamental, pois não se trata de uma grande recusa, ninguém está fora das relações de poder

(FOUCAULT, 1979). Mais interessante é pensar como o antigo discurso da cidade higiênica produz novas relações agonísticas entre os atuais cidadãos. Para a governamentalidade parece que, muito mais que o consumo de tecnologias de segurança, o que realmente importa são os modos de controlar os infindáveis fluxos da cidade.

A cartografia é um modo de acompanhar o modo como as relações de força estão dispersas nas mais diferentes linhas. É justamente por isso que ela valoriza tanto detalhes que, à primeira vista, se apresentam sem importância. O cartógrafo entende que as mais diferentes linhas estão presentes num plano de composição porque ele assim o exige. Não se deve, portanto, ignorar como acidente quando uma “CPI da Saúde” emerge atravessando o debate que se fazia sobre as pichações na

cidade.

Já vimos que o devir-rato pode ser exercido em qualquer lugar, e não seria diferente na política profissional. Contudo, esses devires não são exercidos de qualquer modo. Talvez fosse mais apropriado falar nesses casos de um devir-ratão ou devir-ratazana, pois estes são mais gulosos, mais espertos. São esses que capturam fluxos de toda ordem e fazem a pichação parecer coisa de criança, coisa de arteiros. Se as pequenas ilegalidades são intoleráveis pela população é porque talvez ela não tenha atentado para a micropolítica dos

usos sutis que tais ilegalidades engendram (FOUCAULT, 1979). Afinal de contas, os pichadores até podem fazer um devir-rato, mas, sejamos francos, trata-se de um devir-ratinho, franzino, minúsculo frente às grandes ilegalidades. Acontece que são justamente essas ilegalidades menores e controladas que adquirem uma grande importância na higienização das cidades. É feito um uso dos afetos articulado aos modos de gestão da governamentalidade: odiar pequenas ilegalidades e tolerar microfascismos.



(BANKSY, 2012, p. 107)

“DEPOIS DE PROTESTO, CAPITAL SENTE OS REFLEXOS DO VANDALISMO” (BENITEZ; DIAS, 2013).

“Depois de cinco horas de protesto com participação de 30 mil pessoas na noite de ontem, conforme a Polícia Militar, Campo Grande amanhece de ‘ressaca’, com lixo nas ruas, pichações nos muros, lojas com portas e vidros quebrados. No canteiro da Avenida Afonso Pena a grama serviu de “lixreira” onde estão depositados cartazes do manifesto, latas de cerveja e garrafas de bebidas. O Obelisco foi pichado com a palavra “corrupção”. Na Praça da República (Rádio) o cenário se repete e a Concha Acústica também foi alvo dos pichadores. Na Calógeras, esquina com Afonso Pena, o Banco Bradesco permanece sem uma das portas de vidro, quebrada ontem à noite por vândalos que até o momento estavam disfarçados de manifestantes no meio do protesto. No Banco do Brasil, próximo à Praça Ary Coelho, nada foi danificado, mas por precaução a unidade bancária está com tapumes nas laterais, sendo que somente as portas da frente estão abertas para que o cliente entre. Segundo um funcionário que não quis se identificar, a “proteção” deve ser mantida até o próximo sábado. O ponto de ônibus da Afonso Pena, em frente à antiga loja Planeta Real, também continua com a estrutura quebrada, no local houve apenas uma pequena limpeza para retirar os estilhaços do chão. Na mesma localidade, o restaurante, depredado também no final do protesto, segue com as portas quebradas e parte da parede destruída. “Não deu para arrumar nada ontem, então contratamos um segurança para dormir aqui, ele vai ficar até sábado para garantir que nada mais ocorrerá”, disse o gerente do restaurante, Edivaldo Santana, 48 anos. Outras lojas foram atingidas com menor intensidade, com pequenos amassados nas portas. Ainda na Avenida Afonso Pena com a Ernesto Geisel placas de trânsito estão caídas, o mesmo ocorre no cruzamento com a Rua Noroeste.

Confronto – No final da manifestação, um grupo de vândalos quebraram vidro de um ônibus e o picharam. Eles também tentaram invadir o Burger King, mas foram impedidos por seguranças do local, mesmo assim os clientes entraram em pânico e ficaram por alguns minutos trancados dentro do estabelecimento. A Polícia Militar conseguiu prender quatro rapazes responsáveis que faziam parte do grupo de baderneiros. Antes de serem detidos eles atearam fogo em sacos de lixo e danificaram alguns veículos que estavam estacionados na Ernesto Geisel. Todos estavam de bicicleta e na hora da detenção estavam com um cone de trânsito.”

*A palavra é um coquetel Molotov.*¹⁶

Não é por acaso que a pichação aparece em várias passagens da matéria acima. Durante a série de protestos que tomou as ruas de várias cidades do país em 2013 contra o aumento das passagens, os pichadores foram uns dos primeiros a aderirem aos movimentos (SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014). “Baderneiros”, “vândalos” e “arruaceiros” foram colocados de um lado, e termos como “manifestante”, “protesto pacífico” e “policiais”, de outro. Boa parte desse discurso binarista foi produzido pela imprensa, mas não apenas. É desse ponto que gostaria de partir, isto é, problematizar a multiplicidade de linguagens e as relações de força que atravessam os saberes que constituem vida na cidade. Trata-se de pensar como as maneiras de

se conduzir são modos de uso dos espaços e dos afetos que colocam em jogo formas de habitar, sentir, desejar, ser afetado, em suma, processos de subjetivação. Se a linguagem engendra certo uso dos espaços e uso dos afetos, parto da matéria acima para pensar as diferentes maneiras como a pichação apareceu não só em conhecidas manifestações, mas, inclusive, em revoltas cotidianas. Começaremos pela linguagem indignada da pichação em algumas revoltas para depois pensarmos a linguagem jornalística e respectivos comentários das jornadas de junho de 2013. Essas revoltas não têm continuidade, nem qualquer encadeamento linear. São, antes de tudo, indícios dos rastros metodológicos que serão seguidos.

¹⁶ Frase pichada nos muros de Paris em maio de 1968.

Pichações, manifestações e indignação cotidiana

São várias as entradas possíveis para discutir a série que atravessa pichações, manifestações e indignações cotidianas. Uma entrada interessante pode ser pela emergência da lata de *spray* em fins da Segunda Guerra Mundial. Tal instrumento deu condições de possibilidade a práticas como o grafite e as pichações (KNAUSS, 2001; TAVARES, 2011).

Tendo como marco histórico a efervescente década de 1960, nos Estados Unidos, no Brasil e na França, utilizar *spray* para escrever em muros e paredes passou a ter cada vez mais importância política (SOUZA, 2007, THIOLENT, 1998). Torna-se necessário, então, discutir a relação da linguagem da pichação nessas manifestações como proveniência para problematizar as ações

mencionadas na matéria.

Outra entrada possível pode ser pelo movimento Black Power em 1967, quando 27 artistas negros divulgaram o movimento contra o racismo em muros da cidade de Chicago, nos Estados Unidos (KNAUSS, 2001). Não seria preciso dizer que, em uma clara posição de resistência aos discursos racistas da época, esses primeiros grafites não pediram licença ou autorização, como propõe a matéria acima. Em manifestações antirracistas por negros juntamente com imigrantes latinos, a década de 1970 assistiu à explosão de grafites em metrô e muros da cidade. Contudo, diferentemente da atual aceitação, vista em latas de refrigerante e revistas de decoração, o grafite no início enfrentou diversas formas de

repressão, como a tolerância zero nova-iorquina, que emergia como estratégia político-econômica para conter as mínimas práticas de subversão, com registro das vendas de aerossol e investimento em limpeza pública, dentre outras medidas (KNAUSS, 2001; WACQUANT, 2002).

manifestações contrárias ao regime militar brasileiro homogeneizava a pichação e o grafite de tal modo que até fins da década de 70 a associação deste último com arte era algo inconcebível. Somente na década de 80 no Brasil, com a imprensa noticiando o grafite como



(PINTEREST, 2017)

Também em meados da década de 1960, a partir da instauração da ditadura civil-militar no Brasil, a pichação emergiu como uma potente forma de protesto (SOUZA, 2007). Segundo Knauss (2001), a criminalização de

movimento artístico, ele foi sendo aceito, ao mesmo tempo que colocava a pichação cada vez mais na clandestinidade (IDEM, 2001).

A revolta dos negros estadunidenses e as lutas armadas

na América Latina e no Brasil, além da oposição à guerra americana no Vietnã e à Revolução Cultural na China, provocaram um grande movimento de contestação nacional na França, que ficou conhecido como Maio de 68 (THIOLENT, 1998). Michel Thiollent, ao relatar sua experiência como estudante de ciências sociais em Paris em maio de 1968, expõe como os confrontos contra a polícia eram inevitáveis e, assim como ocorria no Brasil, como a polícia francesa da época forjava acontecimentos: “muitos carros foram incendiados, sobretudo pela polícia, para produzir efeito contrário na opinião pública” (THIOLENT, 1998, p. 67).

O movimento teve como protagonistas diversas camadas sociais, indo desde estudantes e intelectuais – Foucault e Sartre foram alguns – até setores operários e sindicais. Dentre as

várias formas de comunicações (panfletagem, cartazes, jornais, histórias em quadrinhos, fotografia), destacam-se as pichações em muros como manifestações poético-políticas divulgadas por anarquistas e situacionistas, como o “proibido proibir”, que se tornou uma espécie de *slogan* do movimento (THIOLENT, 1998).

Se em todas essas manifestações o ato de escrever em muros e paredes apresentou-se como uma forma de resistência, isso não foi diferente em 2013, no movimento que ficou conhecido como “jornadas de junho”: “pichadores foram um dos primeiros grupos a aderir à tática das ações diretas” (SOLANO; MANSO; NOVAES 2014, p. 257). É claro que se corre um grande risco em aproximar movimentos tão distintos. Contudo, não é difícil perceber importantes ressonâncias na série que articula linguagens-espacos-afetos. É possível problematizar

os diferentes usos dessa série: há certo uso da linguagem jornalística, assim como um uso simbólico na escrita de resistência; há também um uso dos espaços, sejam eles virtuais ou físicos; além destes, há certamente diferente uso da multiplicidade de afetos envolvidos em cada encontro. O conceito de heterotopia de Michel Foucault (1984/2013) constitui-se em uma interessante ferramenta para discutir essa articulação entre governamentalidade e uso dos espaços e uso dos afetos.

Articuladas com a cartografia, as heterotopias possibilitam seguir os rastros de como essas

diferentes inscrições (sejam elas jornalísticas, sejam da pichação) produzem certos modos de experiência nas cidades. Dito de outra maneira, tanto os jornais quanto os muros podem ser entendidos como planos da governamentalidade ou, mais especificamente, como tecnologias dos dispositivos de segurança nos modos de governo das condutas (FOUCAULT, 2008a); entretanto, de acordo com os encontros agenciados pela prática da pichação, tanto os muros quanto os jornais constituem-se em “espaços outros”, ou seja, são feitos “usos outros” dos espaços e dos afetos.

Uso dos espaços e uso dos afetos nas jornadas de junho

*“Protesto pacífico só marcha para Jesus”
Frase de manifestante black block
(SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014, p. 55)*

Indo além do reducionismo sobre a destruição gratuita ou simples atos de vandalismo, é necessário considerar as jornadas de junho de 2013 como uma pista para pensar a cidade contemporânea:

“às vezes os enfrentamentos sociais são enfrentamentos semióticos, de categorias e símbolos. Afinal, quem tem o poder de definir é sempre quem impõe sua visão das coisas. A linguagem sempre é uma opção política.” (SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014, p. 103).

A ordem do discurso presente na matéria inicial, assim como nos comentários que ela produziu, pode servir de coordenada para cartografar a relação entre a governamentalidade e o uso dos espaços e o uso dos afetos:

“[...] o Banco Bradesco permanece sem uma das portas de vidro, quebrada

ontem à noite por vândalos que até o momento estavam disfarçados de manifestantes no meio do protesto.” (BENITEZ; DIAS, 2013).

Em uma análise das controvérsias produzidas pelas jornadas de junho, Bicalho, Barbosa e Meza (2015) lembram que para Deleuze e Parnet (1977/1998) os sujeitos, bem como os grupos, são constituídos por linhas produzidas por máquinas abstratas cuja tendência é a produção do discurso binário. Isso ajuda a entender a lógica dicotômica na matéria analisada: “elas não são sumariamente dualistas, são, antes, dicotômicas: podem operar, diacronicamente por sua vez (se você não é nem *a* nem *b*, então é *c*. [...])se você não é

nem branco nem negro, você é mestiço).” (DELEUZE;

PARNET, 1998, p. 150-151).

É seguindo essa lógica binária que as matérias jornalísticas entendem que, se você não é manifestante nem policial, você só pode ser vândalo (BICALHO, BARBOSA, MEZA, 2015). Em vez de analisar a ideologia por detrás do discurso, na perspectiva pós-estruturalista, entende-se que mais urgente é colocar em análise seus efeitos e sua produção.

Talvez seja interessante pensar: por que a prática da pichação aparece na linha de frente dessas manifestações? Por mais inofensiva que seja em termos físicos, é possível que sua maior potência seja a visibilidade que ela dá à multiplicidade de posicionamentos, isto é, suas marcas produzem heterotopias que colocam em evidência a multidão de sujeitos que escapa à governamentalidade. Segundo

Foucault (1984/2013), a questão da circulação inclui:

“o problema do lugar ou do posicionamento [...] é também o problema de saber que relações de vizinhança, que tipo de estocagem, de circulação, de localização, de classificação dos elementos humanos devem ser mantidos de preferência em tal ou tal situação para chegar a tal ou tal fim.” (p. 114)

Para evitar um curto-circuito (que a multiplicidade de posicionamentos que práticas como a pichação engendra), são produzidos discursos dicotômicos que bastam para capturar os sujeitos segundo posições fixas: “se você não é nem *a* nem *b*, então é *c*.” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 150-151).

É significativo destacar que a data da matéria que aqui se analisa coincida com a da analisada por Bicalho, Barbosa e Meza (2015). Segundo os autores, a quinta-feira de 20 de junho de 2013 foi o dia mais intenso de toda a série de manifestações que aconteceram em várias cidades do

Brasil:

“[...] Eles também tentaram invadir o Burger King, mas foram impedidos por seguranças do local, mesmo assim os clientes entraram em pânico”. (BENITEZ; DIAS, 2013).

A produção massiva de notícias pela imprensa disparou inúmeras discussões sobre a segurança pública e os afetos envolvidos: “[...] aquele sentimento vivenciado como bem particular por se materializar carnalmente: sentimentos de medo e de insegurança” (BICALHO, BARBOSA, MEZA, 2015, p. 209). Aparece uma linguagem discursiva que cola as chamadas manifestações pacíficas com o que seriam os verdadeiros manifestantes, ao contrário dos vândalos e baderneiros, os falsos manifestantes.

Mais que um veículo de informações sobre os acontecimentos, se tomarmos a imprensa também como tecnologia do dispositivo de segurança, fica visível que a

produção de discursos dicotômicos aparece como uma modalidade de organização das linhas de fuga que as manifestações tendem a engendrar. Segundo Spinoza (1677/2014), o pavor é uma forma de covardia e ao mesmo tempo uma espécie de medo em que um duplo temor deixa os sujeitos estupefatos e hesitantes. Ele entende covardia não como algo pejorativo, mas como o que se manifesta em alguém cujo... “desejo é refreado pelo temor de um risco ao qual seus semelhantes ousam se expor.” (p. 150). Não se trata aqui de discutir se as pessoas que estavam em pânico foram ou não covardes. Mais importante é pensar como a imprensa, como tecnologia do dispositivo de segurança, tende a não produzir discursos que valorizem a audácia e a exposição a riscos. Ela produzirá um discurso binário que, ao mesmo tempo que organiza a multiplicidade de

linhas de fuga, reduz tudo a duas linhas antagônicas. O fluxo caótico de linhas que não permite ver ao certo onde começam e terminam as alianças é posicionado pela máquina abstrata em apenas duas linhas mediante a ideia de confronto: de um lado, aqueles que são a favor da cidade (manifestantes e policiais) e, do outro, aqueles que são contra a cidade (vândalos e baderneiros).

Também não é por acaso que a ideia de confronto aparece tanto na matéria analisada por aqueles autores, quanto nesta que aqui se problematiza. E não apenas nessas — na verdade, foram muitas as matérias jornalísticas que trouxeram de forma explícita termos como “confronto” e “guerra civil”. Esse discurso beligerante produzirá uma naturalização do enfrentamento, a ideia de que existem duas forças rivais em que o outro é um inimigo a sobrepujar (BICALHO,

BARBOSA, MEZA, 2015).

O discurso dicotômico entre o “bom manifestante” e o “mau manifestante” aparecerá nos comentários como um efeito desses usos da linguagem:

“Eu achei que esse protesto seria pacífico. Mas sempre tem os animais, ou melhor, os selvagens que aproveitam de dessas situações para expor seus instintos. É lamentável, pois acham que quebrando um ponto de ônibus, pichando uma estrutura que é o marco de Campo Grande, depredando a cidade em geral quem vai pagar é o governo. BURROS, IGNORANTES!!! Para quem não entende eu vou explicar.... Tudo que você paga tem impostos, mesmo que queira sonegar, não escapa de pagar, porque para viver você paga imposto. A cerveja, a água, a comida que você compra tem impostos, ou seja, povo ESTÚPIDO o dinheiro que irá custear os reparos dessas depredações SAIU do seu bolso na forma de IMPOSTO!!!! Entenda sobre o erário e depois saia fazendo selvageria.”

(F.A.M. *sic* [comentário da matéria de BENITEZ; DIAS, 2013]).

Com a atenção à espreita que a cartografia ensina (KASTRUP; BARROS; ESCÓSSIA, 2010), não pude deixar de notar o

quanto esses enunciados que colam massa-selvageria trazem vestígios das ideias de Le Bon. Seu estudo do comportamento das massas, debatido inclusive por Freud, é considerado por Silva (2005) como a primeira aproximação da psicologia com o social. Tendo como pressuposto a sugestão hipnótica e as ideias de contágio, ambas provenientes da medicina (SILVA, 2005), Le Bon foi o primeiro a propor que nas multidões há uma regressão das capacidades cognitivas, isto é, quando em massa, o comportamento tenderia à irracionalidade e à selvageria:

“A personalidade consciente desaparece, os sentimentos e as ideias de todas as unidades são orientados em uma mesma direção. Forma-se uma mesma alma coletiva, transitória, sem dúvida, mas com características muito distintas. [...] Ela forma um único ser e está sujeita à lei da unidade mental das multidões.” (LE BON, 1895, p. 12, tradução minha).¹⁷

Para Sennett (1974/2014), as explicações de Le Bon são parte do discurso que vê a multidão como fonte do caos, enquanto os pequenos espaços seriam os lugares de ordem e de vigilância. Essa perspectiva pode ser aproximada dos dispositivos de segurança, que, segundo Foucault (2008a, p.28), “trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação.” As ruas, ao tornarem-se um meio privilegiado para a revolta, converteram-se também em campo de intervenção para o governo da população: separar as massas entre selvagens e cidadãos constitui parte desse dispositivo de segurança. Silva (2005) segue a

¹⁷ “*La personnalité consciente s'évanouit, les sentiments et les idées de toutes les unités sont orientés dans une même direction. Il se forme une même âme collective, transitoire sans doute, mais présentant des caractères très nets. [...] Elle forme un seul être et se trouve soumise à loi de l'unité mentale des foules*”.

mesma linha de Sennett (2014) e conclui que, se as análises de Le Bon partiam de uma perspectiva de patologização das massas, é porque se temia que as revoltas ameaçassem o equilíbrio social.

Porém, essa é apenas uma das duas grandes interpretações dos movimentos de massa. A segunda leitura das massas foi feita por Marx, que entendeu as revoltas como parte da luta de classes frente às contradições do capitalismo (SILVA, 2005).

O corpo-sem-órgãos de Deleuze e Guattari (1972/2011, p.21) é um conceito interessante para problematizar os temores pelo devir-revolucionário: “cada conexão de máquinas, cada produção de máquina, cada ruído de máquina se tornou insuportável ao corpo sem órgãos. Sob os órgãos ele sente larvas e vermes repugnantes.” As máquinas desejanter, com suas produções dicotômicas, tendem a todo instante a um desejo de

organizar o corpo-sem-órgãos, que insiste em escapar.

O devir-revolucionário de larvas e vermes associado ao corpo-sem-órgãos pode ficar mais fácil de entender quando se aproxima da narrativa de Augusto dos Anjos (1998), autor que não teme esses agentes do caos:

“A desarrumação dos intestinos / Assombra! Vede-a! Os vermes assassinos / Dentro daquela massa que o húmus come, / Numa glutoneria hedionda, brincam, / Como as cadelas que as dentuças trincam / No espasmo fisiológico da fome. / É uma trágica festa emocionante! / A bacteriologia inventariante / Toma conta do corpo que apodrece... / [...] É o despertar de um povo subterrâneo!” (p. 87-89)

O despertar de um povo subterrâneo – é isso um corpo-sem-órgãos. Essa desarrumação assombra porque não se trata de alguns, mas de multiplicidades, ou, como dirá Certeau (1998, p. 44), “a figura atual de uma marginalidade não é mais a de pequenos grupos, mas uma marginalidade de massa [...] e isso não quer dizer que ela seja

homogênea.” O corpo-sem-órgãos é essa trágica festa emocionante de toda uma massa difusa fazendo outro uso dos espaços da cidade.

Se o espaço público foi tornado morto, como afirma Sennett (2014), os vermes não apenas tomam conta do corpo que apodrece, mas já começam a produzir um novo corpo. Por outro lado, o devir-revolucionário é temido, pois não se sabe o que irá surgir desse processo. O uso de uma linguagem reacionária será, então, a estratégia para um dispositivo de segurança, um modo de capturar um povo que escapa e não cessa de fugir.

Foi visível que, no fenômeno das jornadas de junho de 2013, a mídia, como a maioria dos comentários, tendeu a uma linguagem reacionária em vez de uma linha revolucionária. Contudo, para não cairmos em um dicotômico discurso revolucionário-reacionário, é necessário problematizar um

pouco mais a noção de linhas, presente no conceito de rizoma:

“essas linhas não param de se remeter uma às outras. É por isto que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau. Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito — tudo o que se quiser, desde as ressurgências edipianas até as concreções fascistas. Os grupos e os indivíduos contêm microfascismos sempre à espera de cristalização” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 26).

Para Deleuze e Guattari (1980/1995), se a natureza da linha de fuga é a multiplicidade, isso implica que nem toda revolução é transgressiva, o que pode, inclusive, possibilitar a emergência de microfascismos.

Não é difícil entender isso se lembrarmos que o poder, mais que reprimir, busca sempre recompensar aqueles que aderem às suas normas (FOUCAULT, 1979). Há, portanto, sempre inúmeros incentivos para as

posturas autoritárias, assim como para as de obediência. Os discursos fascistas são uma consequência desses processos, e isso ficou visível nas jornadas de junho. A multiplicidade de usos dos espaços e afetos presentes nas manifestações possibilitou inúmeras transgressões, mas ativou, principalmente, desejos reacionários – em uma palavra: o amor ao poder.

“É lamentável saber que um ato como o de ontem que teve a intenção de lutar pela mudança do Brasil, tenha sido manchado por esses vândalos, desocupados que nem deviam saber o motivo da passeata. Participei da passeata e posso dizer que Campo Grande fez bonito, sim e não só que estava nas ruas, os moradores dos prédios ao longo do trajeto colaboraram com bandeiras nas janelas, gritos de apoio e todos piscaram as luzes de seus apartamentos ao mesmo tempo, valeu a pena sim!”

(J. A. *sic* [comentário da matéria de BENITEZ; DIAS, 2013]).

Torna-se necessário, assim, problematizar: de que modo os enunciados sobre as jornadas de

junho de 2013 seguiram preferencialmente por uma linha reacionária? Como a linguagem da pichação se torna um instrumento de luta nas cidades? E por que essa ojeriza às expressões que não seguem a passividade?

Nem na matéria, nem nos comentários, há qualquer menção, mas o que em muitos casos se denominou como vandalismo tratava-se de uma tática, a tática *black block*. Dupuis-Déri (2014) explica que este movimento emerge a partir das manifestações de rua na Alemanha que eram realizadas em blocos, os ambientalistas compunham o bloco verde enquanto os sindicatos o bloco vermelho. Nos anos 80, quando a repressão policial se torna mais agressiva e os protestos pacíficos insuficientes, emerge o *der schwazer block*, o bloco negro, constituído como autodefesa. Em Seattle, na década de 90, os black

blocks são ressignificados e passam a usar a tática da ação direta.

Para Ortellado (2014), constitui um grave equívoco acreditar que essa tática de revolta seja apenas irracional ou arbitrária, pois, enquanto a mídia hipervaloriza vidraças quebradas, ignora ou faz vistas grossas à brutalidade da polícia cotidiana, esta sim, violenta e assassina.

É preciso ir além, pois a tática *black block*, antes de tudo, não é nem mesmo violenta, já que se trata de uma prática eminentemente simbólica: “ela deve ser entendida mais na interface da política com a arte do que da política com o crime.” (ORTELLADO, 2014, p. 284). Essa articulação fornece uma informação valiosa não apenas para compreender o aparecimento das pichações durante os vários movimentos de que fizeram parte, como também para indicar sua relação com os

modos de governo da cidade e o uso dos espaços/afetos.

A destruição simbólica da cidade que se habita é aproximada aqui do poema ‘Vandalismo’, de Augusto dos Anjos (1998, p. 178), para pensar algumas dessas articulações:

“Meu coração tem catedrais imensas, /
Templos de priscas e longínquas datas, /
Onde um nume de amor, em serenatas, /
Canta a aleluia virginal das crenças. /
Na ogiva fúlgida e nas colunatas /
Vertem lustrais irradiações intensas /
Cintilações de lâmpadas suspensas /
E as ametistas e os florões e as pratas. /
Com os velhos Templários medievais /
Entrei um dia nessas catedrais /
E nesses templos claros e risonhos... /
Erguendo os gládios e brandindo as hastas, /
No desespero dos iconoclastas /
Quebrei a imagem dos meus próprios sonhos!”

Segundo Foucault (2008a), desde o início das cidades modernas, a circulação tem sido o objeto privilegiado da polícia. Não é por acaso que os termos “animais”, “selvagens” e “vândalos” servem para qualificar estrangeiros, enquanto os “manifestantes pacíficos e ordeiros” são os verdadeiros habitantes da cidade:

é a figura do monstro, ponto máximo da infração contra a ordem natural e a ordem jurídica, a proveniência para essas anormalidades menores (FOUCAULT, 1974-1975/2001). Para Rocha (2013), o próprio conceito de ordem pública está atrelado a uma ideia utópica de higienismo, conforme se vê pelo Decreto n. 88.777/1983, citado pela autora e aqui reproduzido:

“Ordem Pública – Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum.” (BRASIL, 1983 *apud* ROCHA, 2013).

Conforme Rocha (2013), os atuais processos de pacificação atualizam não somente a velha utopia higienista do século XIX, como também a eliminação das diferenças, esta última, a principal característica das cidades, segundo diversos autores

(SENNETT, 2014; CERTEAU, 1998; FOUCAULT, 2008a). Mediante a constituição da polícia, os modos de regulação da circulação buscarão garantir o controle contra iconoclastas, vândalos e outras monstruosidades.

Para Certeau (1998), as cidades são espaços privilegiados onde se combinam processos de gestão e de eliminação de detritos, como desvios, doenças, anormalidades e mortes. Ao mesmo tempo que ocorre redistribuição de funções pela cidade, certos detritos desses processos precisam ser eliminados: “a organização funcionalista, privilegiando o progresso (tempo), faz esquecer a sua condição de possibilidade, o próprio espaço que passa a ser o não-pensado de uma tecnologia científica e política” (CERTEAU, 1998, p. 173-174). Os iconoclastas das manifestações podem ser entendidos como esse “não-pensado” ao produzir uma

verdadeira heterotopia dos
dejetos:

“Depois de cinco horas de protesto com participação de 30 mil pessoas na noite de ontem, conforme a Polícia Militar, Campo Grande amanhece de ‘ressaca’, com lixo nas ruas, pichações nos muros, lojas com portas e vidros quebrados.” (BENITEZ; DIAS, 2013, grifo dos autores).

diversas linhas de fuga foram
ativadas, isto é, os detritos
revelaram outro uso dos
espaços/afetos. Os rastros dos
dejetos fornecem coordenadas
sobre a produção de outros
espaços, isto é, a produção de



(CASTRO; DIAS; BENITEZ, 2013)

Parece contraditório dizer isso,
mas, em vez da destruição dos
espaços, pela perspectiva de
Certeau (1998), o que ocorreu nas
jornadas de junho foi o privilégio
do espaço sobre a ideia de
progresso/tempo. Se a cidade
amanheceu de ressaca, é porque

heterotopias na cidade
governamentalizada: “habitar
significa deixar rastros”
(BENJAMIN, 1982/2009, p. 46).
Não se trata de estrangeiros, nem
de selvagens, nem de vândalos,
como a linguagem jornalística
busca fazer crer, mas de outro uso

dos espaços. Quando utilizado como dispositivo de segurança, o uso moral do jornalismo ignora um ponto crucial: esses iconoclastas desesperados atacam a própria cidade em que vivem. Para Rocha (2013), ao contrário da utopia da cidade limpa, as manifestações de junho de 2013 efetivaram heterotopias diversas, tanto no aspecto de contestação quanto no de conservação. A polícia e a mídia, em conjunto, assumiram um papel crucial na espetacularização das manifestações: “[...] através de um discurso de pacificação, ‘desrealizar’ o lugar e o momento políticos por excelência: o espaço público e a manifestação.” (ROCHA, 2013, p. 13, grifo da autora). É provável que, mais que a destruição de vidraças, o que realmente incomoda na tática *black block* seja o ato de quebrar

certas imagens prometidas pelo consumismo:

“O objetivo primário de um *black block* é incorporar dentro da manifestação uma crítica radical do sistema econômico e político. Metaforicamente falando, é uma enorme bandeira negra composta de corpos vivos, voando no coração de uma manifestação” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 02-03, tradução minha).¹⁸ Essa articulação arte-política não emerge apenas em grandes movimentos; para os pichadores, é algo cotidiano em suas práticas: a revolta aparece como um combustível que articula ao mesmo tempo estéticas artísticas e resistências políticas (PIXO, 2009). Quando se diz que a tática *black block* é antiviolença, significa que seus ataques não visam a pessoas ou animais, mas principalmente a chamar atenção

¹⁸The primary objective of a black block is to embody within the demonstration a radical critique of the economic and political system. Metaphorically speaking, it is a huge black flag made up of living bodies, flying in the heart of demonstration.

para certos símbolos do capitalismo, em especial, agências bancárias e redes de *fast food* (DUPUIS-DÉRI, 2014). É claro que essa forma de espetacularização pode parecer juvenil à primeira vista, mas seria menos pueril que luzes piscando em apartamentos ou bandeiras nas janelas?

“Gente protesto é lindo quando se tem educação e sabedoria do que é certo e do que não é o que está acontecendo nas grandes cidades é lamentável, não é com essa brutalidade que o Brasil vai mudar vamos sim acordar mais despertar de um sono profundo com dignidade !!! (se continuar assim o objetivo das manifestações vai se banalizado, e vai acabar em pizza temos que mudar as tática pq quebra quebra só vai fazer com que os verdadeiros que querem mudar o Brasil sejam tratados como bandidos)”

(F.F. *sic* [comentário da matéria de BENITEZ; DIAS, 2013]).

Aqui novamente aparece a linguagem dicotômica dos verdadeiros manifestantes contra os falsos manifestantes, daqueles que teriam educação e sabedoria,

ou seja, os civilizados, em contraste com os brutos. A moralidade apareceu como uma estratégia importante em um caso de revolta analisado por Sennett (1974/2014), mas perdeu sua potência quando acabou por tornar-se um fim em si mesma. “Para que grupos sem poder desafiem instituições de poder [...] as únicas máscaras que se poderiam usar de início eram as morais” (SENNETT, 2014, p. 436). O autor mostra como a recusa ao real enfrentamento é parte de uma fantasia muito comum, a fantasia da comunidade paroquial: “essa luta pela solidariedade comunitária serve a uma função estabilizadora em termos das estruturas políticas mais amplas da sociedade” (SENNETT, 2014, p. 443). A paixão utópica por uma comunidade unida, segundo o autor, revela o medo das lutas reais e das mudanças efetivas que poderiam advir, ao mesmo tempo

em que mantém certos problemas sociais intocados.

O medo de ser tratado como bandido fornece alguns elementos sobre a emergência de enunciados dicotômicos que buscam colocar “manifestantes pacíficos” longe de “vândalos agressivos”. A tentativa de estabelecer claras fronteiras entre dois tipos, além de indicar um modo moral de compreender as jornadas de junho, revela-se uma estratégia sutil do dispositivo de segurança. Dito de outra forma, se a governamentalidade tem como objeto a população (FOUCAULT, 1979), esses usos da linguagem visam à proteção, mas apenas daquela parte produtiva econômica e potencialmente ativa, daí seu caráter de dispositivo de segurança.

No entanto, diferentemente da moral, a ideia de uso (tanto dos espaços quanto dos afetos) está sempre escapando, já que a

conduta ética se articula à ideia do devir e da diferença. “O protesto é lindo”, mas parece trazer sempre consigo a possibilidade de alguém ser confundido com um “bandido”. O afeto aqui está mais para a vergonha do que para o medo, pois, para Spinoza (2014), a vergonha é a tristeza por imaginar a reprovação social. Talvez seja o uso dos espaços e o uso dos afetos o ponto de corte da linguagem da máquina abstrata na produção de sujeitos: de um lado, estaria o chamado “manifestante pacífico” defendendo seus direitos, mas com vergonha de ser confundido com bandido; do outro, estariam os “vândalos” destilando revolta e ódio. Porém, é exatamente isso que aqui se combate, pois a linguagem dicotômica é simplista e não permite perceber a multiplicidade das linhas de fuga e dos afetos envolvidos. Ao contrário da perspectiva ética,

que tende a produzir escolhas necessárias, mesmo às custas de preceitos morais, a linha moral, ao focar em normas exteriores ao sujeito, tende necessariamente a produzir termos antagônicos: um bom e outro mau (FUGANTI, 2012). Mesmo não existindo nada bom nem mau em si mesmo (SPINOZA, 2014), a moral precisa marcar um referente mau para sustentar a existência de seu contrário. É por isso que o dito “cidadão de bem” só se sustenta apenas enquanto existirem os “vândalos”. Parece que os processos de subjetivação, a partir da governamentalidade, levam mais facilmente à adesão a uma linha moral focada em normas externas, em vez de privilegiar as singularidades do devir. Ao marcarem-se condutas realizadas por vândalos, torna-se mais fácil direcionar quais condutas não serão valorizadas e quais deverão ser seguidas. É o discurso da moral e dos bons

costumes a serviço da produção de sujeitos obedientes e submissos.

Se a circulação pela cidade não é realizada de qualquer modo, a moral e os costumes sempre estarão indicando quais devem ser as formas adequadas de circulação e, por conta disso mesmo, criam expectativa sobre quais devem ser os usos dos espaços e os usos dos afetos. É possível que a racionalidade violenta e dicotômica presente em inúmeros discursos seja uma maneira de atualizar o que ocorre quando não há o cumprimento das expectativas lançadas pela moral.

O fato é que as jornadas de junho permitiram uma experiência diferenciada das ruas: de simples espaços de passagem, para outras modalidades de governo de si e do outro. Isso produziu uma linguagem muito específica sobre as manifestações, a existência de uma ordem discursiva nos

protestos. Também as jornadas de junho mostraram que não é de qualquer modo que se protesta, nem com qualquer afeto.

“Se as pessoas tiverem novos impulsos, então a comunidade se despedaçará; não estarão compartilhando dos mesmos sentimentos; a pessoa que se transformar ‘trairá’ a comunidade; o desvio individual ameaça a força do todo; as pessoas precisam, por isso, ser vigiadas e testadas.” (SENNETT, 2014, p. 445, grifo do autor).

Sennett (2014) aponta como, em uma sociedade intimista, a fantasia de comunidade incita à vigilância constante uns dos outros. O peso inicial das jornadas de junho foi exatamente quando muitos estranhos somaram forças contra o aumento das passagens, mas, à medida que se dividiam os “verdadeiros” manifestantes e os “vândalos”, um devir-revolucionário dava lugar a um devir-reacionário. Tal como denunciado por Thiollent (1998) em Maio de 68, foram vários os casos de policiais infiltrados nas

jornadas, provocando incidentes a fim de manchar as táticas *black block*.

Com o apoio de parte da população nessas ofensivas, as violências policiais passariam a ser cada vez mais toleradas e incitadas.



(ROCHA; DIAS, 2013)

A força caótica inicial que assustou parte da imprensa e dos gestores públicos sucumbiria à linguagem da normalização entre os “verdadeiros” manifestantes e os “falsos” manifestantes.

Segundo Ortellado (2014), é um equívoco acreditar que as ações diretas enfraquecem os movimentos, haja vista que os adeptos da tática “*blackblock*” estão inseridos numa longa

tradição de reflexão sobre a forma mais adequada e eficaz de se produzir mudança social por meio do protesto de rua”. (p. 281). Eles sabiam que as manifestações pacíficas já não produzem mudanças desde os anos 90 (SOLANO; MANZO; NOVAES, 2014) e que, para despertar do “sono profundo”, seria preciso muito barulho:

“Se não se faz violência, não se chama a atenção... Eles não enxergam nossa revolta. É só com violência que o governo escuta. Não sei, é como se fosse um espetáculo. Se a gente quer ser ouvido, vai ter que jogar para o espetáculo. É a única forma de provocar uma reação.” (IDEM, 2014, p. 78).

Foi necessário outro uso dos afetos: provocar medo pela revolta popular, despertar a esperança contra a passividade, revelar os ódios das violências policiais. Os grandes meios de comunicação, acostumados com os apelos sensacionalistas, renderam-se facilmente à tática *black block* (IDEM, 2014). A

estratégia deu tão certo que o aumento de 20 centavos da passagem de ônibus, estopim dos protestos, teve que ser revogado após o governador de São Paulo ter afirmado que não revogaria (IDEM, 2014). A governamentalidade precisou atualizar seu discurso. A cidade mostrava que as ruas guardavam uma potência que há muito não se via – mas esse foi apenas um dos diversos efeitos das jornadas de 2013. A vergonha em ser confundido com bandido reflete o discurso de uma classe média que redescobria as ruas como forma de reivindicação de direitos (BOULOS; TELLES; FERRÉZ, 2015). Se no início os *black blocks* conseguiam traçar suas táticas para a revogação do aumento das passagens, as linhas de fuga que seguiram apontaram para um devir reacionário até então não previsto:

“[...] o rescaldo de junho, também foi apropriado por setores de direita, você

tinha ali gente que estava no armário, estava ali com suas concepções fascistas, com suas concepções intolerantes, direitistas, tacanhas, tinha vergonha de dizer e que perdeu essa vergonha, [...] tem gente que diz ‘que bom que saiu do armário’ eu não acho bom não, acho que tem que voltar pro armário, porque tem coisa que tem que falar dentro do armário, não tem que falar fora dele, eu acho que pegar e vir pra rua dizer que quer tortura e quer intervenção militar vai falar isso no armário, na rua não!” (BOULOS; TELLES; FERRÉZ, 2015).

Essa perda de vergonha das jornadas de junho pode ser aproximada da ideia de incivilidade proposta por Sennett (2014): se civilidade e cidade possuem a mesma raiz etimológica, é porque ambas trazem a ideia de um possível laço social entre estranhos; já a incivilidade é o inverso: quando o estranho serve apenas a uma sobrecarga narcísica do eu.

Pela perspectiva de Sennett (2014), a pior incivilidade das jornadas não foram as vidraças quebradas ou as pichações, mas dar condição de possibilidade para a emergência de uma série de

discursos fascistas e reacionários.

“O manifesto ontem foi lindo. Milhares de pessoas, em PAZ buscando seus direitos. Fui ontem e irei hoje novamente! Infelizmente temos alguns atos desse tipo. Mas sinceramente? Com a justiça que temos em que praticamente todos os bandidos estão soltos na rua, como poderia não haver vandalismo? A culpa é do próprio governo!”

(L.H.N. *sic* [comentário da matéria de BENITEZ; DIAS, 2013]).

Mais prisões e mais punições para outros membros da cidade é o que pede aquele que “em paz” busca seus próprios direitos. Contudo, enunciados como esses que sustentam a ideia de protesto pacífico também precisam ser problematizados. Essa ideia de paz pode ser aproximada da conhecida inversão do aforismo de Clausewits feita por Foucault (1975-1976/1999) quando afirma que a política é a guerra continuada por outros meios. Isso ajuda a entender a aparente contradição daqueles que em paz clamam por mais castigos. Quando digo que é aparente, não

é porque algo está oculto ou precisa ser interpretado, mas porque, em vez de contradição, o que há é uma ordem discursiva que se impõe (ROCHA, 2013): uma espécie de *continuum* que vai de um desejo por paz ao desejo por práticas de aprisionamento e de punição.

Se a busca por uma utópica sociedade de paz constitui-se também como mecanismos das lutas, pela perspectiva de Sennett (2014), é a linguagem da incivilidade atravessando certo desejo sobre a cidade. “Corre alguma coisa entre eles, uma troca de olhares como se fossem linhas que ligam uma figura à outra [...]” (CALVINO, 1972/2003, p. 53).

A culpa, imaginam os leitores, seria do fraco governo e de uma justiça que não seria violenta o suficiente. E, se “praticamente todos os bandidos estão soltos na rua”, podemos pensar que seja o afeto do medo que mobilizará o

desejo por mais repressão e violência policial.

Contra a ideia de incivilidade narcísica, Sennett (2014) diz que a civilidade tem a ver com o uso de máscaras de impessoalidade, isto é, comportamentos que revelam o simples desejo de conviver com os estranhos em uma cidade. A sociedade intimista é incivilizada porque perdeu a vergonha de posturas fascistas e confessa publicamente seu horror às diferenças.

“Não creio que agora as pessoas precisem esperar por uma transformação maciça das condições sociais, ou então por uma volta mágica ao passado, para se comportarem de modo civilizado. Num mundo sem rituais religiosos nem crenças transcendentais, as máscaras não são pré-fabricadas. As máscaras precisam ser criadas por ensaio e erro [...] quanto mais esse comportamento tomar corpo, mais vivos se tornarão a mentalidade de cidade e o amor pela cidade.” (SENNETT, 2014, p. 381).

Talvez a intensidade que tomaram as jornadas de junho deva-se a essa espécie de ensaio e erro mencionada por Sennett. A

cidade só pôde amanhecer de ressaca porque ousou a diferença. Incivilidade e civilidade possuem como matriz etimológica a vida na cidade. Não é por acaso que, apesar de todos os problemas que as jornadas de junho possam ter trazido à tona, é a cidade que estava em jogo; melhor ainda, o que estava em jogo eram novas experiências em relação ao uso dos espaços e ao uso dos afetos na cidade. Revoltas ou

manifestações apresentam-se como rastros para pensar a multiplicidade de linguagens e as relações de força que atravessam os saberes que constituem a governamentalidade e as formas de produção de subjetividades. O modo como isso é feito, isto é, o uso dos espaços e dos afetos, pode fornecer algumas coordenadas para se compreender como essas linhas estão sendo traçadas.



(BANKSY, 2012, p. 178).

“Pichador afirma que é movido pela adrenalina de ver ‘trabalho’ exposto” (FLORENTINO, 2015).

“Um adolescente de 17 anos e Erick Jean Ortiz, de 18 anos, foram flagrados pela Polícia Militar pichando a parede e portas de um estabelecimento comercial, na Rua 13 de Maio, por volta das 2h30 desta sexta-feira (3). Quando foram flagrados ainda tentaram fugir, mas foram capturados logo depois. Com eles foram apreendidos uma garrafa pet com tinta e um rolo de pintura. A dupla foi encaminhada para a Depac (Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário) Centro. A Polícia Militar Ambiental foi acionada e estipulou multas de R\$ 1 mil. Erick, por ser maior, foi responsabilizado diretamente enquanto o adolescente será representado pelos pais. Na delegacia, o adolescente não demonstrava arrependimento. “Faço isto pela adrenalina de ver meu trampo exposto nas ruas e gosto disso que faço”, afirmou para revolta daqueles que estavam próximos.”

Tudo que não invento é falso.

Melhor jeito que achei para me conhecer foi fazendo o contrário.

(BARROS, 1993, p. 67)

É possível chegar a essa matéria pelo seguinte caminho: Capa, Campo Grande, Cotidiano, Vandalismo. O lugar onde a matéria se encontra já nem deve impressionar os leitores, pois se tornou trivial associar a prática da pichação ao vandalismo.

Notícias sobre a captura de jovens realizando pichação também já se tornou algo cotidiano. O que realmente impressionou aqueles que acompanharam a captura e os leitores que teceram os comentários foi a afirmação do

jovem: “gosto disso que faço”. É claro que, pelo fato de ter menos de 18 anos, isso lhe garantiu uma maior liberdade para dizer o que foi dito. No entanto, afirmar isso longe de possíveis retaliações é uma coisa, mas falar para policiais e jornalistas, mesmo sabendo do ódio que essa prática incita, é algo que merece alguma discussão.

A trivialidade dessa notícia, carregada de tamanho ódio, como se vê nos comentários, pode fornecer alguns indícios para realizar um diagnóstico do presente da cidade.

Ao invés de tratar esses afetos como algo apenas efêmero, banal e sem efeitos, acredito que esses pequenos registros fornecem elementos significativos para pensar tanto o uso dos espaços quanto o uso dos afetos na cidade. Além disso, essa afirmação de si traz uma questão cara à governamentalidade: o governo de si.

Após mais de 20 anos de pesquisas sobre as práticas discursivas e os exercícios de poder, na década de 80, Foucault (2014) avança seus estudos sobre a governamentalidade para discutir o que chamou de cuidado de si. Nessa fase de estudos, também conhecida como genealogia da ética, a governamentalidade passa a ser pensada além do governo dos outros, questão crucial nas fases anteriores, para focar o modo de se conduzir, as técnicas de si – os mecanismos que constituem o cuidado de si e a relação do sujeito com a verdade.

O que leva um jovem a arriscar-se a ser preso, apanhar ou até ser morto apenas pelo prazer de pichar? Essa era uma das questões que me fazia ao iniciar esta pesquisa. Entretanto, indo além das motivações pessoais, da ideia de influência ou de outras questões meramente subjetivas, mais interessante será questionar

os modos de se conduzir, terreno esse onde a ética foucaultiana do governo de si pode ser aproximada da ética spinozana dos afetos para pensar a cidade governamentalizada e os processos de subjetivação em curso.

É provável que a afirmação do jovem tenha incomodado tanto porque o afeto esperado era vergonha, e não glória. Se a vergonha é a tristeza acompanhada da ideia de reprovação social, a glória é seu oposto: o afeto de alegria pela ideia de algo que é aprovado socialmente (SPINOZA, 1677/2014). Quem mais aprovaria a prática da pichação se não os próprios pichadores? E poderíamos dizer que, no fim das contas, aquela afirmação foi cínica? E se ele fingisse vergonha – como muitos fazem para se safarem das sanções –, estaria incorrendo em hipocrisia em vez de cinismo? O cinismo apresenta-

se como uma interessante linha para discutir os modos de condução dos pichadores pela cidade. Um melhor proveito para esta pesquisa não será pensá-lo pelo senso comum, mas a partir da antiga escola cínica de filosofia estudada por Foucault na ética do cuidado de si.

Foucault (2014) lembra os diversos motivos para os filósofos cínicos serem odiados: viviam sujos, maltrapilhos, não respeitavam as regras de convívio nem de higiene, sua vida vagabunda e errante era improdutiva, e eles ignoravam a vida doméstica, assim como os privilégios políticos. Ao recusarem deliberadamente a convivência pacífica com o povo mais culto, aproximavam-se da plebe mais baixa e tida como ignorante (FOUCAULT, 2014).

Tomando os devidos cuidados históricos, e sem querer apresentar qualquer linha de continuidade, diversas dessas

características dos filósofos cínicos também são encontradas entre os praticantes da pichação. Tal aproximação pode ser produtiva para uma discussão sobre o uso dos espaços e o uso dos afetos, pensando-se sobre o que a pichação vem produzindo nas cidades. Além disso, esses cinismos podem ajudar a colocar em análise a proliferação de enunciados fascistas e discursos de ódio, ou seja, colocar em análise a produção de subjetividades violentas.

A palavra “cínico” deriva de “canino”, por conta de seu desprezo pelas normas sociais (FOUCAULT, 2014). Em ‘Versos a um cão’, Augusto do Anjos (1998, p. 99) destaca a estranha entonação emitida por esses seres:

“Cão – Alma de inferior rapsodo errante! / Resigna-a, ampara-a, arrima-a, afaga-a, acode-a / A escala dos latidos ancestrais/ E irá assim, pelos séculos, adiante, / Latindo a esquisitíssima prosódia / Da angústia hereditária de seus pais!”

Essa rapsódia errante presente

em cães e em filósofos cínicos também pode ser encontrada facilmente entre os pichadores. Eles agem cinicamente quando: ameaçam moradores e zeladores, reviram o lixo e comem lanches lá encontrados, desafiam polícia e autoridades, desferem socos e chutes entre eles, ignoram normas de segurança, fazendo surfe de trem e escaladas em prédios, afrontam artistas e curadores de museus (PIXO, 2009, LUZ, CÂMERA, PICHAÇÃO, 2016). Isso ajuda a entender o porquê da revolta e do ódio despertados pela afirmação de si: “Faço isto pela adrenalina de ver meu trampo exposto nas ruas e gosto disso que faço”.

Spinoza (2014) lembra que tanto o falar quanto o calar não estão sob poder de ninguém, ou seja, “nada está menos sob o poder dos homens do que a sua língua, e que não há nada de que sejam menos capazes do que de regular seus apetites” (p. 102). Certeau (1998)

não chega a mencionar os cínicos, mas apresenta os sofistas, seus parentes distantes, nas artes de dizer/fazer. O princípio sofista era tornar mais forte a posição mais fraca. Algo que também ocorre na prática da pichação:

“[...] o texto não provém mais de uma tradição. É imposto pela geração de uma tecnocracia produtivista. Não se trata mais de um livro de referência mas de toda a sociedade feita texto, feita escritura da lei anônima da produção.” (CERTEAU, 1998, p. 50, *sic*).

Além de certa atitude, a pichação pode ser aproximada do cinismo pelo campo da arte. Segundo Foucault (2014), desde o século XIX, a arte moderna “encontra-se em um processo de constante crítica de si mesmo, em que não se busca mais a harmonia, a imitação perfeita, mas a redução violenta ao elementar da existência” (p. 175). Uma crítica muito comum em comentários é “por que o pichador não vai pichar a própria casa?” Contudo, é justamente esse modo cínico de

conduzir-se, que é o ato de ir até outras paredes e outros muros, o que caracteriza essa prática (PIXO, 2009). Seguindo o pensamento de Foucault (2014), se os pichadores agem dessa forma, isso não é privilégio apenas deles, pois também os músicos, os literatos, os pintores modernos, não cessam de rejeitar as formas precedentes: “é na arte principalmente que se concentram, no mundo moderno, em nosso mundo, as formas mais intensas de um dizer-a-verdade que tem a coragem de assumir o risco de ferir.” (p. 165). Os filósofos cínicos eram conhecidos por abordarem os passantes para jogar-lhes na cara as verdades mais inconvenientes. Se o espaço público encontra-se em decadência, como afirma Sennett (1974/2014), a pichação seria uma espécie de coragem da verdade ao relacionar-se com a norma a partir de outros usos dos espaços e dos afetos?

“A Verdade virá das pedras mortas / E o homem compreenderá todas as portas / Que ele ainda tem de abrir para o Infinito!” (ANJOS, 1998, p. 227)

Reforçando que há diferenças colossais entre essas figuras, não é difícil perceber que tanto as provocações dos filósofos cínicos quanto a expressividade dos pichadores parecem levar ao extremo os modos de conduzir-se

na cidade. A racionalidade violenta e fascista parece emergir quando essas intensidades se tornam insuportáveis, a tal ponto que precisam ser sufocadas. A intensidade dos comentários pode ser uma linha a ser seguida para cartografar os processos de subjetivação em curso na cidade.



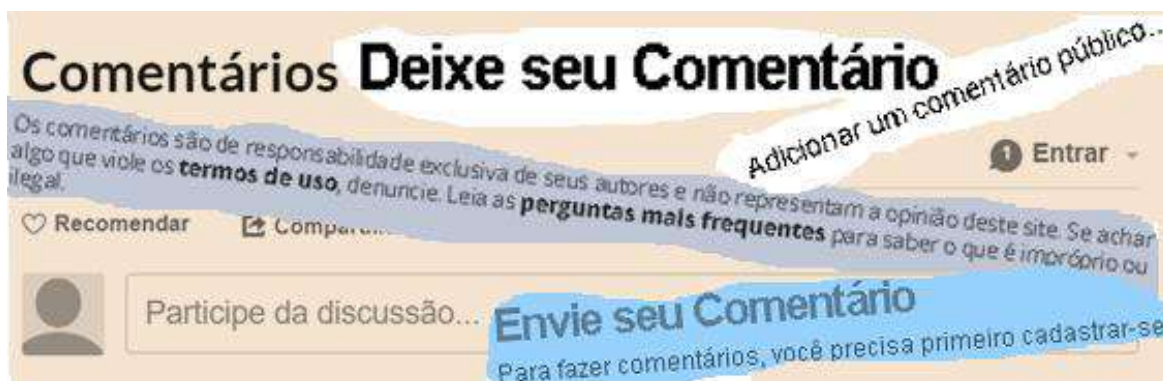
(BANKSY, 2012, apud PINTEREST, 2017)

Pichação, tortura e pena de morte: onde ficam os direitos humanos?

Até o presente momento desta pesquisa, o ato de escrever em propriedades alheias constitui uma prática ilegal. Independentemente do conteúdo da mensagem, importa mais a forma, o modo de conduzir-se, isto é, se houve ou não o pedido e consequente anuência do proprietário ou do gestor público (BRASIL, 2011).

comentários – o que faz parte do jogo que torna a informação um modo de vigilância nas cidades.

Tanto nos espaços físicos quanto nos espaços virtuais, cada um ao seu modo, existe certa margem de liberdade para a expressão dos afetos, seja por conta do anonimato, seja pela distância do flagrante em si. Todavia, é possível questionar: até que



Legendas de comentários de vários sites
(ARQUIVO PRÓPRIO, 2017).

Em *sites* jornalísticos, ocorre o inverso; não somente já existe de antemão essa autorização, como na verdade há uma incitação aos

ponto comentários fascistas não constituem uma ilegalidade muito pior que a própria pichação? Que tipo de sociedade

possibilita que discursos de ódio contendo tortura e ameaça de morte sejam mais toleráveis que danos à propriedade? A imprensa não teria nenhuma responsabilidade nesse processo? Não se pretende aqui tentar responder esses questionamentos. Antes, o que interessa a esta pesquisa é pensar os efeitos éticos do governo de si que aí estão implicados e de que maneira o uso dos afetos está articulado aos modos de conduzir-se e de fazer uso dos espaços.

“Na minha rua a maioria das casas foi pixada, somente a minha que ainda não...Infelizmente. Tenho sistema de monitorar a frente de casa ... E estou ansioso pra ser escolhido por esses imundos.Vou carneá-los bem devagar, tirar o couro como se faz com um animal... A carcaça jogarei fora... Mas o couro ... Vou esticar , salgar e fazer um belo desenho depois de seco. Uma homenagem e um destino melhor a esses bestas.”

(M. *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

Como não existe nenhum enunciado isolado, mas implicado em algum agenciamento coletivo de enunciação (DELEUZE; GUATTARI, 1980/1995), importa pensar que o comentário acima não é uma simples “opinião”. Existe certa ordem discursiva, como se vê em outros comentários que também emergiram na mesma matéria:

“Me chama para ajudar?”

(C. *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

“Precisam é de umas boas pohadas! Das que nunca vão esquecer.”

(U. *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

“Tem que matar”

(Z.G. *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

“Boaaaaaaaaa”

(E. *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

“Tem que fazer esses inúteis maconheiros comer tinta com bosta daí eles aprendem, porque eles não picham a casa deles ou o cu dos parentes deles, bando de não faz nada! inúteis, poderiam ser bons pintores e não pichadores dos infernos!”

(T. *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

Os ódios que se levantam evidenciam que não é de qualquer jeito que alguém pode expressar-se na cidade. Se tais comentários fossem apenas discursos aleatórios e sem qualquer efeito político, sem qualquer implicação na realidade, de certo modo, não faria nenhum sentido realizar uma pesquisa como esta. A questão é que não se trata apenas de desabafos espontâneos, nem de opiniões inócuas. Um modo de acompanhar esses movimentos do desejo pode ser problematizando a governamentalidade a partir dos afetos em relação aos direitos humanos.

“O marmanjo tem 18 anos e a polícia não mostra o rosto da criança. Ajuda aí autoridade. A impunidade começa aí.”

(P. T. *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

O enunciado da impunidade faz parte de um discurso maior que está diretamente associado a uma crítica aos direitos humanos. Existe governamentalização das condutas em tais enunciados. Segundo Teresa Caldeira (2000), entender como “[...] os direitos humanos foram transformados de direitos legítimos em ‘privilégios de bandidos’ é entender vários elementos da cultura e da política brasileira” (p. 344, grifo da autora).

Conforme a autora, os direitos humanos nem sempre foram alvo de críticas. Durante a ditadura civil-militar na década de 70, os defensores dos direitos humanos eram benquistos por parte da população, pois compunham um

importante movimento de reivindicações para os presos políticos (CALDEIRA, 2000). Com o fim da ditadura, a abertura política possibilitou que esses mesmos movimentos de defesa dos direitos humanos se voltassem contra as torturas e as condições degradantes dos presos comuns. Entretanto, enquanto os presos políticos eram provenientes em sua maioria de uma classe média branca e escolarizada, os presos comuns eram compostos principalmente por pretos e pobres com o mínimo de instrução (CALDEIRA, 2000). Entender os processos de naturalização da violência ao preso comum e a construção de um forte discurso contra os direitos humanos apresenta-se como uma linha significativa para problematizar a intensidade dos afetos que se voltam contra o uso dos espaços feito pelos pichadores. Caldeira (2000) explica como uma série de

elementos heterogêneos passaram a denegrir de tal modo os movimentos de direitos humanos a ponto de hoje estes serem associados a um simples “privilegio de bandidos”.

Essa descontinuidade do discurso não aconteceu de forma brusca, já que foram necessárias algumas condições de possibilidade.

A primeira foi a negação de humanidade do preso comum. Caldeira (2000) chama a atenção sobre como, nas narrativas sobre o crime, nunca são associadas as infrações menores; ao contrário, qualquer ato infracional, mesmo a pichação, é quase sempre equiparado a violências mais bárbaras, como estupro e homicídio. A razão, segundo a autora, é associar os criminosos àqueles que violam a natureza humana. A emergência da figura do monstro, algo também analisado por Foucault (1974-1975/2001), ajuda a entender a intensidade de punições severas

como “carnear” ou “retirar o couro”, pois já não se trata de humanos, mas de um tipo de espécie inferior.

O segundo elemento contra o discurso dos direitos humanos foi a associação do aumento da violência com os processos de democratização pós-ditadura. A autora argumenta que o aumento da violência é um processo extremamente complexo: focalizar somente em variáveis socioeconômicas e na crescente urbanização não dá conta; citar apenas os gastos em segurança pública e o desempenho da polícia igualmente falha; o costume com os suplícios dos escravos e as tradicionais arbitrariedades das forças policiais provenientes do Brasil Império são importantes, porém, isoladas, nada explicam; a profunda desigualdade e a injustiça social certamente estão envolvidas, mas sozinhas não conseguiriam elucidar o aumento exponencial da violência na

década de 80 em São Paulo. Combinadas a esses fatores, seria preciso somar a descrença no sistema judiciário; as concepções de qual tipo de corpo é passível de punição, no caso, o corpo pobre e preto; a ampliação dos direitos individuais e a privatização da vingança; assim como as reações contra o regime democrático que emergia (CALDEIRA, 2000). É exatamente este último ponto que ajudou a colar o discurso dos direitos humanos como privilégio de bandidos.

Segundo Caldeira (2000), o aumento drástico da violência em São Paulo na década de 80 coincidiu com a gestão de Franco Montoro, que foi de 1983 a 1987. Montoro, primeiro governador de São Paulo eleito após a ditadura civil-militar, teve como principais estratégias garantir os direitos humanos reformando a polícia, de maneira a torná-la menos violenta, e reconhecer o preso comum como um cidadão.

A radicalidade dessas reformas foi desde a criação de comissões de representantes nos presídios até um debate televisionado entre presos e o secretário de Justiça de Montoro, que havia sido um conhecido defensor dos direitos dos presos políticos (IDEM, 2000). Tais reformas foram duramente criticadas pela polícia acostumada com a violência, pela imprensa radiofônica especializada em notícias policiais, assim como por boa parte da população. Os dois governos que se seguiram após a gestão de Montoro souberam habilmente fazer uso do medo do crime para desqualificar o discurso dos direitos humanos. Não apenas garantiram o retorno de uma polícia ainda mais dura e violenta, como contribuíram com uma grande simpatia por torturas e pela negação de quaisquer direitos aos presos comuns (IDEM, 2000). Basta lembrar que o Massacre do Carandiru, em que

111 presos foram assassinados, foi o ápice desse processo. Não é por acaso que, em muitos comentários sobre crimes menores, como a pichação, facilmente se encontram propostas como trabalhos forçados, tortura e pena de morte. Essas racionalidades violentas passaram a compor de tal forma a governamentalidade que qualquer defesa dos direitos humanos se constitui em uma grave ofensa.

O terceiro elemento que Caldeira (2000) apresenta é a ideia de que garantir condições decentes a detentos é apenas gastar dinheiro público e, mais do que isso, é garantir privilégio para os bandidos. A argumentação parte do pressuposto de que a justiça funciona apenas para poucos, ou seja, funciona apenas para os ricos. Se a maioria da população que trabalha e paga seus impostos não tem seus direitos respeitados, por que os presos comuns

deveriam ter? Vê-se como um forte discurso fascista sustenta um grande desejo: é preciso punir mais e melhor.

A autora, então, questiona: se, por um lado, houve um grande avanço nos processos de democratização e a ampliação dos direitos, como foi possível, por outro lado, que o Estado e as forças policiais se tornassem ainda mais letais? O questionamento é pertinente: a valorização da tortura por policiais, os tribunais de rua e o desejo pela oficialização da pena de morte são enunciados muito frequentes nos comentários de notícias que relatam que os pichadores foram pegos.

Contudo, talvez seja necessário ir além da própria ideia de “Estado de Direito” para cartografar algumas linhas que sustentam tamanho ódio pelos direitos humanos. Se entendermos que o Estado de Direito nunca passou de um permanente Estado de

Exceção, como afirmam Foucault (1975-1976/1999) e Agamben (1995/2002), a relação entre direitos humanos e violência adquire outros sentidos. Para Agamben (2002), os direitos humanos só tiveram condição de emergir após a entrada da ideia de corpo na política, ou seja, ao mesmo tempo que as liberdades individuais ganhavam forma, inaugurava-se também a possibilidade de corpos matáveis. O filósofo italiano destaca que vida e morte não são conceitos científicos, mas noções políticas:

“A grande metáfora do Leviatã, cujo corpo é formado por todos os corpos dos indivíduos, deve ser lida sob essa luz. São os corpos absolutamente matáveis dos súditos que formam o novo corpo político do Ocidente” (AGAMBEN, 2002, p. 131).

Isso ajuda a entender por que a biopolítica está sempre oscilando em uma tanatopolítica. É nesse sentido que as matanças ocorridas no regime nazista e no totalitarismo soviético não foram acidentes de percurso, nem

consequência de ditadores homicidas. Do mesmo modo que as mortes e torturas praticadas cotidianamente nas favelas e prisões, a vontade de torturar e matar pichadores ou qualquer outro praticante de atos infracionais segue apenas os efeitos lógicos da política que se pratica no Ocidente (AGAMBEN, 2002).

Já em Foucault (1999), a questão não é tanto pensar o Estado na sua tradicional figura do Leviatã, mas principalmente a governamentalidade e seus mecanismos sutis de poder. A medicalização da população, a racionalização de mecanismos de assistência e a preocupação com a espécie e seu meio, isto é, o tema das cidades, seriam alguns dos principais elementos do governo da vida, a biopolítica. Se a cidade tornou-se um objeto privilegiado nesse processo, é porque a governamentalidade precisou interessar-se pela população e o

que ela produz em termos políticos e econômicos. O sistema prisional aparece, assim, como uma potente máquina política que serve não só para aprisionar, mas, sobretudo, para fundar uma nova subjetividade, uma população dócil e obediente (FOUCAULT, 1977).

A vida urbana pode ser então aproximada do poema ‘O canto dos presos’, de Augusto dos Anjos (1998, p. 253):

“É a prosódia do cárcere, é a partênea /
Aterradoramente heterogênea / Dos
grandes transviamentos subjetivos...”

Certos anarquistas apontam há algum tempo que, qualquer que seja o modelo de Estado, haverá sempre a garantia da opressão de poucos sobre muitos. A ideia de direitos universais pode ser problematizada como uma forma de tolerância imposta para garantir relações assimétricas (PASSETTI, 2004). Não é de se estranhar que vários abolicionistas penais encontrem

nas discussões de Foucault sobre a governamentalidade uma potente ferramenta de desconstrução da racionalidade punitiva, pois entenderam que as relações de poder são bem mais sutis que simples antagonismos. A governamentalização das condutas precisa ser entendida mediante os complexos

movimentos agonísticos que a constitui. A afirmação de si feita pelo pichador foi um disparador naquela matéria. Acompanhar alguns comentários sobre essa afirmação pode ser uma linha interessante para problematizar as agonísticas envolvidas no uso dos espaços e no uso dos afetos.



(BANKSY, 2010 apud
PINTEREST, 2017)

Movimentos agonísticos nos espaços físicos e virtuais

Partindo do pressuposto de que nenhum enunciado é pronunciado por livre vontade, o que seria uma ilusão da consciência (SPINOZA, 1677/2014), e que todo enunciado só é possível graças a certas conexões políticas que o agenciam (DELEUZE; GUATTARI, 1980/1995), torna-se ainda mais necessário investigar os desejos que o atravessam, assim como os mecanismos que possibilitam a emergência de certos enunciados, e não de outros. Se enunciados são emitidos com tamanha intensidade afetiva, isso só corrobora a ideia de que eles carregam indícios relevantes das atuais formas de governamentalização das condutas e, portanto, dos focos de experiência que se constituem na articulação entre regimes de

verdade, normatividades de condutas e subjetividades possíveis.

É possível seguir essa linha apontando algumas semelhanças entre o uso dos espaços físicos e o dos espaços virtuais. De maneira semelhante à dos espaços físicos da cidade, nos espaços virtuais destinados aos comentários, também se apresentam inúmeros jogos de força.

Abaixo, duas críticas ao já referido comentário:

“Querido [M.], nem animais devemos fazer umas coisas dessas. Vc dá valor a um muro do que a uma vida ? Os garotos fazem isso porque gostam. Agora eles podiam ir na sua casa e pixar sua casa inteira! Pessoas como vc que merecem coisas ruins como essas que vc disse. Poderia ir um bonde inteiro pixar sua casa. Pixar sua cara. Nós pichadores somos mais dignos que vc, pois muitos trabalham, uns são formados

em faculdades e estão por aí exercendo suas profissões, enquanto vc fica aí igual um babaca, um imbecil criticando, oqvc disse é coisa de pessoa com tendências a psicopatia.

Vá fazer um tratamento e procure saber mais sobre pichação e verá o que realmente importa para nós. Beijos
De uma Pixadora”

(I. *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

“eles certamente foram soltos, agora você se chegar a ir preso certamente permanecerá, suas palavras são de uma pessoa totalmente transtornada. vai uma dica: procura um psiquiatra você precisa. Que Deus guarde esses jovens.”

(E. *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

Apesar de essas duas críticas se apresentarem diametralmente opostas ao primeiro comentário, na perspectiva da governamentalidade, as lutas que são travadas não têm como causa o encontro de forças antagonistas: “o” fascista contra “o” não-fascista, ou “o” pichador contra “o” não-pichador. Antes, o que a

governamentalidade evidencia são combates mais complexos que se desenvolvem principalmente como relações agonísticas. Enquanto o antagonismo implica sempre dois termos contrários, para Foucault (1975-1996/1999), a governamentalidade é muito mais sutil, pois mesmo nas lutas menores há exercícios momentâneos do poder, multiplicidades de lutas em movimento.

Ao invés de tomar a cidade apenas como um palco para essas lutas, melhor será pensá-la como efeito dos usos dos espaços e dos afetos:

“No curso inquieto da terráquea luta /
Quanto desejos férvidos de amor /
Não dormem, recalçados, sob o horror
/ Dessas agregações de pedra bruta?!”
(ANJOS, 1998, p. 262).

Às vezes, as relações agonísticas ficam registradas quando, por exemplo, os comentários engendram jogos de luta entre os próprios leitores:

“kkkkkkkkk esses policiais de Campo Grande são comédia mesmo...pegam dois babaquinhas pra Cristo dizendo que foi atrás dele que eles correram, os pobres coitados de taoindiotia que são estavam sentados e sentados ficou quando a viatura encostou.estava na minha janela só observando fácil prender assim. Tem que ver com a família se esses meninos estão estudando isto sim que os governantes tem que se preocupar,e se não estão,a pena deveria ser estudar frequentar aula todos os dias,ai sim daria valor nessa pena,pensar no amanhã no futuro da sociedade..”

(M. H. *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

“[M. H.], pelo seu português, você que deveria estar estudando. Escrever “iNdiotia”, dentre outras barbaridades. Errar na língua portuguesa, todo mundo pode errar, porém, em sequência é demais. Sorte sua não haver crime de assassinato da língua portuguesa. Acho que para você chegar a burro, tem que estudar mais uns 4 anos. Vai ser burro assim...”

(M. A. M. da S *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

“Realmente não tenho muito estudo,já tenho 58 anos com muito orgulho e tenho muita compaixão destes garotos..mas burro não sou mesmo,você sim por ofender as pessoas..”

[M. H. *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

Perceba que o primeiro comentário não exime os pichadores, pois “a pena deveria estudar frequentar aula todos os dias”. Outro leitor incomoda-se e ofende o anterior, pois entende que alguém que propõe uma pena educativa deveria ao menos escrever corretamente. Mas seriam mesmo os erros de escrita uma questão importante nessa discussão? Vejamos como outro leitor se posiciona sobre isso:

“abestado,.piadavc dizer que temo que ter compaixão desses marginal”

(T. *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

Este último leitor é simplesmente ignorado na discussão, apesar de também escrever com inúmeros erros de ortografia. A ordem do discurso parece estar pouco interessada na gramática da língua portuguesa, pois o que lhe interessa é a gramática do poder.

E o afeto que parece mobilizar essas relações de força é o afeto da compaixão pelos jovens, em detrimento dos policiais que efetuaram a captura:

“Parabéns. Já melhorou seu português. Outra, o senhor tem compaixão dos “dois babaquinhos”, porém, pela polícia, acho que nada. Sendo que uma hora você vai precisar dos “comédias”. E tem que ter um corretivo nesses garotos sim, antes agora, do que esperar virarem bandidos, e o corretivo de bandido na rua é cemitério ou cadeia.”

(M. A. M. da S. *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

Conforme Caldeira (2000), é muito comum que o respeito pelos direitos do preso se apresente como uma ideia absurda que promove o crime. Menosprezar a ação da polícia equivaleria a escarnecer de toda uma ordem discursiva em que “corretivo de bandido na rua é cemitério ou cadeia.”

A fala de escárnio, segundo Spinoza (2014), indica “uma alegria que surge por imaginarmos que há algo que

desprezamos na coisa que odiamos.” (p. 143). Se cada um se esforça o quanto pode para que todos amem aquilo que se ama e para que todos odeiem aquilo que se odeia (SPINOZA, 2014), escarnecer das forças policiais apresenta-se como algo intolerável. Como as relações agonísticas são atravessadas por uma multiplicidade de forças, eis que dois leitores aparecem em defesa do primeiro que foi ofendido:

“Com toda a educação mas você é patético e muito infeliz com suas palavras, seus pais não lhe deu educação, não se ofende as pessoas assim. Que revolta e esta, você sim pobre coitado revoltado. Peca a Deus pra por um pouco de amor nesse coração, pois é perceptível que você não ama ninguém ou não é armado. Mais amor menos violência amigos assim faremos um mundo melhor.”

(M. *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

“Ele pode ser inculto ou de pouco estudo. Mas nada tem a ver com burro. Burro é quem é desprovido de inteligência mediana. O que ele precisa é ler mais. Ou na escola, ou nos livros, jornais, etc.”

(U. *sic* [comentário da matéria de FLORENTINO, 2015]).

Que o leitor não veja essa série de comentários como meros exemplos de relações agonísticas. Melhor será entendê-los como pistas sobre os modos de conduzir-se, registros atravessados por afetos que parecem indicar que, assim como não é de qualquer jeito que se devem usar os espaços físicos, também não é de qualquer forma que se devem tecer comentários em espaços virtuais.

Segundo Banksy (2012, p. 29): “é preciso muita coragem para que numa democracia ocidental alguém se levante anonimamente para defender aquilo em que já ninguém acredita: paz, justiça, liberdade”. Em vez dessa coragem da verdade mencionada por Banksy, o que mais se vê nos comentários são sujeitos defendendo penas de morte e torturas. No entanto, há ainda alguns que se levantam contra os

fascismos e pedem por aquilo que ninguém mais parece acreditar: “mais amor menos violência assim faremos um mundo melhor”.

Quando a governamentalidade em curso na vida urbana engendra subjetividades violentas, é preciso certa dose de coragem para clamar por noções como “justiça, paz e liberdade”. Com o declínio da vida pública (SENNETT, 1974/2014), parece que o cuidado de si e do outro, noções caras para a antiga ética grega, perderam muito de sua força na vida urbana atual. Os filósofos cínicos, também conhecidos como filósofos-cães, eram intoleráveis porque as verdades que diziam falavam muito sobre a vida na *polis* grega. Seria o cinismo presente em práticas marginais como na pichação outro modo de cuidar da cidade? Não tenho ainda uma resposta para isso. O fato é que, na governamentalidade em curso,

toda uma ordem discursiva, muitas vezes de forma violenta, continuamente indica quais devem ser os usos dos espaços e os usos dos afetos na cidade. Nessa ordem discursiva que parece imperar na cidade, além de uma ortografia evocada para ordenar a escrita, é necessário atentar também para aquilo que Foucault (1977) chamou de ortopedia moral, que ele analisou nas práticas disciplinares. A ortopedia moral seria formada por uma multiplicidade de mecanismos locais e globais em que cada um é incitado a indicar os modos corretos de conduzir-se (FOUCAULT, 1977). Entre repreensões gramaticais e punições corretivas, percebe-se que a multiplicidade de forças agonísticas acionadas teve como disparadores os afetos produzidos pelo pichador. Como se viu nessa série de comentários, e assim como acontece em vários *sites* jornalísticos, erros de português

são muito comuns e quase sempre bastante tolerados. O que se apresenta como intolerável são propostas que não sejam punições severas e exemplares. Qualquer um que levantar o mínimo de “compaixão” aos que são tidos como inimigos da sociedade é também um suspeito e recebe sua dose corretiva. Os incômodos que práticas como a pichação levantam parecem dizer muito sobre a cidade e atual produção de subjetividades. Se a pichação e o pixo apresentam-se como intoleráveis quando fazem algo que não condiz com o que está prescrito para os usos dos espaços e os usos dos afetos na cidade, ainda mais inconcebível será quando um desses jovens afirmar que “faz isso porque gosta”. Verdades inconvenientes como essa já foram ditas pelos filósofos cínicos e estavam diretamente associadas à vida na *polis*.

Longe de querer comparar ou apresentar a pichação como uma

modalidade filosófica, essas aproximações servem muito mais para pensar os modos de subjetividades que estão sendo

engendradas quando a governamentalidade tem por objeto a cidade.



(BANKSY, 2012, p. 78)

“Cadela pichada com 'Vida Loka' é resgatada em rua de Campo Grande” (G1, 2015)

“Uma cadela da raça Pit Bull foi encontrada pichada com dizeres “vida loka” pelo corpo. Angel, como foi batizada, foi achada em uma noite chuvosa por Alyne Galeno, de 25 anos, em Campo Grande. De acordo com a mulher, vários banhos foram dados, mas até agora, a tinta não saiu do corpo do animal.

O filhote foi achado na terça-feira (7) às 23h (de MS). “Eu estava voltando do centro da cidade, e a menina que estava comigo disse que tinha uma cachorra com um nome escrito na barriga. Fui até ela ver o que era e vi escrito 'vida' na barriga mas aí viramos ela e encontramos 'loka' do outro lado”, afirmou Alyne ao G1. “Lembro que estava chovendo na hora que a gente a viu [cadela], sorte que tinha uma focinheira e uma toalha no meu carro, encurralamos ela e a pegamos. Teve uma hora que a focinheira caiu e ela não fez nada. Ela é muito dócil, só não gosta de outros cachorros, deve ter medo”, ressaltou Alyne. Alyne informou que assim que encontrou Angel a levou para o pet shop de banho e tosa que é uma das proprietárias. Uma veterinária a examinou e desconfia que o animal esteja com leishmaniose.

“Temos um banho e tosa no Aero Rancho e uma veterinária que temos fez exames nela, a suspeita é que a Angel esteja com leishmaniose e, pela barriga dela, suspeitamos também que ela esteja prenha”, contou. Simona Zaim é ativista e relatou que no momento em que soube sobre a situação da cadela foi visitá-la. “Ela está bem judiada, alguém fez aquilo de judiaria, aquilo e maus-tratos. Ela tem uma ferida e está magra, é de raça pura e bem bonita. Além de ser dócil. Ela só tem medo, deve ter apanhado muito”, disse Simona. Alyne ainda disse que vai registrar um boletim de ocorrência. “Como apareceu quatro donos que garantem que são donos dela e não sei quem realmente é dono, vou registrar um boletim de ocorrência. Também quero colocar ela para adoção, tenho 14 animais e infelizmente não posso ficar com ela”, revelou a mulher.”

Confesso que inicialmente não me senti nem um pouco à vontade para incluir essa notícia entre os materiais de análise. Apesar do título, não via qualquer conexão com a prática da pichação. As discussões sobre a vida urbana e a governamentalidade também pareciam distantes. A notícia não parecia trazer qualquer traço importante para discutir o uso dos espaços e o uso dos afetos. Somado a certo apelo sensacionalista, tudo contribuía para não dar crédito a essa matéria.

Todavia, ao rever algumas das diversas notícias potenciais para este trabalho, comecei a perceber algumas interessantes conexões dessa matéria com as discussões que estavam sendo realizadas. Começamos pelo título: por que a preferência pelo verbo “pichada”? Se a escolha do título fosse “cadela escrita com 'Vida Loka' é resgatada em rua de Campo Grande”, seria a mesma

coisa? Sobretudo, isso é pixo ou pichação? Alguns comentários ajudam a entender essas conexões:

“Isso foi um ato dos vândalos chamados pichadores. Eles deveriam lambar até sair a tinta e, se não conseguirem, serem amputadas as suas mãos”

(R. *sic* [comentário da matéria de G1, 2015]).

Deveriam ter pichado o próprio
Ânnnus...!

(C. F. *sic* [comentário da matéria de G1, 2015]).

A palavra “pixar” com *x* foi inventada pelos praticantes do pixo justamente para diferenciá-lo de qualquer outra prática de pichação (PEREIRA, 2005). Enquanto “pichação” aparece como a invenção de *tags* e demarcação incessante de territórios da cidade, o termo “pichação” com *ch* pode indicar qualquer ação com o intuito de degradar os espaços (PEREIRA, 2005). Assim, o ato de pichar vai desde rabiscos em portas de

banheiros e mensagens em mesas até frases escritas no dorso de cães. Como a proposta desta pesquisa não é focada no pixo em si, essa notícia também pode ser bastante proveitosa para discutir o uso dos espaços e o uso dos afetos.

É claro que as diferenças conceituais entre o pixo e a pichação, longe de eximir seus praticantes, incitam fascismos diversos:

“E ainda tem gente que consegue rir com isso? Esses pixadores lixos que só enfeiam as nossas cidades, adoro ver os vídeos quando a polícia os pegam no flagra e pixam a cara deles!”

(M. J. *sic* [comentário da matéria de G1, 2015]).

“Meu Deus, tinham que reunir todas as pessoas desse tipo e jogar uma bomba!”

(A. C. *sic* [comentário da matéria de G1, 2015]).

Um detalhe significativo nos comentários desse *site* jornalístico são os mecanismos de avaliação. Abaixo de cada comentário,

existem dois ícones para avaliar a publicação: uma mão fazendo joia para cima serve para indicar quem curtiu e concorda com o leitor; outra mão, com o sinal de joia para baixo, indica quem não curtiu e, portanto, não apoia o que foi comentado. No segundo comentário logo acima, foram 38 a favor e zero contra. Tais mecanismos avaliativos expressam muito bem os usos secundários mencionados por Certeau (1998).

A multiplicidade de afetos que atravessam os leitores, assim como os efeitos disso na produção de subjetividades, não deve ser menosprezada. Além disso, a existência de mais apoiadores dos discursos fascistas do que indivíduos contrários a eles fornece um importante indício da racionalidade violenta que atravessa a cidade governamentalizada.

O modo como a matéria foi narrada também pode oferecer

alguns indícios sobre a produção de subjetividades na cidade. A narrativa apresenta certo tipo de drama urbano: dia chuvoso, animal maltratado, cadela doente e prenhe, profissional liberal, ativista, boletim de ocorrência...

governamentalidade, pode ser interessante investigar em matérias como essa as relações entre a subjetividade e o uso dos afetos, porém, definitivamente, o que possibilitou a inclusão dessa matéria nesta pesquisa foi o



(G1, 2015)

A matéria encerra com uma espécie de final feliz: o animal recebe o nome Angel, e eis que quatro sujeitos aparecem dizendo que são seus donos.

Como essas codificações dos espaços e dos corpos criam efeitos na realidade, deixando rastros da

número de comentários (103 ao todo), assim como a multiplicidade de questões levantadas. Eis algumas:

“Tanta palhaçada por um cachorro e as vezes um gato, dando mais ibope, do que pessoas morrendo nos corredores de hospitais, e ninguém

vai lá nas assembleias nas prefeituras, reclamar por isto, agora tiram policiais das delegacias pra apurar maus tratos de um animal, só em cabeça de gente desocupadas mesmo, em quanto veem alguém brigando na rua ao invés de chamar a polícia, pega o celular pra filmar e rever o ‘tal do babado’ que ocorreu!!! São uma cambada de frescos mesmos!”

(R. S. *sic* [comentário da matéria de G1, 2015]).

“É a versão pobre do chip de identificação”

(G. G. [comentário da matéria de G1, 2015]).

“Poder ser um ótimo negócio na minha visão empreendedora!!! Estou pensando em abrir um estúdio apenas para tatuagens em cachorros!!! Studio Dogs Tatoo”

(L. P. [comentário da matéria de G1, 2015]).

“Nada de mais. Apenas uma pichacao, quanta indignacao com uma coisa tao boba...credo !”

(L. F. *sic* [comentário da matéria de G1, 2015]).

Não fosse a limpeza feita pela veterinária, a tinta poderia sair com o tempo. Se ninguém noticiasse o caso, nem sequer

saberíamos do acontecido. Entretanto, bastou um breve contato com o poder para que um evento infame entrasse para os circuitos da governamentalidade. Apenas uma rápida luminosidade possibilitou: veicular os efeitos nocivos da pichação; incitar castigos e modos de punição; indicar as prioridades do trabalho policial; sugerir novas formas de controle dos corpos; imaginar empreendimentos lucrativos. Resumindo: o mais breve contato da governamentalidade com eventos infames já é o suficiente para indicar quais devem ser os usos dos espaços da cidade. De fato, como se afirma no último comentário, a notícia em si não parece ter “nada de mais”. Contudo, não foi o que pensou a maioria dos leitores, ou seja, quando o jornal retira um evento de sua infâmia, ele se torna um vetor de subjetivação, na medida em que provoca afetos e modos de uso desses afetos.

O que, então, pode haver de tão intenso em uma matéria como essa? Partindo desse questionamento, inicio esta discussão pensando na relação entre as marcas e sujeições dos

corpos. Sigo problematizando o que há de tão incomodativo no enunciado “vida loka” e encerro pensando de que modo o *rap* e as pichações aparecem nesse processo.

Marcas e sujeições dos corpos

Apesar de a matéria ter chocado muitos leitores, a inscrição de frases em animais vivos não tem nada de novo. Segundo Da Silva (2010), em 2003, Banksy realizou uma exposição no distrito londrino de Dalston com o título *Turf War*. O termo inglês, que pode ser traduzido como “disputa de território” ou “briga de gangues”, indica qualquer tipo de confronto entre setores de uma mesma empresa, entre um mesmo

governo ou em uma mesma sociedade (DA SILVA, 2010).



(BANKSY, 2006 apud DA SILVA, 2010)¹⁹

Nessa exposição, assim como em muitos trabalhos de Banksy, é comum encontrar estêncil sobre

¹⁹ “Para anunciar aqui ligue 0800 Banksy”.

vacas, porcos, cabras e até elefantes (BANKSY; D'CRUZ, 2010; BANKSY, 2012).

É claro que na matéria acima estamos muito longe das performances realizadas por Banksy: a tinta não é atóxica, nem se trata de qualquer tipo de exposição artística, mas os corpos

faz é que a repercussão dessa matéria não é apenas devido a um mero sensacionalismo. Acredita-se que os diversos afetos que mobilizaram os leitores a tecerem os inúmeros comentários fazem parte de uma ordem discursiva que está diretamente conectada com a cidade e o modo como a



(BANKSY, 2012, p. 154-155)

marcados dos animais parecem dizer muito sobre o corpo dos cidadãos. A aposta que aqui se

habitamos. Como dirá Baptista (2010, p. 24): “pode um corpo encarnado dizer e desdizer a

²⁰ “Fodam-se os porcos (gíria para policiais)”.

agonia de uma cidade?”

Para avançar nessas questões, será preciso ir além da estilização dos corpos de animais realizada por Banksy, para pensar mais sobre a domesticação dos corpos humanos. Sabe-se o quanto o tema do corpo é constante nos trabalhos de Foucault (1977, 1999, 2008a); no entanto, nenhuma discussão expõe tão bem essa concepção quanto *Na Colônia Penal*, de Franz Kafka (1919/2011). Assumo o risco de fazer uma aproximação forçada entre o trabalho de Kafka e a inscrição “vida loka” da matéria, mas pode ser um exercício interessante para pensar o uso dos espaços, o uso dos afetos e a governamentalidade.

Ainda durante o mestrado, tive conhecimento de que Kafka tinha sido uma grande influência para a perspectiva corporal de Foucault. *Na colônia penal* é uma história relativamente simples: trata-se de um sujeito que é levado a uma

colônia penitenciária para acompanhar a execução de um condenado em uma nova máquina de punir. O processo consiste em amarrar o sujeito à máquina de tal modo que, com complexos mecanismos, que incluem desde rastelos a agulhas, se inscreve em seu corpo a frase de sua condenação.

Como a execução tinha como causa a insubordinação, as agulhas perfurariam o corpo do condenado com o texto “honra o teu superior!” (p. 36). Como dito antes, a inscrição no corpo do condenado de Kafka e a inscrição no corpo da cadela da matéria talvez se encontrem muito distantes, mas eis que um trecho dessa obra pode ajudar na discussão que se pretende:

“Aliás o condenado parecia de uma sujeição tão canina que a impressão que dava era a de que se poderia deixá-lo vagar livremente pelas encostas, sendo preciso apenas que se assobiasse no começo da execução para que ele viesse”. (KAFKA, 1919/2011, p. 30).

Não é por acaso que a docilidade

do corpo do soldado condenado pode ser aproximada da docilidade do cão. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1977) problematiza a maneira como nossa sociedade vem efetivando uma complexa maquinaria punitiva e como se tornou a própria colônia penal anunciada por Kafka como estratégia do dispositivo de segurança da própria governamentalidade. Isso fica mais destacado na passagem onde ele apresenta a domesticação do corpo dos soldados como modelo para a disciplina escolar (FOUCAULT, 1977). A obediência canina do condenado em apresentar seu corpo assim que chamado, apesar de sua anterior insubordinação, parece falar diretamente de nosso próprio corpo e de nossa relação com a cidade.

“Cidade, corpo composto por vários corpos: qual é, afinal, sua potência?” Ao questionamento de Mizoguchi (2007, p. 15),

acrescenta-se ainda outra problemática: como, na relação entre governamentalidade e cidade, o corpo vai permanentemente tornar-se uma superfície de contato com o poder? Uma possibilidade seria pensar que essa superfície privilegiada que é o corpo se faz ontologicamente pelo uso dos espaços e dos afetos na cidade. No entanto, em vez de partir de perspectivas dualistas, em que uma exterioridade se articula a uma interioridade, mais produtivo será pensar a subjetividade como efeito de uma multiplicidade de processos (FERREIRA NETO, 2004).

Os processos de subjetivação em curso na vida urbana ocorrem a partir de governamentalidades dispersas, tanto do governo de si quanto do governo do outro, indicando quais devem ser os modos de circulação, ao mesmo tempo que estes vão encarnando pouco a pouco um corpo e uma

cidade. Não se sabe como a inscrição “vida loka” foi feita na cadela da matéria, se o animal resistiu ou se foi dócil. Aqui isso é o que menos interessa. Importa muito mais pensar o quanto as máquinas punitivas anunciadas por Kafka (2011) e problematizadas por Foucault (1977) inscrevem cotidianamente as relações de governamentalidade nos corpos que habitam a cidade. Basta retomar um trecho bastante conhecido da obra de Foucault (1977, p. 30):

“Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos e vigiados (os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados...). Sobre essa realidade-referência, vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc.; [...] Alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo.”

Nietzsche (1882/2005, p. 107), uma conhecida referência para

Foucault, já havia dito algo semelhante no aforismo 116 da *Gaia Ciência*: “a moralidade é o instinto de rebanho no indivíduo.” Em ambos os autores, a avaliação e a classificação dos instintos/alma são modos de domesticação dos corpos. E, enquanto os corpos da população são o alvo dos complexos modos de domesticação, as almas, e todas as formas de saber correlacionadas, são o instrumento privilegiado para o exercício da governamentalidade (FOUCAULT, 1979). Como “enxergar” e “ver”, então, algo tão invisível e abstrato como a ideia de alma? A “sujeição canina” mencionada por Kafka (2011) é uma excelente pista dos seus efeitos concretos. Os processos de subjetivação na governamentalização dos corpos são da ordem da multiplicidade. Para que sejam efetivos, há uma contínua e incessante produção de “sujeições caninas”, ou seja, a

inscrição da docilidade nos corpos encontra-se dispersa em inúmeras instituições e práticas, na família, nas escolas, no trabalho, na produção midiática... A cartografia de algumas notícias sobre práticas de pichação é um modo de colocar em análise alguns desses processos de subjetivação.

“OS BOIS SÃO MARCADOS COM FERRO QUENTE E NINGUEM VAI LÁ PARA DEFENDE-LOS !!!”

(R. S. [comentário da matéria de G1, 2015]).

Nós, animais humanos, também não estaríamos igualmente marcados? Segundo Serres (2011), as etiquetas nas roupas, o logotipo dos automóveis, assim como a assinatura do próprio nome já são marcas, modos de apropriação. O autor chega a afirmar que vê com bons olhos as tatuagens e *body piercing*: tentativas de apropriar-se do próprio corpo, já com tantas marcas exteriores.

Serres (2011) diferencia a poluição dura, com seus resíduos sólidos, líquidos e gasosos, da poluição suave, com suas imagens e signos: “muito diferentes, pelo menos na ordem energética, lixos e marcas resultam, entretanto, do mesmo gesto conspurcador, da mesma intenção de apropriação e que tem uma origem animal” (2011, p. 59). Se entendermos que as imagens e signos e, com isso, as identidades, as etiquetas e as mais diversas formas de marcas são modos de apropriação dos corpos, tornar-se-á mais fácil compreender a afirmação de Foucault (1977) sobre a alma como prisão do corpo. Corpo marcado = corpo governado. É possível ver que, tanto em Serres quanto em Foucault e, antes ainda, em Nietzsche, os processos de subjetivação aparecem como um importante elemento da governamentalidade (FOUCAULT, 1979). Uma conhecida canção pode contribuir

para pensarmos sobre essas inscrições sutis:

“Ôôô, boi / Vocês que fazem parte dessa massa / Que passa nos projetos do futuro / É duro tanto ter que caminhar / E dar muito mais que receber / E ter que demonstrar sua coragem / À margem do que possa parecer / E ver que toda essa engrenagem / Já sente a ferrugem lhe comer / Ê, ô, ô, vida de gado / Povo marcado, ê! / Povo Feliz! / Lá fora faz um tempo confortável / A vigilância cuida do normal / Os automóveis ouvem a notícia / Os homens a publicam no jornal / [...] O povo foge da ignorância / Apesar de viver tão perto dela / E sonham com melhores tempos idos / Contemplam essa vida numa cela” (RAMALHO, 1979).

Para governar o animal humano, não é preciso ferro quente, como nos bovinos, ou inscrições à base de tinta, como no cão da matéria. Segundo Foucault (1979), os modos de governo serão tanto mais eficientes quanto mais suaves e sutis. Com a canção acima, voltamos ao início deste texto sobre a sujeição canina:

apesar de marcado, é um povo feliz.

Isso ocorre porque uma das mais eficientes formas da governamentalidade é garantir a recompensa aos corpos obedientes e submissos (FOUCAULT, 1979). Diferentemente das sociedades disciplinares, onde o foco era conter as desobediências, nas sociedades de controle, interessa muito mais recompensar continuamente as obediências e formas de submissão.

No entanto, as marcas realizadas no animal humano não ocorrem de forma passiva, como podem fazer crer as aproximações com cães e bois. É preciso cartografar os efeitos dessas poluições suaves, as formas de apropriação de corpos e os modos de governo realizados na cidade.

Lixos e marcas: o governo dos vivos nos espaços mortos

É muito provável que o leitor e a leitora desta pesquisa já tenham se questionado alguma vez, assim como eu, sobre os motivos que levam alguém a pichar. À primeira vista, é realmente muito estranho que pessoas se coloquem em risco de prisão e até de morte unicamente para fazer algumas marcações ilegais pela cidade. Na matéria considerada, não deve ter sido diferente, pois imaginamos uma série de motivos que teriam levado alguém a marcar com tinta o corpo de um cachorro.

“Assim que descobrirem quem foi mandem pixar a bunda de quem fez, Bando de desocupados.”

(C. S. *sic* [comentário da matéria de G1, 2015]).

Entre os críticos do pixo e da pichação, o mais comum é atribuir isso a uma falta do que

fazer. Segundo Sennett (2014), à medida que os espaços públicos se tornam meros espaços de passagem, e não de uso, tem-se a produção de uma sociedade intimista: emergem forças psicológicas destrutivas, o outro é tornado um simples espelho, e os relacionamentos ganham a forma de confessional, em uma espécie de “troca mercantil de intimidades” (SENNETT, 1974/2014, p. 24). Os comentários tecidos nas redes sociais são um bom exemplo dessa proliferação de afetos íntimos.

Além disso, continua Sennett (2014), a produção do tédio será um dos efeitos da sociedade intimista. Porém, em vez de concordar com os críticos da pichação e do pixo e afirmar que se trata apenas de “coisa de quem

não tem o que fazer”, será mais produtivo pensar com esse autor que, afinal, o tédio é um efeito da produção do espaço morto. Se retomarmos a ideia de Serres (2011) sobre as poluições duras e suaves, poderemos encontrar alguns indícios da agonia desse espaço morto.

“Qualquer anúncio num espaço público que não permite que você escolha se quer vê-lo ou não é seu. Ele lhe pertence. Você pode se apropriar dele, rearrumá-lo e reutilizá-lo. Pedir permissão para isso é como perguntar se você pode ficar com a pedra que alguém jogou na sua cabeça.” (p. 196).

Em uma espécie de contrapoder, essas intervenções têm *outdoors* como alvo e os mais diversos



(BANKSY, 2012, p. 232)

O avizinhamento entre lixos e marcas, poluição dura e suave, respectivamente, encontra ressonância naquilo que Banksy (2012) chama de brandalismo:

anúncios publicitários. Com apenas algumas novas camadas de tinta, a poluição suave do anúncio de uma companhia aérea ganha um novo sentido: míssil.

A seu favor, Banksy argumenta: “crime contra a propriedade não é realmente um crime” (2012, p. 237).

Mesmo não sabendo o quanto Serres conhece de Banksy, é provável que o filósofo concorde com tal assertiva, pois, em vez da propriedade, o que existe é a posse temporal e locatária. Serres (2011) destaca que, no afã da apropriação, o mundo humano está caminhando para a sua ruína e sendo afogado em um dilúvio de publicidades; a poluição suave vem se tornando mais dura que a dita poluição dura. Entendendo a apropriação como uma ilusão, ele relembra a famosa frase do anarquista Pierre Proudhon: “a propriedade é um roubo!” (2011, p. 39).

Apesar do absurdo que possa parecer dizer que não existe crime contra propriedade, basta seguirmos os argumentos de Serres para isso ficar mais compreensível: se as delimitações

das fronteiras impostas por muros e paredes são, antes de tudo, modos de apropriação dos espaços, essas apropriações já são uma espécie de poluição, um modo de demarcação.

Os lixos e marcas produzidos por essas poluições duras e suaves não apenas se encontram antes da emergência do pichador, como são elas próprias a condição de possibilidade de existência deste. No final das contas, o grafite, o pixo, assim como as mais diversas pichações, são apenas outros usos das poluições já existentes nas cidades. Como diria Certeau (1994, p. 49-50), “a ordem reinante serve de suporte para produções inúmeras”.

Talvez seja necessário neste momento discutir melhor as diferenças entre as poluições duras e suaves:

“A poluição dura se apropria do mundo duro. Tão perigosa quanto ou até mais nociva, a poluição suave se apropria dos homens, com relações frequentemente sutis e tímida consciência. Essa suavidade, às vezes

invisível, cobre o espaço das coisas e o de nossas relações tão rapidamente quanto a dureza; e invade a ausência de espaço por onde perambulam nossas almas.” (SERRES, 2011, p. 80-81).

Ao invés de dicotômicas, as poluições duras e suaves precisam ser entendidas como constituintes de certo *continuum*: a camada exterior é a da poluição dura, que visa, sobretudo, a excluir e repelir. Em seguida, a camada intermediária, com seus poros, portas de entradas e saídas, visa às circulações e trocas de fluxos. A última camada é a da poluição suave, em que já não se pretende excluir, como na primeira, mas incluir e convidar à participação (SERRES, 2011). Não é difícil perceber que essa ideia de poluição suave pensada por Serres está muito próxima das sociedades de controle mencionadas por Deleuze (1992) e das sociedades de segurança pensadas por Foucault (2008a).

Pela perspectiva de Serres (2011), o que diferencia um cão de rua de um cão doméstico é o nome que lhe é dado, melhor ainda, o nome que lhe é marcado. Cabe lembrar que, após receber os devidos cuidados, a cadela ganha um novo nome: Angel. Para ser aceita e incluída, é preciso retirar toda a poluição feita com tinta para receber uma nova poluição suave, inscrita com um nome doméstico. Nos termos da cartografia, o animal sai de um devir-vida loka para entrar em um devir-anjo. Se existe essa necessidade de um novo nome, é porque o enunciado “vida loka” é atravessado por diversas linhas – linhas que podem ajudar a pensar a produção de subjetividades na cidade pelos usos dos espaços e dos afetos. É preciso, assim, cartografar algumas dessas linhas que compõem esse enunciado.

Vida loka: vira-lata sem fé no futuro

Cachorros abandonados perambulando são algo corriqueiro nas mais diversas cidades. Humanos abandonados também. É possível que a matéria em questão não tivesse tamanha repercussão se fosse outro o enunciado escrito no corpo do animal, que chega a receber um novo nome, Angel, bem mais apresentável socialmente que o infame “vida loka”. Percebe-se que parte da indignação de muitos leitores foi justamente devido ao conteúdo da mensagem ali registrada:

“Fui até ela ver o que era e vi escrito ‘vida’ na barriga mas aí viramos ela e encontramos ‘loka’ do outro lado”. (G1, 2015).

“Vida loka”, que pode aparecer

como “vida louca” ou “vida loka”, é uma gíria muito comum na juventude urbana:

“A pichação normalmente escrita com X por nós pixadores não é apenas uma grafia estilizada de palavras nos espaços públicos da cidade, trata-se de um desenvolvimento expressivo realizado em sua maior parte por jovens das periferias, e funciona como a voz dos sem voz, o grito mudo dos invisíveis, brado pintado, corre existencial, identidade. Na pichação não há um consenso, muito menos liderança única. Na real são vários bandos, uma vasta **vida louca** solta pela cidade.” (DJAN, 2013²¹, s/p grifo meu).

Não se trata de qualquer vida, mas de vidas formadas por outras linhas, outros devires. Ela se diferencia da vida habitual, nomeada pelos pixadores como “zé povinho” (PIXO, 2009). A prática do pixo é apenas um dos variados modos de expressão de

²¹ CRIPTA DJAN. Manifesto. **Cripta Djan**. 2013. Disponível em: <<http://www.criptadjan.com/>>. Acesso em: 21 Junho 2016.

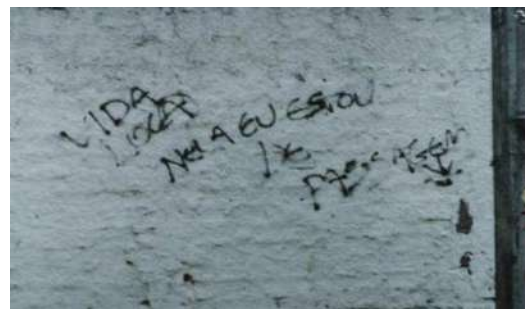
vidas que vibram em outras intensidades.

Pereira (2005) menciona que a loucura e os estados alterados de consciência são bastante frequentes em pichações e pixos. Ele cita alguns termos comuns encontrados nos pixos realizados em São Paulo: Chapados, Dopados, Lunáticos, Pirados, Psicopatas, Psicose, Vício, Malucos... O autor não chega a discutir a ideia de “vida loka”, mas apresenta a figura do maloqueiro, noção intermediária entre maloca e maluco.

Dentre as características dos maloqueiros, estão as pequenas transgressões, assim como as roupas sujas e maltrapilhas. Os skatistas, os pixadores e os adeptos do *hip hop* compõem a juventude maloqueira das periferias urbanas (PEREIRA, 2005).

Na dissertação de Angelina Duarte (2006) sobre a prática do grafite e da pichação, há uma

discussão sobre esse termo: “para eles, subverter a lei, transgredir normas e burlar a vigilância implicam numa ‘loucura’ que remete para sentidos de coragem, de desafio” (p. 107).



“Vida loca nela estou de passagem”.

(DUARTE, 2006)

A autora destaca que não se trata da loucura com o tradicional sentido negativo de “doença”, mas de uma concepção positiva: “vida louca” possui a ideia de resistência e de ousadia (DUARTE, 2006).

A imagem do cão abandonado à própria sorte articula-se muito bem com essa “vida louca solta pela cidade” (DJAN, 2013).

Talvez isso explique os diversos comentários irônicos e alusivos:

“MC DOG”

(L. P. *sic* [comentário da matéria de G1, 2015]).

“Dog drama entre o sucesso e a lama”

(R. H. *sic* [comentário da matéria de G1, 2015]).

“Thugz Life.”

(M. T. *sic* [comentário da matéria de G1, 2015]).

“Agora basta aceitar que ela eh a nova cadela VIDA LOKA e lutar contra o crime na madrugada. Lembre-se: Com uma grande Vida Loka vem grande resposta.”

(P. E. *sic* [comentário da matéria de G1, 2015]).

“Eu sou guerreiro do rap E sempre em alta voltagem Um por um, Deus por nós, tô aqui de passagem Vida loka Eu não tenho dom pra vitima justiça e liberdade, a causa é legítima Meu rap faz o cântico dos lokos e dos romântico”

(G. N. *sic* [comentário da matéria de G1, 2015]).

Vou por um sorriso de criança aonde for

(A. C. *sic* [comentário da matéria de G1, 2015]).

“Vida loka”, ou “*thug life*”, como

no comentário em inglês, está diretamente associada à ideia de uma “vida bandida”. Nos diversos comentários registrados nessa matéria, vários trouxeram o *rap* como referência. Mediante uma atenção à espreita, imaginei que os dois últimos (onde o segundo veio como uma resposta ao primeiro) seriam referência a alguma letra de *rap*. Dito e feito. Ao jogar esses dois comentários em um mecanismo de busca, encontrei a música “Vida Loka parte I” de autoria dos Racionais Mc’s. Sendo um dos mais conhecidos grupos de *rap*, os Racionais Mc’s têm duas canções com a mesma grafia: “Vida Loka (parte 1)” e “Vida Loka (parte 2)”. Abaixo, um trecho desta última:

“Tira o zóio, vê se me erra / Eu durmo pronto pra guerra / E eu não era assim, eu tenho ódio / E sei o que é mau pra mim / Fazer o que se é assim / ‘Vida loka cabulosa’ / O cheiro é de pólvora / E eu prefiro rosas.” (RACIONAIS MC’S, 2002, grifo meu).

Além da noção “vida loka”, é comum encontrá-la associada à ideia de bando. Não é por acaso que ela emerge no enunciado de um pixador: “na real são vários ‘bandos’, uma vasta ‘vida louca’ solta pela cidade.” (DJAN, 2013, s/p., grifo meu). A noção de bando pode muito bem ser aproximada da ideia de matilha, discutida por Deleuze e Guattari (1980/1995). Ao problematizarem algumas proposições freudianas, os autores apresentam a matilha para destacar seu comportamento errante e rizomático: “[...] os lobos são intensidades, velocidades, temperaturas, distâncias variáveis indecomponíveis” (p. 59). Se percebermos que não existe “o” lobo, mas bandos de lobos, fica mais fácil entender a valorização da amizade que existe entre os praticantes do pixo e da pichação (PIXO, 2009, LUZ, CÂMERA, PIXAÇÃO, ANO, PEREIRA, 2005). Como diria

Augusto dos Anjos em ‘Idealismo’:

“Falas de amor, e eu ouço tudo e calo! / O amor da Humanidade é uma mentira. / É. E é por isso que na minha lira / De amores fúteis poucas vezes falo [...] / Pois é mister que, para o amor sagrado, / O mundo fique imaterializado / [...] – Alavanca desviada do seu fulcro – / E haja só amizade verdadeira / Duma caveira para outra caveira, / Do meu sepulcro para o teu sepulcro?!” (1998, p. 123).

Se o bando emerge como uma forma de conexão entre corpos, tais conexões precisam ser pensadas a partir da ideia de afetos de Spinoza (2014). Portanto, o enunciado “bando de vida loka” deve ser entendido como uma afirmação que se torna possível no encontro entre os corpos, ou seja, o bando é feito de amizades, amizades verdadeiras, já dizia o poeta, pois só elas possibilitam outros modos de circular pelos espaços da cidade. Mas é claro que a ideia de bando nem sempre é pensada dessa forma positiva. É a ideia negativa de bando que é a mais comum

entre leitores, como no
comentário na mesma matéria:

“Assim que descobrirem quem foi
mandem pixar a bunda de quem
fez, Bando de desocupados.”

(C. S. *sic* [comentário da matéria de
G1, 2015]).

Em *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*, Agamben (2002) faz um amplo estudo da noção de bando e destaca como os termos “bando”, “banir”, “bandido” e “abandono” estão etimologicamente associados. Isso fica mais visível no capítulo intitulado “O bando e o lobo”. Agamben (2002) discute como a figura do lobisomem, antes de tornar-se uma famosa lenda de um monstro híbrido, era de fato uma realidade entre os antigos povos germânicos. Segundo o autor, todo bandido e, portanto, fora-da-lei, era definido como um homem-lobo, um sujeito que se encontrava em uma condição-limite em que poderia ser morto sem qualquer prejuízo a quem o

fizesse:

“A vida do bandido – como aquela do homem sacro – não é um pedaço de natureza ferina sem alguma relação com o direito e a cidade; é, em vez disso, um limiar de indiferença e de passagem entre o animal e o homem, a *phýsis* e o *nómos*, a exclusão e a inclusão: loup garou, lobisomem, ou seja, nem homem nem fera, que habita paradoxalmente ambos os mundos sem pertencer a nenhum” (p. 112, grifos do autor).

A menção ao homem sacro remete à figura do antigo direito romano, em que o sujeito, semelhante ao homem-lobo germânico, era matável e insacrificável aos deuses (AGAMBEN, 2002). É possível que a expressão “vida loka” impressa no cão abandonado atualize, de certa forma, tanto essa figura do homem-lobo quanto a do homem sacro. Senão, vejamos: a série que conecta cães abandonados, “vida loka” de pichadores e lobisomens a serem caçados não é apenas retórica. Basta lembrar que a faixa etária entre 15 e 29 anos, em toda a população brasileira, é a que mais morre por causas não-naturais, seja por suicídios,

homicídios ou acidentes
(WALSELFISZ, 2016).

Não é por acaso que a grande maioria dos praticantes do pixo e da pichação é predominantemente do gênero masculino e jovem (PEREIRA, 2005), ou seja, eles próprios constituem parte da população que mais morre por causas não-naturais. Talvez não seja exagero dizer que muito dessa juventude que morre todos os dias, principalmente pretos e pobres, leva uma “vida loka” como cães abandonados à própria sorte e como efeito da governamentalidade:

“Eu me, sinto às vezes meio pá, inseguro / Que nem um ‘vira-lata sem fé no futuro’ / Vem alguém lá, quem é quem, quem será meu bom / Dá meu brinquedo de furar moletom / Porque

os bico que me vê com os truta na balada / Tenta ver, quer saber de mim não vê nada / Porque a confiança é uma mulher ingrata / Que te beija, e te abraça, te rouba e te mata / Desacreditar, nem pensar, só naquela / Se uma mosca ameaçar me catar piso nela.” (RACIONAIS MC’s, 2002, grifo meu).

A partir da expressão “vida loka” trazida pela matéria, foi possível encontrar algumas conexões entre cães abandonados e uma juventude abandonada. O *rap*, o grafite, a pichação e o pixo são algumas formas que essa juventude banida encontrou para um uso de afetos. Como essas linhas trazidas pelo *rap* são maiores que a própria expressão “vida loka”, será preciso fazer uma discussão específica sobre suas conexões com a subjetividade urbana.



(BANKSY, 2012, p. 105)

Rap, pixo e pichações: afetos em movimento

A leitora ou o leitor poderá achar que o desvio realizado na discussão que se segue se distancia daquilo estava sendo debatido. Contudo, espero que se perceba que ainda se trata da relação entre o governo dos corpos, dos usos que são feitos dos espaços e dos afetos na cidade.

Logo que comecei a pesquisar sobre a pichação e o pixo, percebi que não seria possível ignorar sua principal trilha sonora: o *rap*. Dentre algumas leituras, encontrei a pesquisa de Roberto Camargos *Rap e Política: percepções da vida social brasileira*, proveniente de sua dissertação de mestrado. Ele apresenta as músicas e, mais especificamente, as canções de

rap como documentos onde ficam registrada a “história cultural do social” (2015, p. 18). O *rap*, assim como o grafite, o pixo e as pichações, segundo o autor, são modos de expressar as contradições presentes no cotidiano das cidades.

A leitura de Oliveira (2015) possibilitou que se chegasse até a canção intitulada ‘A cidade é nossa’, composta pelos *rappers* do Facção Central:

“Circuito interno de TV, guarita; / Em vez de escola na periferia; / Alarme última geração na casa; / Em vez do barraco ter uma cesta básica; / Carro blindado, lataria anti-tiro; / Em vez de um curso no presídio; / A faca na sua garganta é o resultado; / Do seu dinheiro investido no lugar errado” (FACÇÃO CENTRAL, 1999).

Como experiência política, Oliveira (2015) afirma que os

afetos presentes nas letras de *rap* expressam as questões sociais e econômicas da vida dos marginalizados. Não é por acaso que esse movimento e a expansão da lógica condominial aparecem no Brasil na década de 1990, período da consolidação do neoliberalismo (DUNKER, 2015; OLIVEIRA, 2015).

Em *Nascimento da biopolítica*, Foucault (1978-1979/2008b) apresenta a proposta dos neoliberais: romper com os modelos disciplinares e discursos totalitários e lançar mão de outros modos de governo do aleatório e das multiplicidades. Diferentemente do liberalismo e do socialismo, a sutileza do neoliberalismo foi trazer uma governamentalidade para as cidades, de maneira a permitir certa regularidade das irregularidades, capturando assim tudo o que excede e transformando-o em mercadoria. Em outras palavras, a biopolítica

neoliberal, ao marcar outros modos de usar os afetos e os espaços, aproxima permanentemente a infâmia que a cidade mesma produz e os jogos de poder.

Segundo Oliveira (2015), os efeitos desse modelo econômico, que visa, entre outras medidas, ao fortalecimento do mercado em detrimento das políticas sociais, foram sentidos principalmente pela parcela pobre que vivia nas periferias, e é por isso que o *rap* emerge justo nesses espaços. À medida que essas vozes emergiam de forma subversiva, mostrando os efeitos nefastos do neoliberalismo, não demorou muito para que parte desse discurso fosse capturado e agenciado como um novo nicho para o mercado fonográfico: “letras mais amenas, dispensando a postura ‘raivosa’” (OLIVEIRA, 2015, p. 72, grifo do autor). Por outro lado, a lógica condominial tratou não

necessariamente de excluir, mas de gerenciar os distanciamentos entre as classes abastadas do principal público do *rap*, isto é, os moradores pobres da cidade. Para Dunker (2015), essa lógica não está circunscrita somente aos modernos condomínios, sendo um fenômeno que abarca também, mesmo que de modo distinto, as favelas e as prisões. A emergência da expressão “vida loka” em um cão abandonado incomoda porque parece questionar algumas ingerências dessa sociedade condominial: é preciso achar um dono para o cão abandonado!

É possível atentar para o fato de que, tanto na canção ‘A cidade é nossa’, cujo título é significativo, quanto em muitas outras letras de *rap*, existe uma valorização da figura do ladrão, espécie de anti-herói da juventude abandonada. Uma das principais características dessas figuras é outro uso do medo, um medo a

favor daqueles que foram banidos. Como afirma Calvino (1972/2003, p. 24), “cada cidade recebe a forma do deserto a que se opõe”.

Em entrevista com Deleuze, Foucault (1979) menciona que as massas não necessitam dos intelectuais para saber e para dizer: elas sabem e o dizem muito bem. Se é indigno falar pelos outros, como esses autores alertam, pode-se compreender que o *rap*, assim como o pixo e as pichações, não é mera representação em que só certos sujeitos falam em nome de outros sem voz. É possível que a intensidade contida na chamada arte urbana, se causa afetos incômodos, é justamente porque diz respeito não somente a uma parcela da cidade, mas à vida urbana em geral. São usos dos espaços que permitem que outros espaços apareçam: é no uso do corpo do cão que o abandono aparece; é na pichação dos muros

que a decadência do espaço público ganha visibilidade. Práticas marginais como o *rap*, o pixo e a pichação podem ser pensadas igualmente como modos de fazer ver os arranjos da cidade e fazer falar os fascismos latentes. Portanto, o corpo da cadela “vida loka” não deve ser visto como mera representação da juventude abandonada: todos que habitam a cidade terão seus corpos marcados, seja com tintas, seja com signos. Para a governamentalidade, pouco

importa se essa marca será “vida loka” ou “angel”. Ela se interessa apenas em recompensar as sujeições e em conectar os fenômenos aleatórios às regras do mercado. As racionalidades violentas e os fascismos emergem como alguns efeitos desses processos. Se a cidade é efeito de seus usos, os processos de marcação estarão sempre em negociação. A superfície dessas negociações são os corpos em circulação.



Viaduto em Curitiba/PR
(ARQUIVO PRÓPRIO, 2014)

Cadernos Especiais

COTIDIANO – ECONOMIA – CIDADE

COTIDIANO

ENCONTROS NA CIDADE (p. 208)



**ECONOMIA:
MEDO + QUALIDADE DE
VIDA = GRANA (p. 211)**

“A concertina foi desenvolvida pelas forças armadas norte-americanas buscando uma barreira mais eficaz e aos poucos foi tomando conta do mercado da segurança no mundo.

A cerca concertina se apresenta melhor que o arame farpado. Ao invés de pontos "espetantes", as cercas concertinas possuem pequenas lâminas cortantes e pontiagudas, que ferem com mais intensidade quem pretende invadir a propriedade.”



**EXISTE ESPERANÇA
PARA A CIDADE?
(p. 219)**

ENCONTROS NA CIDADE

Muito se fala dos problemas da cidade: o trânsito, os alagamentos, a violência, os espaços pichados.... Mas, seria possível pensar esses maus encontros para além de questões triviais? Aliás, o que é um encontro?

Para Spinoza (1677/2014), o encontro não é um evento qualquer, mas a própria condição para existência: na relação do encontro entre o ar e os pulmões, é produzido o oxigênio essencial à vida; na relação entre a luz e os olhos, é produzida a capacidade de visão; e até as palavras que são lidas neste exato momento são produto de certo encontro. “Tudo no mundo começou com um sim. Uma molécula disse sim a outra molécula e nasceu a vida”

(LISPECTOR, 1977/1998, p. 11).

Se o encontro entre duas pessoas é apenas uma relação entre uma multiplicidade de outras relações, o que dizer da vida na cidade, onde os modos de circulação são sua condição de possibilidade? Além disso, cada encontro que compõe a vida urbana é singular, pois tanto o sujeito quanto os espaços por onde ele circula se diferenciam e variam conforme os tipos de encontros.

Os encontros podem ter apenas dois desfechos, segundo Spinoza (2014): bons encontros ou maus encontros. Entendendo os corpos como elementos singulares, caso se trate de um bom encontro, isso significa que houve uma composição entre os corpos afetados; caso contrário, se o

encontro não compôs, isso significa que ele decompõe pelo menos um dos corpos. Um bom encontro produz o afeto que o filósofo chama de alegria, ou passagem a uma maior perfeição; já um mau encontro produz o afeto de tristeza, ou passagem a uma menor perfeição (IDEM, 2014). Munindo-nos desses conceitos, torna-se possível compreender a vida urbana como uma contínua variação de encontros alegres e tristes, aumento-diminuição-aumento da potência de agir.

Entendida a natureza dos encontros pela perspectiva spinozista, talvez agora seja necessário ampliar essa discussão. Conforme Foucault (1995), “viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação de outros”. Ele complementa: “uma sociedade ‘sem relações de poder’ só pode ser uma abstração.” (p. 245, grifo do

autor).

Uma forma interessante de compreender as relações de poder presentes nos encontros urbanos é a partir dos dispositivos de segurança. Com o gradativo aumento da complexidade da vida social, novas formas de governo da população e inúmeros dispositivos de segurança passam a ser forjados a fim de garantir a governamentalização das condutas (FOUCAULT, 2008a). As câmeras de segurança são um ótimo exercício para pensar sobre isso. Elas se tornaram tão comuns na vida urbana que não apenas ninguém as questiona, como também se tornaram, sobretudo, desejáveis. Se os espaços públicos e os estranhos passaram a ser tidos como perigosos, dando lugar a uma sociedade intimista, como afirma Sennett (2014), é porque as relações de poder modificaram radicalmente os modos de circulação nas cidades. Os encontros nas cidades passam a

ser vigiados 24 horas.

Tudo isso nos leva à seguinte questão: os encontros na cidade são feitos de alegrias e tristezas (segundo inúmeros jogos de interesses), porém, é na produção dos desejos que esses afetos passam a ser foco de

investimento. Como disse Calvino (1972/2003, p. 18):

“a fadiga que dá forma aos seus desejos toma dos desejos a sua forma, e você acha que está se divertindo em Anastácia quando não passa de seu escravo.”



(BANKSY, 2012)

MEDO + QUALIDADE DE VIDA = GRANA

É possível perguntar como Sennett (1974/2014): por que é que neste mundo de estranhos, que é a vida nas cidades, se tornou possível que os estranhos sejam percebidos como ameaças? Para Safatle (2015), a vida em sociedade organiza-se como um circuito de afetos, mas certa racionalidade condominial vem marcando de modo profundo as atuais relações sociais. Conforme o psicanalista, as transformações políticas estão diretamente implicadas nos afetos que as constituem, e, dentre todos os afetos, é o medo que historicamente se faz mais presente nos vínculos sociais (SAFATLE, 2015).

Segundo Safatle (2015), já no pensamento hobbesiano, que

inaugura a filosofia política, o afeto que vem mobilizando a criação das mais variadas instituições no Ocidente é o medo: medo da perda, medo da despossessão dos bens, medo da morte violenta. A inspiração de Safatle vem da tese de Dunker (2015, p. 42), que problematiza a chamada lógica do condomínio: “chamo de lógica do condomínio a transformação dos problemas relativos à saúde pública, mental e geral, em meros problemas de gestão”.

A racionalidade higienista e militar que os modernos condomínios ostentam teria, conforme o autor, sua proveniência nos grandes hospitais psiquiátricos do século XIX. De acordo com Dunker

(2015), essa lógica condominial aparece como um sintoma da modernidade brasileira. No entanto, diferentemente da leitura lacaniana desses autores, essa questão será aqui abordada pela perspectiva cartográfica dos afetos.

Spinoza (1677/2014) assim define:

“o medo é uma tristeza instável, surgida da ideia de uma coisa futura ou passada, de cuja realização temos alguma dúvida” (p. 144). O medo seria uma variação da potência de existir no sentido de perda de potência e, portanto, estaria associado à tristeza. Uma matéria jornalística pode auxiliar a pensar sobre a produção desse afeto e a experiência de circulação nas cidades:

“O Brasil é o 11º país mais inseguro do mundo, segundo o Índice de Progresso Social (IPS) 2014. A violência é o principal item que puxa para baixo o desempenho do Brasil em qualidade de vida, dos 132 países analisados, de acordo com dados do relatório produzido pela organização sem fins lucrativos Social Progress Imperative.

De acordo com o Mapa da Violência 2014, elaborado pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso), o Brasil tem uma taxa de 29 homicídios por 100 mil habitantes. Para conter esses números, também tem crescido a busca por equipamentos e soluções em segurança. Segundo a Associação das Indústrias de Segurança no Brasil (SIA), o setor cresce, em média, 20% ao ano. A previsão é que até 2016, R\$ 1,8 bilhão movimentem no setor” (ISC BRASIL, 2015, s/p).

Essa citação é tomada aqui não como mero exemplo, mas como pista dos modos de produção de discursos de verdade que articulam a circulação pela cidade com o afeto do medo. Como é comum encontrar, em outras materialidades, o discurso da segurança colado ao campo da saúde – nesse caso, como qualidade de vida –, convém algumas observações. Se, conforme Spinoza (1677/2014), cada encontro provoca uma variação na potência de existir, o aumento da potência dos bons encontros pode ser associado ao ganho de saúde, enquanto o

aumento da potência dos maus, à sua perda. Como nenhum corpo busca a tristeza ou a diminuição de potência, mas, ao contrário, sempre se esforça por aumentar sua potência de existir (SPINOZA, 1677/2014), o afeto produzido no encontro com esses discursos de verdade tenderá a ser o medo. Deve-se a isso a ideia de que, para a filosofia spinozana, basta imaginar a perda da potência para que o temor a faça diminuir.

Como a queda da qualidade de vida é o principal argumento dessa e de inúmeras outras matérias do gênero, o primeiro movimento passa a ser o questionamento dessa noção. Em vez de definir “o que é qualidade de vida”, para a cartografia, torna-se mais fecundo o modo de colocar o problema: quais condições tornam possível articular a noção de qualidade de vida com questões de segurança? Ou: o que torna possível a

aproximação entre o campo da saúde e o campo da segurança, já que tal relação nem de longe é natural?

Conforme Minayo et al. (2000), a ideia de qualidade de vida esteve presente desde o nascimento da medicina social, no século XVIII, mas só se consolidou em fins do século XX, quando passou a ser articulada ao campo econômico e da saúde. Por mais vaga e imprecisa que seja essa noção, é justamente sua capacidade polissêmica que possibilita forjar inúmeros instrumentos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Condições de Vida (ICV) e o Índice de Qualidade de Vida, capazes de articular questões econômicas, sociais, sanitárias e políticas (MINAYO et al., 2000). Articulando-se a noção de governamentalidade com a dinâmica dos afetos, pode-se chegar à seguinte questão: se, para Foucault (2008a), a

governamentalidade dita os discursos de verdade e naturaliza os modos de circulação pela cidade, para Spinoza (1677/2014), ao imaginar-se o medo da perda da qualidade de vida, acredita-se que este possa ser minimizado com a aquisição de equipamentos de segurança. Talvez seja essa uma das razões para a constante aproximação da qualidade de vida ao tema da segurança.

Um verbete disponível no Núcleo de Sociabilidade Libertária (NU-SOL) também demonstra a mesma problematização sobre segurança ao definir assim qualidade de vida: “termo volátil, com pretensões a ser elevado a estatuto de conceito. Seu uso articula saúde, propriedade, educação, segurança, vida e morte. Constitui-se, atualmente na sociedade de controle, em um produto-marketing” (NU-SOL, 2011, s/p). Por sua capacidade genérica, plástica e vaga, a qualidade de vida torna-se

extremamente útil como agregador de valor econômico aos produtos, como se viu na matéria selecionada. Percebe-se que, tanto na referida matéria quanto na literatura especializada, é a imprecisão da qualidade de vida a resposta para o laço que une saúde e segurança.

Além da noção de qualidade de vida, destaca-se, em matérias desse tipo, o uso excessivo de cifras. “A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. [...] Os indivíduos tornaram-se ‘dividuais’, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’” (DELEUZE, 1992, p. 222, grifos autor). O abuso recorrente das cifras não é casual, pois se trata de um discurso de verdade sustentado pela estatística, saber privilegiado da governamentalidade (FOUCAULT, 2008a). O discurso sobre a qualidade de vida faz ver

e faz falar de uma necessidade urgente de que se adquira uma ampla variedade de equipamentos de segurança. O afeto que faz variar a potência de existir e que atravessa esses discursos é o medo, pois já não se trata de conservar apenas o bem-estar ou a saúde, mas a própria vida.

Ao mesmo tempo em que os dispositivos de segurança, como efeitos da governamentalidade, produzem os discursos de verdade sobre a qualidade de vida e a circulação pela cidade, é possível problematizar outro efeito desse processo: os mecanismos de anulação (FOUCAULT, 2008a).

Para Foucault (2008a), a produção constante de massas estatísticas sobre determinados fenômenos faz com que estes deixem de ser uma eventualidade para tornarem-se naturais e esperados. É a probabilidade de que ocorram novamente que produz o efeito de anular os

fenômenos pelos próprios fenômenos. Tal mecânica também ajuda a explicar a aproximação naturalizada entre a segurança e a qualidade de vida. A produção dessa massa numérica não é casual e só é possível graças a certas regras que cumprem determinadas funções no discurso (FOUCAULT, 1996).

A estatística produz igualmente, pelo mecanismo de anulação, o apagamento da história de vida, dos contextos sociais, assim como da intensidade dos afetos em que ocorreu cada uma das mortes. Vidas singulares desaparecem entre cifras anônimas. O que importa na sociedade de controle é o número de anônimos habitantes, índices, taxas, relatórios e mais relatórios.

A incerteza, marca do afeto do medo, também pode encontrar nas mortes anônimas outro reforçador. Se muitos morrem, o que garante que eu não serei o próximo, ou pior, minha família?

Quantos anônimos e potenciais causadores dessas mortes não estão à solta nesta cidade? O que garante que eles também não rondam a minha vizinhança? Como controlar o que está além dos meus muros? Atentos a essa demanda de medrosos cidadãos, políticos profissionais içam a bandeira da segurança pública, licitando empresas de segurança privada, que passam a instalar câmeras e redes de monitoramento para que a polícia vigie pontos estratégicos da cidade onde o capital possa circular livremente.

Como boa parte da classe média encontra-se na penumbra, nos pontos cegos a que o panóptico ainda não conseguiu chegar, ela se vê obrigada a contratar vigilantes noturnos particulares, a instalar cercas elétricas, a erguer seus muros e a adquirir recursos tecnológicos de menor qualidade, como interfones e câmeras pirateadas. É preciso lembrar

que, assim como é anônimo o inimigo que ronda a vizinhança, os equipamentos de segurança adquiridos também são produzidos por trabalhadores igualmente anônimos. A maquinaria do medo engendrada por todos esses discursos de verdade rapidamente tornou os condomínios não apenas uma questão de necessidade, mas um estilo de vida (DUNKER, 2015). Uma cultura do medo é então fabricada com a ideia de que é preciso ter os equipamentos certos para exorcizar os perigos e a morte.

E como a morte poderia ser articulada à dinâmica dos afetos? Em vez de definir ou dizer o que representa a morte, é possível fazer uma cartografia dessa noção. É importante destacar que, para Spinoza (1677/2014), a alegria e a tristeza não são emoções fugazes ou simples estados de ânimo. O afeto de alegria é um ganho de potência no

nível da própria vida, assim como a tristeza é perda de potência também em relação à própria existência. Conforme Barros Filho (2013), na concepção spinozista, há morte toda vez que há tristeza, de tal forma que a morte “nada mais é do que a passagem da potência de agir ‘um’ para a potência de agir ‘zero’. Uma tristeza entre outras que tem uma especificidade: não sobrou potência nenhuma” (BARROS FILHO, 2013, s/p). Essa cartografia entre a tristeza e a morte pode ser interessante para pensar mais uma vez a relação entre a cidade e o campo da saúde:

“Es esencial que se realice una evaluación sistemática del impacto que los cambios del **medio ambiente** producen en la salud, particularmente en los sectores de la tecnología, el trabajo, la energía, la producción y el urbanismo. Dicha evaluación debe ir acompañada de medidas que garanticen el carácter positivo de los efectos de esos cambios en la salud pública. La protección tanto de los **ambientes naturales** como de los **artificiales**, y la conservación de los recursos naturales, debe formar parte de las prioridades de todas las estrategias de promoción de la salud”

(BRASIL, 1986, p. 3-4, grifos meus).

Esse trecho da Carta de Ottawa (BRASIL, 1986), que inaugurou a noção de promoção da saúde, insere pela primeira vez a ideia de que as políticas sanitárias não podem ser pensadas sem considerar os modos de circulação dos espaços e toda a geografia política da cidade. Se lembrarmos das condições estruturais com que a maioria da população pobre necessita conviver, seja o saneamento básico, as ruas sem asfalto, as moradias precárias ou as praças descuidadas, é possível afirmar que tais espaços não somente agenciam uma constante produção de tristezas, como também possibilitam a decomposição dos corpos dos sujeitos singulares. Dito de outro modo, em tais condições insalubres, os espaços da cidade podem ser transformados em máquinas de produção de morte.

Dispositivos de segurança como a

lógica condominial emergem como uma espécie de gestão do medo. Eles fazem parecer natural a aproximação entre a noção de qualidade de vida e o campo da segurança. Tal como a cidade, o neoliberalismo também é rizomático com a capacidade de absorver essas demandas, fazendo os afetos mobilizarem os circuitos econômicos. Basta ligar a televisão, conectar-se à internet ou folhear um jornal para encontrar enunciados articulando qualidade de vida e segurança privada.

Com a produção repetitiva dos mesmos afetos, conforme Safatle (2015), há a tendência de se produzirem as mesmas disposições de conduta. Os dispositivos de segurança, que vão desde muros e câmeras até estatísticas e notícias, emergem, assim, como um efeito, tanto do uso dos afetos produzidos quanto da cidade governamentalizada. Seria, então, necessário parafrasearmos Spinoza (1677/2014) e perguntarmo-nos: o que pode a cidade?



Urso de pelúcia preso em cerca elétrica. Uberlândia / MG.
(ARQUIVO PRÓPRIO, 2017)

EXISTE ESPERANÇA PARA A CIDADE?

Apesar de todas as dificuldades econômicas que o país atravessa, é interessante notar como o mercado de segurança privada, diferentemente de muitos outros setores, cresce de forma progressiva. Esse fenômeno geralmente é associado ao medo – mas essa é uma informação incompleta. Para a governamentalização da cidade, tão necessária quanto a produção do medo é a produção da esperança:

“Na contramão do cenário econômico nacional, o setor de sistemas eletrônicos de segurança – que envolve uma grande variedade de produtos e serviços, como fechaduras inteligentes, blindagem, câmeras de monitoramento, segurança patrimonial, transporte de valores e escolta – deve crescer 10% até o final de 2015, de acordo com a ABESE - Associação Brasileira de Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança” (R7 NOTÍCIAS, 2015, s/p).

Da mesma maneira que as empresas de segurança privada esperam lucros cada vez maiores, os moradores da cidade governamentalizada esperam defender-se do que chamarei de “equipamentos de esperança”. O trocadilho com equipamentos de segurança serve para destacar que é o afeto de esperança que se encontra colado na aquisição desses produtos: espero não ser assaltado, espero não ser sequestrado, espero não ser baleado...

Se a ideia central do medo se deve à sua instabilidade ou flutuação de ânimo (SPINOZA, 1677/2014), facilita mais dizer que tal instabilidade se deve ao fato de que o medo sempre vem acompanhado de seu afeto complementar: a esperança.

Spinoza assim define esse afeto: “a esperança é uma alegria instável, surgida de uma coisa futura ou passada, de cuja realização temos alguma dúvida” (2014, p. 143). Diferentemente do uso vulgar que percebe a esperança sempre como algo positivo, no campo filosófico, a esperança constitui-se como uma paixão e, como tal, uma forma de sofrimento que deve ser problematizada.

Aqueles que se nutrem da esperança padecem por três motivos: ela é impotente, ignorante e casta, ou seja, se fosse possível, faria; se soubesse, não esperaria; e, como não goza, espera (BARROS FILHO, 2013). Se o medo é o afeto que mais mobiliza a atual experiência nas cidades (SAFATLE, 2015), nessa afirmação, deve-se ler que a esperança também está presente nesse enunciado. Ainda, se o aumento da esperança é diretamente proporcional ao

aumento do medo (SPINOZA, 2014), vê-se como essa fórmula é extremamente interessante para diversos mercados, com destaque para o mercado da segurança privada.

Uma perspectiva interessante para traçar uma cartografia dos afetos pode ser a noção de sociedades de controle. O constante crescimento do consumo de aparatos eletrônico-militares dispersos pela cidade pode ser aproximado do diagnóstico descrito por Deleuze (1992) das sociedades cujo controle se torna maciço e pulverizado nas mais variadas instâncias. O filósofo argumenta que em tais sociedades não é o espaço que se sobrepõe ao tempo, como nas sociedades disciplinares, mas há primazia do tempo sobre o espaço, tal como acontece com os monitoramentos em tempo real. Também as moedas físicas deixam de ser a referência-padrão para as trocas

flutuantes: não é preciso ter dinheiro físico ou pagar à vista pelos itens de segurança; os bancos e as empresas de segurança privada facilitam a negociação. Por fim, nas sociedades de controle, não há mais sujeito confinado e encerrado entre paredes, mas o sujeito aberto e endividado: monitoramentos, carros blindados ou condomínios fechados nunca serão suficientes, pois o mercado da segurança continua inovando com itens melhores e mais eficazes.

Com o aumento do medo e da esperança, tudo o que se adquire pela segurança passa a ser enunciado como “uma questão de necessidade”. Mesmo se a aquisição de tais equipamentos ocasionarem endividamentos e a privação de outros benefícios, comprá-los torna-se realmente uma questão de necessidade se formos seguir a lógica spinozana. Isso porque, para o filósofo, o

livre-arbítrio é apenas uma ilusão, pois cada afeto-paixão possui a sua necessidade (SPINOZA, 1677/2014). Assim, quem teme e espera garantir a qualidade de vida sua e de sua família não escolhe se quer ou não adquirir tais equipamentos – compra-os como uma questão de necessidade.

Atrás de muros bem mais precários, em outras modalidades de condomínios, mas também compondo a cidade, encontra-se a temida periferia. Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e Organizações Não-Governamentais fazem parte da rotina dos moradores, constituindo-se como dispositivos de segurança bastante distintos dos de regiões mais nobres da cidade. Seus *rappers*, atentos ao cenário social, atentos ao medo e à esperança que os dispositivos de segurança incitam, não querem apenas mostrar que a periferia faz parte da cidade, mas que a

própria cidade é deles. “Segurança atrás dando proteção; / A Ferrari é do otário, a cidade é do ladrão; / Construa fortaleza com vigia, muro alto; / Que mesmo assim vou enfiar seu pit-bull no seu rabo” (FACÇÃO CENTRAL, 1999). Tiros, mortes e desigualdades, enfim, outros usos dos afetos e outros usos da linguagem expressos em gírias e palavrões denunciam as diferentes formas de violência, assim como as esperanças e medos presentes na sociedade de controle.

Porém, seria um grande equívoco pensar que esse cenário se encontra apenas nas cidades brasileiras, haja vista a mundialização do capital. É claro que há a questão das singularidades regionais, mas os efeitos da articulação esperança-medo não cessam de deixar rastros também nos países mais ricos do mundo. Bem longe das favelas brasileiras, tomando

como ponto de partida a cidade de Columbine nos Estados Unidos, o documentarista Michael Moore (2002) demonstra como a facilidade em adquirir armas e munições nos Estados Unidos não garante uma maior tranquilidade aos habitantes. Justo o oposto – vive-se em permanente estado de tensão, alavancado por altos índices de mortalidade e tragédias por armas de fogo (MOORE, 2002). O documentário de Moore também traz importantes provocações sobre a relação entre interesses econômicos e violências por armas de fogo. Os circuitos medo-esperança parecem ser os animadores dos debates entre os defensores do direito ao porte de arma e aqueles que querem sua proibição ou um controle maior.

A circulação desses afetos, ao mesmo tempo que alavanca o mercado de segurança privada, traz a ideia de que a cidade se encontra em uma guerra civil na qual todos precisam defender-se

contra todos. Casas, escolas, assim como ruas e praças, passam a ser adornadas por câmeras e por cercas e muros altos, alterando, inclusive, a estética da cidade, que passa a ostentar um aspecto condominial. Apesar de sempre presentes, o que menos se pretende na sociedade de controle são repressões e coerções: mais sutil e muito mais comum é a gestão dos modos de circulação das liberdades. Uma população esperançosa será bem mais interessante para a governamentalidade.

Seguindo-se essas diversas linhas pode-se chegar à última materialidade a ser analisada. Proveniente do campo da segurança privada, uma publicidade de um tipo de cerca de proteção pode colaborar para pensarmos sobre as questões apresentadas até aqui:

“A concertina foi desenvolvida pelas forças armadas norte-americanas buscando uma barreira mais eficaz e aos poucos foi tomando conta do

mercado da segurança no mundo. A cerca concertina se apresenta melhor que o arame farpado. Ao invés de pontos ‘espetantes’, as cercas concertinas possuem pequenas lâminas cortantes e pontiagudas, que ferem com mais intensidade quem pretende invadir a propriedade” (CONCERTINA DE PROTEÇÃO PERIMETRAL, 2015, grifo do autor, *sic*).

Medo, esperança, qualidade de vida e lógica do condomínio parecem estar condensados nessa propaganda. Linhas similares podem ser acompanhadas nas letras de *rap*, nas matérias jornalísticas e em outros enunciados. Se isso é possível, é porque essas linhas atravessam a cidade e conectam pontos aparentemente incoerentes. A proveniência militar norte-americana dos equipamentos lembra que o neoliberalismo se encontra consolidado e em desenvolvimento nas empresas brasileiras. O discurso belicista denunciado por Moore (2002) em solo estadunidense apresenta-se mais verde-amarelo do que nunca.

NOTA DA REDAÇÃO

“Ou a humanidade [...] reinventará seu devir-urbano, ou será condenada a perecer sob o peso de seu próprio imobilismo.” (GUATTARI, 2014, p. 178).

O uso dos afetos é algo indissociável do uso dos espaços. Como os afetos só podem ser produzidos nos encontros, estes só existem espacializados. Por outro lado, os espaços vazios ensejam virtualmente os encontros. Desse modo, parece redundante tecer discussões sobre os afetos e os espaços, já que ambos coexistem. No entanto, se esta pesquisa trabalhou essas duas noções de forma conexa, foi justamente para destacar o duplo aspecto que compõe a vida urbana. O conceito de heterotopia de Michel Foucault (2003), de certa forma, nos faz lembrar disso:

“Nós não vivemos num espaço neutro, plano. Nós não vivemos, morremos ou amamos no retângulo de uma folha de

papel. Nós vivemos, morremos e amamos num espaço enquadrado, recortado, matizado, com zonas claras e escuras, diferenças de níveis, degraus de escadas, cheias, corcovas, regiões duras e outras friáveis, penetráveis, porosas.”

Isso nos dá uma ideia de que as ruas, os muros e as paredes, bem como os demais espaços que compõem a cidade, não são neutros: eles delimitam as fronteiras, indicam os modos de circulação, orientam as condutas e, talvez o mais relevante, eles produzem subjetividades.

Quando se afirma que a produção de subjetividades é um elemento fundamental, é porque “constata-se muito frequentemente um desconhecimento desse aspecto global das problemáticas urbanas

como meio de produção da subjetividade” (GUATTARI, 1992, p. 173). A psicologia social, durante boa parte de sua curta história, quando não ignorou, teve poucas considerações sobre as articulações entre a produção de subjetividades e as questões urbanas. A subjetividade quase sempre foi entendida apenas como algo interno dos sujeitos. Por outro lado, a cidade seria um ambiente exterior e distante das discussões psicológicas, por isso mesmo, deixada como objeto de sociólogos. Dizer que as problemáticas urbanas estão diretamente conectadas na produção de subjetividades significa afirmar que a psicologia social precisa entender que os espaços urbanos são produtos de relações de poder ou, para dizer em um conceito mais apurado de Foucault (2008a), os espaços estão repletos de efeitos da governamentalidade. Se as câmeras de vigilância, as placas

de trânsito, os muros cercados e eletrificados, a iluminação ou a simples falta dela produzem diferentes modos de conduzir-se, são questões cruciais para a psicologia social pensar a produção de subjetividades. Não é sem motivo que Guattari (1992) fala de uma “cidade subjetiva”, pois é a partir de inúmeros afetos que o devir urbano acontece.

Talvez por isso a prática da pichação tenha aparecido nesta pesquisa como uma pista fundamental para problematizar os diferentes usos dos espaços e usos dos afetos. Quando os espaços privados se consolidam como as principais formas de sociabilidade, como afirma Sennett (2014), o espaço público torna-se apenas via de passagem entre um setor privado e outro. Mas tal esvaziamento da vida pública é apenas parcial. Figuras outrora marginais passam a deixar estranhas marcas, indicando outros modos de

experimentalizar a cidade, e outras subjetividades passam a ser produzidas.

Ao mesmo tempo, a imprensa emerge nesse processo como um dos principais dispositivos de segurança, garantindo ou não a visibilidade desses rastros. Cabe também à psicologia social incluir os meios de comunicação, particularmente as redes sociais, como importantes registros da articulação subjetividade-cidade. Basta lembrar o modo sutil como as matérias jornalísticas produzem uma multiplicidade de agenciamentos ao mesmo tempo que se recobrem de imparcialidade. Seja entre os jornalistas e respectivos comentaristas, seja entre os praticantes da pichação, parece que é sempre mediante certos

jogos de luz e sombra que se produz a subjetividade urbana.

É enganoso acreditar que a produção dessas subjetividades só tenha como efeito a desordem e o caos. É justamente nesses agenciamentos rizomáticos que a vida acontece: “uma ordem objetiva ‘mutante’ pode nascer do caos atual de nossas cidades e também uma nova poesia, uma nova arte de viver” (GUATTARI, 1992, p. 175, grifo do autor). É por isso que o autor alerta para a necessidade de um exame muito bem acurado da singularidade dos processos. Demorar-se sobre notícias jornalísticas e comentários é um modo de a psicologia social cartografar a relação entre os processos de subjetivação e a cidade.

Referências

ÁUDIOS

FACÇÃO CENTRAL. A cidade é nossa. CD Versos sangrentos. Five Special, 1999. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/facao-central/a-cidade-e-nossa.html> Acesso em: 12 dez. 2015.

RACIONAIS MC's. Vida Loka (Parte I). CD Nada como um dia após o outro. Cosa Nostra, 2002. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/racionais-mcs/vida-loka-parte-1.html> Acesso em: 20 jan. 2017.

RACIONAIS MC's. Vida Loka (parte II). CD Nada como um dia após o outro. Cosa Nostra, 2002. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/64917/> Acesso em: 20 jan. 2017.

RAMALHO, Zé. Admirável gado novo. LP Zé Ramalho 2. Epic, 1979. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/ze-ramalho/admiravel-gado-novo.html> Acesso em: 15 jan. 2016.

AUDIOVISUAIS

BANKSY; D'CRUZ. Jaimie. (2010). **Exit through the gift shop** [Filme documentário]. United Kingdom: Paranoid Pictures. 1 DVD, 87 min. Color. Son. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qVYYHDKhqHQ&t=96s> Acesso em: 20 fev. 2014.

BARROS FILHO, Clóvis de. **A Dinâmica dos Afetos**. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HwTcwVgc5lk> Acesso em: 15 dez. 2015.

BOULOS, Guilherme; TELLES, Vera; FERRÉZ, Sérgio Amadeu (mediação). **Cidade pra quem?** Ganhar e perder a vida na periferia da periferia do capital. In: Seminário Internacional Cidades Rebeldes. TV Boitempo, 2015. Disponível em:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLHiE8QPap5vQI4-rSPUc34YXnM6oGGurh>
Acesso em: 20 out. 2015.

Referências

MICHEL FOUCAULT POR ELE MESMO. [Filme documentário] Direção: Philippe Calderon. 2003. 1 DVD (62,5 min), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xkn3lsjh4To>

FUGANTI, L. **Mil Platôs e esquizoanálise: micropolítica e o uso dos afetos**. Escola Nômade de Filosofia, 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xP3ERarm_s Acesso em: 02 dez. 2014.

LUZ, CÂMERA, PICHACÃO. Direção: **Caetano, Bruno; Coelho, Gustavo; Guerra, Marcelo**. Rio de Janeiro: Gustavo Coelho e Marcelo Guerra, 2011. (104 min.) son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=b_MB_CmhjUQ Acesso em: 10 set. 2016.

MOORE, Michael. **Tiros em Columbine** (*Bowling for Columbine*). Produção: Charles Bishop, Jim Czarnecki, Michael Donovan, Kathleen Glynn e Michael Moore. Roteiro: Michael Moore. EUA: Metro-Goldwyn-Mayer Distributing Corporation / United Artists, 2002. 1 DVD (120 min), son., color.

PIXO. Filme documentário. Direção: **João Wainer e Roberto T. Oliveira**. São Paulo: Sindicato Paralelo Filmes, 2009. (61 min.) son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SW-h8w2Slhw> Acesso em: 01 de nov. 2014.

SAFATLE, Wladimir. **A lógica do condomínio** [audiovisual]. São Paulo: Instituto CPFL Cultura; 2015. Disponível em: <http://www.cpfcultura.com.br/2015/06/03/33743/>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

NOTÍCIAS

ART ATTACK. **Bienal decide apagar as pichações de andar vazio**. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/pixoartataack/4604796602> Acesso em: 15 mar. 2016.

BENITEZ, Jéssica; DIAS, Aliny Mary. Depois de protesto, Capital sente os reflexos do vandalismo. **Campo Grande News**, 21/06/2013. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/depois-de-protesto-capital-sente-os-reflexos-do-vandalismo> Acesso em: 09 out. 2016.

BERGAMIN JR, Giba. Em três meses, Doria tem aprovação recorde, mas 20% já o rejeitam em SP. **Folha de São Paulo**, 08/04/2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1873919-em-tres-meses-doria-tem-aprovacao-recorde-mas-20-ja-o-rejeitam-em-sp.shtml> Acesso em: 05 mai. 2017.

Referências

BRITO, Luísa. Após 53 dias presa, pichadora da bienal sorri e mostra papel ao ser solta. **G1**, 19/12/2008. São Paulo. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0..MUL929209-5605.00-APOS+DIAS+PRESA+PICHADORA+DA+BIENAL+SORRI+E+MOSTRA+PAPEL+AO+SER+SOLTA.html> Acesso em: 07 mar. 2017.

BOM DIA SP. Operação “Cidade Linda” apaga parte do maior mural de grafite da América Latina. **G1**, 23/01/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/bom-dia-sp/videos/t/edicoes/v/operacao-cidade-linda-apaga-parte-do-maior-mural-de-grafite-da-america-latina/5594646/> Acesso em: 05 mai. 2017.

CASTRO, Nadyenka; DIAS, Aliny Mary; BENITEZ, Jéssica. Noite termina com quebradeira, tiro e ônibus depredado no Centro. **Campo Grande News**, 20/06/2013. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/noite-termina-com-quebradeira-tiro-e-onibus-depredado-no-centro>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CHAVES, Bruno. Multidão tomou as ruas e forçou inédita redução na tarifa de ônibus. **Campo Grande News**, 31/12/2013. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/retrospectiva_2013/multidao-tomou-as-ruas-e-forcou-inedita-reducao-na-tarifa-de-onibus Acesso em: 16 jun 2016.

DOMINGOS, Roney. Doria varre avenida Paulista em novo ato do programa Cidade Linda. **G1**, 07/01/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/novo-prefeito-de-sp-varre-avenida-paulista-sob-olhar-atento-de-moradores-da-regiao.ghtml> Acesso em: 15 mai 2017.

FLORENTINO, Arlindo. Pichador afirma que é movido pela adrenalina de ver “trabalho” exposto. **Midiamax**, Disponível em: <http://www.midiamax.com.br/254518-pichador-afirma-movido-pela-adrenalina-ver-trabalho-exposto.html> Acesso em: 16 fev. 2017.

G1. Doria promove ação do programa Cidade Linda na Avenida Paulista neste sábado. **G1**, 07/01/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-promove-acao-do-programa-cidade-linda-na-avenida-paulista-neste-sabado.ghtml> Acesso em: 10 jun. 2017.

GRAGNANI, Juliana. Fala de Doria sobre plano antipichação cria mal-entendido com artista em SP. **Folha de São Paulo**, 29/12/2016. <http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/12/1845644-artista-desmente-doria-sobre-programa-contr-a-pichacao.shtml> Acesso em: 10 jun. 2017.

ISC BRASIL 2015 – 10ª Feira e Conferência Internacional de Segurança. Data: 10 a 12 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.iscbrasil.com.br/Multimedia/Releases/Releases-do-Evento/MERCADO-DE-SEGURANCA-CRESCE-20-AO-ANO-E-ISC-BRASIL-2015-FOMENTA-O-SETOR-COM-NOVIDADES-E-TENDENCIAS-EM-AUTOMACAO/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

ITAPORÃNEWS. Mico: mãe de pichador procura comerciante que ofereceu ‘cenhão’ para descobrir vândalo. **Itaporã News**, 07/11/2014. Disponível em:

Referências

<http://itaporamsnews.com.br/noticias/brasil-mundo/mico-mae-de-pichador-procura-comerciante-que-ofereceu-cenhao-para-descobrir-o-vandalo> Acesso em: 11 jan. 2016.

JOÃO DORIA NEWS. **Parque do Ibirapuera ganha reforma e 11 murais de grafite** (Pichação x Grafite). 25/03/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UT9wn25DNhA> Acesso em: 15 abr. 2017.

LOPES, Mariana. Delegado decide adotar "tolerância zero" contra os pichadores na Capital. **Campo Grande News**, 15/01/2014. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/delegado-decide-adotar-tolerancia-zero-contra-os-pichadores-na-capital> Acesso em: 16 out. 2014.

MACHADO, Livia. Prefeitura de SP instala tela verde em área onde moradores de rua foram realocados. **G1**, 05/01/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/prefeitura-instala-tela-verde-em-area-onde-moradores-de-rua-foram-realocados.ghtml> Acesso em: 25 mai. 2017.

MACRUZ, Beatriz. Pichadores narram intervenção na Bienal de Berlim. **Caros Amigos**. 2012. Disponível em: <http://www.agenciajovem.org/wp/debate-a-pixacao-na-bienal-de-berlim/> Acesso em: 14 ago. 2016.

MELLO, Daniel. Após críticas e protestos, Doria anuncia museu para arte de rua em São Paulo. **EBC Agência Brasil**, 26/01/2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-01/apos-criticas-e-protestos-doria-anuncia-museu-para-arte-de-rua-sao-paulo> Acesso em: 05 mai. 2017.

R7 NOTÍCIAS. Na contramão da economia, setor de sistemas eletrônicos de segurança cresce com insegurança da população. **R7 Notícias**, 02/07/2015. Disponível em: <http://noticias.r7.com/dino/tecnologia-e-ciencia/na-contramao-da-economia-setor-de-sistemas-eletronicos-de-seguranca-cresce-com-inseguranca-da-populacao-02102015>. Acesso em: 10 out. 2016.

ROCHA, Zemil; DIAS, Aliny Mary. Grosso do protesto se concentra em frente ao Paço, cercado por guardas. **Campo Grande News**, 20/06/2013. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/politica/grosso-do-protesto-se-concentra-em-frente-ao-paco-cercado-por-guardas> Acesso em: 07 ago. 2016.

RODRIGUES, Nyelder; VASCONCELOS, Nicholas. Pichações em Campo Grande é o tema debate na Câmara dos Vereadores. **Campo Grande News**, 03/04/2013. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/politica/pichacoes-em-campo-grande-e-o-tema-debate-na-camara-dos-vereadores> Acesso em: 07 out. 2016.

STOCHERO, Tahiane. Após desenho em mural de Kobra, Doria diz que pichadores 'não terão moleza'. **G1**, 25/01/2017. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/apos-desenho-em-mural-de-kobra-doria-diz-que-pichadores-nao-terao-moleza.ghtml> Acesso em: 05 mai. 2017.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. (Original publicado em 1995).

AGAMBEN, Giorgio. O que é contemporâneo. In: _____. **Nudez**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2010. p. 19-29.

ANDREOLI, Giovani Souza. **Grafismos urbanos**: composições, olhares e conversações. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ANJOS, Augusto dos. **Toda poesia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

BANKSY. **Guerra e Spray**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

BAPTISTA, Luís Antônio. Tartarugas e vira-latas em movimento: políticas da mobilidade na cidade. In: BERENSTEIN, Paola Jacques; BRITTO, Fabiana Dultra. **Corpocidade**: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: http://www.corpocidade.dan.ufba.br/2010/LIVRO_CORPOCIDADE.pdf Acesso em: 15 mar. 2016.

BAPTISTA, Luiz Antônio. Epifania Metropolitana. In: **Corpocidade 2**: debates em estética urbana, Salvador: EDUFBA, 2010. v. 1. p. 21-23.

Disponível em: http://www.corpocidade.dan.ufba.br/2010/caderno_provocacoes.pdf Acesso em: 15 mar. 2016.

BARROS, Manoel. **O livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: vozes, 2002.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. (Original publicado em 1982).

BERNARDES, Anita Guazzelli; TABORDA, Jeferson Camargo. EscritaCom: Heterotopias. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. spe, p. 113-123, jan. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100009&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 03 jan. 2017.

BICALHO, Pedro Paulo; BARBOSA, Roberta Brasilino; MEZA, Ana Paula Santos. Juventude no fogo cruzado: o governo da vida e as políticas dicotômicas de segurança. In:

Referências

SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza. **Juventude, marginalidade social e direitos humanos**: da psicologia às Políticas Públicas. Porto Alegre: EdiPucrs, 2015.

BOLETA. (Org.). **Tsss**: a grande arte da pixação em são paulo, brasil, São Paulo: Editora do Bispo, 2005.

BOUTANG, Pierre-André. **O Abecedário de Gilles Deleuze** – Éditions Montparnasse, Paris, 1994 e maio de 1995. Realização de Pierre-André Boutang e Claire Parnet. Éditions Montparnasse, Paris. Tradução e legendas: Raccord [com modificações]. 1988-1989. Transcrição disponível em: <http://bibliotecanomade.blogspot.com.br/2008/03/arquivo-para-download-o-abecedario-de.html>

BRASIL. Ministério da Saúde. Carta de Ottawa. **1ª Conferencia Internacional sobre la Promoción de la Salud**, 1986, 2001. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/default.cfm>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm Acesso em: 30 nov. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 12.408 de 25 de maio de 2011**. Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição da comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12408.htm Acesso em: 30 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto n 88.777, de 30 de setembro de 1983**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D88777.htm Acesso em: 30 nov. 2014.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: O globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003. (Original publicado em 1972).

CAMUS, Albert. **A peste**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Original publicado em 1947).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CONCERTINA DE PROTEÇÃO PERIMETRAL. **Empresa Garone**. Disponível em: <<http://www.concertinagarone.com.br/cerca-eletrica.asp>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 2004. (Original publicado em 1979).

CRIPTA DJAN. Manifesto. **Cripta Djan**. 2013. Disponível em: <<http://www.criptadjan.com/>>. Acesso em: 09 Jul. 2016.

Referências

[CONJUNTO VAZIO]. **Pixação**: questões sobre arte, mercado e práxis: Disponível em: <https://conjuntovazio.wordpress.com/tag/pixo/> Acesso em: 21 Jun. 2016.

DA SILVA, Jose Roberto Schneedorf Ferreira. **Onde Está Banksy?** . 2009.Dissertação (Mestrado em Artes). Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011. (Original publicado em 1972).

_____. **Kafka**: por uma literatura menor. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (original publicado em 1975)

_____. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. Editora 34, 1995 (original publicado em 1980).

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

_____. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002. (Original publicado em 1981).

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998. (Original publicado em 1977).

DIOGRANDE. **Decreto nº 11.510 de 23 de maio de 2011**. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/semadur/wp-content/uploads/sites/24/2017/02/20110727085228.pdf> Acesso em: 14 Jun. 2016.

DUARTE, Angellina Maria Luna Tavares. **“Se essa rua fosse minha eu mandava grafitar!!!”**: a construção discursiva do grafite de muro em Campina Grande-PB. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade). Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2006.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black Blocs**. São Paulo: Veneta, 2014.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola Graal, 1996.

_____. *A sociedade punitiva*: curso no Collège de France (1972 -1973). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, Ed. Cadernos da PUC/RJ, 1974.

Referências

- _____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martin Fontes, 2001.
- _____. **Em defesa da sociedade**: curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Vigiar e Punir**: história do nascimento das prisões. Vozes: Petrópolis, 1977.
- _____. **Ditos e escritos IV**. Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Original publicado em 1977).
- _____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. De espaços outros. **Estud. av.**, São Paulo, 27(79), 2013. pp. 113-122.
- Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000300008> Acesso em: 02 ago. 2016. (Original publicado em 1984).
- _____. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1984.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel **Foucault**: uma trajetória filosófica. (para além do estruturalismo e da hermenêutica) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FURTADO, Janaina Rocha. **Inventi (cidade)**: os processos de criação no graffiti. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC. Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90457> Acesso em: 02 dez. 2014.
- FRANCO, Sergio Miguel. **Iconografias da metrópole**: grafiteiros e pixadores representando o contemporâneo. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. USP. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-18052010-092159/pt-br.php> Acesso em: 02 dez. 2014.
- GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GULLAR, Ferreira. Augustos dos Anjos ou vida e morte nordestina. In: ANJOS, Augusto dos. **Toda poesia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Referências

- KAFKA, Franz. **O veredicto / Na colônia penal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Original publicado em 1919).
- KNAUSS, Paulo. Grafite Urbano Contemporâneo. In: TORRES, Sônia (Org.). **Raízes e Rumos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.
- LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LE BON, Gustave. **Psychologie des foules**. 1895. Disponível em: sourcegallica.bnf.fr
- LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1977/1988.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- MIZOGUCHI, Danichi Hausen. Segmentariedades: passagens do Leme ao Pontal. Segmentariedades: passagens do Leme ao Pontal. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, Niterói/2007.
- MEJAT, Guillaume. **Gilles Deleuze e Félix Guattari leitores de Marx: a inspiração marxista do conceito de desejo desenvolvido no Anti-Édipo**. 2012. Grupo de Estudos em Antropologia Crítica. Disponível em: <https://antropologiacritica.files.wordpress.com/2015/12/traducao-marx-desejo.pdf> Acesso em: 10 jul. 2016.
- NETO, João Leite Ferreira. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. **Rev. Dep. Psicol., UFF**, v. 16, n. 1, p. 111-120, 2004.
- Disponível em: http://www2.pucminas.br/documentos/processos_subjetivacao.pdf Acesso em: 11 set. 2016.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. 2005. (original de 1882).
- NU-SOL. Núcleo de Sociabilidade do Programas de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, do Estado de São Paulo. **Estamos todos presos**. 2000. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=58> Acesso em: 10 set. 2016.
- NU-SOL. Núcleo de Sociabilidade do Programas de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, do Estado de São Paulo. **Verbetes: Qualidade de vida**. 2011. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=52>. Acesso em: 30 jul. 2015.
- OLIVEIRA, Roberto Camargos de. **Rap e Política: percepções da vida social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- PASSETTI, Edson. Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle. **São Paulo em perspectiva**, 18(1): 151-160, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22237.pdf> Acesso em: 21 out. 2016.

Referências

PASSETTI, Edson. **Foucault libertário**: heterotopia, anarquismo e pirataria [CD-ROM]. In: Simpósio Nacional de História, 23. Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. Recuperado de <http://anpuh.org/anais/?p=16677> Acesso em: 30 nov. 2015.

PASSETTI, Edson. Poder e Anarquia: apontamentos libertários sobre o atualconservadorismo moderado. **Verve**, 12: 11-43, 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5448> Acesso em: 21 out 2016.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 143-162, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mai. 2017.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. **De rolê pela cidade**: os pixadores em São Paulo. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Antropologia Social. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/34711866_De_rol_pela_cidade_os_pixadores_em_S_o_Paulo Acesso em: 02 dez. 2014.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINTEREST.COM. Disponível em: www.pinterest.com Acesso em: 30 nov. 2016.

PRADO FILHO, Kleber; LOBO, Lilia Ferreira; LEMOS, Flávia Cristina Silveira. A história do presente em Foucault e as lutas atuais. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26, n. 1, p. 29-42, 2014. Disponível em:

http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8790/1/Artigo_HistoriaPresenteFoucault.pdf Acesso em: 30 nov. 2016.

ROCHA Maria Isabel Costa Menezes da. **Entre estética e controle**: o(s) ordenamento(s) dos espaços públicos urbanos. In: Seminário Urbanismo na Bahia, UrbBA [13], 2013, Salvador. Produção contemporânea do espaço, projetos de urbanismo e a (des)construção do comum, Bahia, 2013. Disponível em:

http://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/2014/09/urbBA13_Entre-est%C3%A9tica-e-controle_Maria-Isabel-Rocha-1.pdf Acesso em: 30 nov. 2016.

RODRIGUES, Thiago Donda. **Práticas de exclusão em ambiente escolar**. Rio Claro, 2015. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/138562/000864377.pdf?sequence=1> Acesso em: 30 jul. 2016.

Referências

- SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho; HÜNNING, Simone Maria. Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. spe, p. 8-27, jan. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100002&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 23 mai. 2017.
- SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Editora BestBolso, 2010 (original de 1994).
- _____. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2014. (Original publicado em 1974).
- SERRES, Michel. **O mal limpo: poluir para se apropriar?** Rio de Janeiro: Bretrand Brasil, 2011.
- SILVA, Rosane Neves da. **A invenção da psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- SOBRINHO, Danilo Angrimani. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.
- SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, William. **Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc**. São Paulo: Geração Editorial, 2014.
- SOUZA, David da Costa Aguiar de. **Pichação carioca: etnografia e uma proposta de entendimento**. Dissertação (mestrado). Programa de pós graduação em Sociologia e Antropologia UFRJ. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <http://comunidadessegura.org.br/files/pichacao%20carioca.pdf> Acesso em: 02 dez. 2014.
- SPINELLI, Luciano. Pichação e comunicação: um código sem regra. **Logos: Comunicação & Universidade**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 26, 1º sem. 2007. Disponível em: <http://www.logos.uerj.br/PDFS/26/LOGOS_N26.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2015.
- SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 72 p. ISBN: 978-85-7982-046-5. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/w9q43> Acesso em: 30 nov. 2015.
- SPINOZA, Baruch de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. Original publicado em 1677).
- TABORDA, Jeferson Camargo. **Genealogia-Cartográfica: Ditos e Escritos sobre Famílias-Cuidado**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.
- TABORDA, Jeferson Camargo; BERNARDES, Anita Guazzelli; MARQUES, Camilla Fernandes. Agentes comunitários de saúde nas tramas da rede: territórios e heterotopias. **Revista Subjetividades**, v. 15, n. 2, p. 302-309, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v15n2/13.pdf> Acesso em: 30 nov. 2016.

Referências

TAVARES, Jordana Falcão. **Construções, desconstruções e reconstruções: história do grafite contemporâneo goianiense**. 2010. Dissertação (Mestrado em Processos e Sistemas Visuais, Educação e Visualidade. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2754?locale=pt_BR Acesso em: 02 dez. 2014.

_____. Das galerias para as lojas: o grafite entre a arte contemporânea e o consumo. **Revista Panorama**. Edição online n.2. nov.2011. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/panorama/article/viewFile/1863/1163> Acesso em: 24 nov. 2014.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 10(2); 63-100, outubro de 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86781> Acesso em: 18 nov. 2014.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

WACQUANT, Loïc. Projetando o confinamento urbano no século XXI. In: SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza. **Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às Políticas Públicas**. Porto Alegre: EdiPucrs, 2015.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2013: Mortes Matadas por Armas de Fogo**. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2013.

WENDEL, Travis; CURTIS, Ric. Tolerância zero: a má interpretação dos resultados. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 267-278, dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v8n18/19065.pdf> Acesso em: 21 out. 2016.

Uso dos espaços e uso dos afetos:
Cartografias da prática da pichação para pensar as relações entre a cidade e a governamentalidade
Redação: Jefferson Camargo Taborda Doutorado em Psicologia, UCDB, 2017

EDITORIAL

A OPERAÇÃO CIDADE LINDA DE SÃO PAULO E A ARTE NEOLIBERAL DE GOVERNAR (p. 170)



O QUE ESTÁ EM JOGO NA REATIVAÇÃO DE PRÁTICAS HIGIENISTAS?

Quando existe alguma crítica à Operação Cidade Linda, é em prol do grafite que havia sido autorizado. Isso ajuda a entender por que a prefeitura se mostrou sensível a essa questão e prometeu produzir um novo mural. A maioria da população não somente se mostrou a favor da retirada da pichação, como também é fácil encontrar comentários que tecem duras críticas a qualquer forma de defesa em favor desta.

O TERMO "OPERAÇÃO"

Mais que um projeto de zeladoria, o que esse dispositivo combate são os "maus" usos econômicos e políticos dos espaços. Pela perspectiva neoliberal, é preciso codificar todos os fluxos que circulam dentro das fronteiras urbanas, inclusive os moleculares.



Uso dos espaços e uso dos afetos:
Cartografias da prática da pichação para pensar as relações entre a cidade e a governamentalidade
Redação: Jefferson Camargo Taborda Doutorado em Psicologia, UCDB, 2017

CADERNO A

"APÓS 53 DIAS PRESA, PICHADORA DA BUENAL SORRI E MOSTRA PAPEL AO SER SOLTA" (p. 12)

A EMERGÊNCIA DE UM DEVIR-PIRATA

O agente-pirata que esta pesquisa procurava foi encontrado produzindo espaços heterotópicos. A gagueira relativa suscitada pela devir-pichador conecta cidadãos de "bem" e jornalistas e policiais e críticos de arte x, é claro, pesquisadores. (p. 20)

CAMINHOS DA PESQUISA ATÉ UM FIO CONDUTOR

As notícias sobre pichação, bem como seus comentários, se apresentam como um interessante fio condutor para uma cartografia do uso dos espaços e uso dos afetos. A internet é atualmente um território latente onde os sujeitos podem expressar suas insatisfações, inclusive com a desordem do espaço público. Ao mesmo tempo, via também permite que todos participem como policiais da conduta tanto de si quanto do outro. (p. 26)

O FIM EM CENA: MOVIMENTO ALENDO BEM E DO MAL (p. 17)

O JORNAL E A CARTOGRAFIA (p. 36)

AUGUSTO DOS ANJOS: INTERCESSOR DOS ESPAÇOS MORTOS

Solus accelerationistas paradas / Ataca-me a existência / A mortificação coexistência / Das desgraças humanas congregadas / Em abstratas cavalgadas [...] / AN? Certamente eu sou a mais odiada / Generalização do Decadentismo... / Eu sou aquele que ficou sozinho / Cantando sobre os ossos do caminho / A morte de tudo quanto é morto. (p. 49)

O GROTESCO E O ESPAÇO MORTO

Para pensar a governamentalidade presente na vida urbana temos de perceber uma atenção não apenas nos usos que são feitos nos espaços físicos, mas também os usos nos chamados espaços virtuais. A noção de grotesco é utilizada nesta pesquisa para destacar como, tanto nas pichações quanto nos espaços virtuais, existe uma discursividade grotesca presente nas cidades. (p. 41)

POR QUE O USO DE NOTÍCIAS? (p. 30)

A NOÇÃO DE USO APROXIMADA DA CARTOGRAFIA



Diferentes usos dos espaços produzem a vida cotidiana, mas dependendo da política de pesquisa eles não são levados em consideração (p. 31).

Uso dos espaços e uso dos afetos:
Cartografias da prática da pichação para pensar as relações entre a cidade e a governamentalidade
Redação: Jefferson Camargo Taborda Doutorado em Psicologia, UCDB, 2017

CADERNO B

PICHACOES EM CAMPO GRANDE E O TEMA DEBATE NA CÂMARA DOS VEREADORES (p. 80)

Sociedades de controle como possibilidade aos ódios recíprocos (p. 70)

DELEGADO DECIDE ADOTAR "TOLERÂNCIA ZERO" CONTRA OS PICHADORES NA CAPITAL (p. 89)

PICHADOR AFIRMA QUE É MOVIDO PELA ADEQUAÇÃO DE VER "TRABALHO" EXPOSTO (p. 121)

Pichação, tortura e pena de morte: onde ficam os chamados direitos humanos? (p. 152)

Movimentos significativos nos espaços físicos e virtuais (p. 131)

DEPOIS DE PROTESTO, CAPITAL SENTE OS REFLEXOS DO VANDALISMO (p. 102)

Pichações, manifestações e indignação cotidiana (p. 103)

Um dos espaços e uso dos afetos nas jornadas de junho (p. 106)



Marca e sujeitos dos corpos (p. 140)

Fila labor: visto-lato sem fim na futuro (p. 145)

CADELA PICHADA COM "VIDA LOKA" É RESGATADA EM RUA DE CAMPO GRANDE (p. 136)

Lixos e marcas: o governo dos vivos nos espaços mortos (p. 145)

Rap, pito e pichações: afetos em movimento (p. 153)

Uso dos espaços e uso dos afetos:
Cartografias da prática da pichação para pensar as relações entre a cidade e a governamentalidade
Redação: Jefferson Camargo Taborda Doutorado em Psicologia, UCDB, 2017

CADERNOS ESPECIAIS

COTIDIANO

ENCONTROS NA CIDADE (p. 157)



ECONOMIA: MEDO + QUALIDADE DE VIDA = GRANA (p. 159)

"A concertina foi desenvolvida pelas forças armadas norte-americanas buscando uma barreira mais eficaz e aos poucos foi tomando conta do mercado da segurança no mundo. A cerca concertina se apresenta melhor que o arame farpado. Ao invés de pontos "espetantes", as cercas concertinas possuem pequenas lâminas cortantes e pontiagudas, que ferem com mais intensidade quem pretende invadir a propriedade."

PERIGOSO PERFORANTE E CORTANTE



CIDADE: EXISTE ESPERANÇA PARA A CIDADE? (p. 165)